



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



RUTINÉIA DA SILVA GUEDES

**ASSENTAMENTO PALMEIRA: O PROTAGONISMO DAS
MULHERES EM MEIO AOS DESAFIOS E RESISTÊNCIA**

DOURADOS/MS
2023

RUTINÉIA DA SILVA GUEDES

**ASSENTAMENTO PALMEIRA: O PROTAGONISMO DAS
MULHERES EM MEIO AOS DESAFIOS E RESISTÊNCIA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para a obtenção do título de mestre em Educação e Territorialidade.

Orientadora: Dra. Dr. Regiani Magalhaes de O. Yamazaki

Financiamento: CAPES

Área de concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas

Linha de pesquisa: Território e Sustentabilidade

Dourados/MS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G924a Guedes, Rutinéia Da Silva
ASSENTAMENTO PALMEIRA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES EM MEIO AOS
DESAFIOS E RESISTÊNCIA / Rutinéia da Silva Guedes. - Dourados, MS : UFGD, 2023. [recurso
eletrônico] / Rutinéia Da Silva Guedes. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Regiani Magalhaes de O. Yamazaki .
Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Gênero. 2. História oral. 3. Desafios. 4. Resistência. I. Yamazaki, Regiani Magalhaes De O..
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

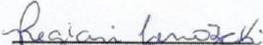
©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA POR RUTINÉIA DA SILVA GUEDES, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS".

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "**Assentamento Palmeira: O Protagonismo das Mulheres em Meio aos Desafios e Resistência**", apresentada pela mestrandia Rutinéia da Silva Guedes, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.ª Dr.ª Regiani Magalhaes de Oliveira Yamazaki/UFGD (presidente/orientador), Prof.ª Dr.ª Laura Jane Gislotti/UFGD (membro titular interno), Prof.ª Dr.ª Sandra Procopio da Silva/UFGD (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada Aprovada. O Presidente da Banca atesta a participação dos membros que estiveram presentes de forma remota, conforme declarações anexas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 20 de abril de 2023.


Prof.ª Dr.ª Regiani Magalhaes de Oliveira
Yamazaki
Presidente/orientador


Prof.ª Dr.ª Laura Jane Gislotti
Membro Titular Interno
(Participação Remota)


Prof.ª Dr.ª Sandra Procopio da Silva
Membro Titular Externo
(Participação Remota)

Rutinéia da Silva Guedes

**ASSENTAMENTO PALMEIRA: O PROTAGONISMO DAS
MULHERES EM MEIO AOS DESAFIOS E RESISTÊNCIA.**

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação e Territorialidade pela Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados, 20 de Abril de 2023.

Prof. Dr. Eliel Benites

Diretor da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a)

Prof.(a) Dr.(a) Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki
Instituição UFGD/FAIND

Membro titular externo

Prof.(a) Dr.(a) Profa. Dra. Sandra Procópio da Silva
Instituição UFGD

Membro titular interno

Prof.(a) Dr.(a) Profa. Dra. Laura Jane Gislotti
Instituição UFGD/FAIND

Aprovada em 20/04/2023.

Dedicatória

A Deus sempre.

A meu pai, Cícero Guedes dos Santos, que sempre me apoiou e me ensinou que o mundo é uma Escola, e que independente onde eu esteja, que eu leve sempre comigo a humildade e a solidariedade. “Não tive pai. Meu pai e minha mãe foram à senhora que me botou no mundo através de Deus”. (Frase do pai, Cícero Guedes dos Santos). Eu posso dizer que tive um pai e continuo tendo, pois o pai que o senhor não teve se doou da melhor forma possível para ser para nós, seus filhos (a). A minha Mãe Maria Luciene Ferreira da Silva aos meus quatro irmãos (Getúlio, Jucimar, Mateus e Simão), pois os mesmos me deram base estrutural para conseguir chegar até aqui, a Maria Aparecida Barbosa e família. O Alex Barbosa Garcia, meu companheiro que esteve presente me apoiado e me ajudando sempre. As mulheres do Assentamento Palmeira, que disponibilizaram seu tempo para realização dessa pesquisa, pois sem vocês esse trabalho não teria sentido algum.

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre”.

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

As mulheres do Assentamento Palmeira, que disponibilizaram seu tempo para realização dessa pesquisa, pois sem vocês esse trabalho não teria sentido algum. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que me proporcionaram a oportunidade de formação política, me tornando ainda mais crítico.

A Educadora Dr^a Pr^a Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki, por tanta dedicação e empenho para que se conseguisse concluir essa presente pesquisa, e também por fazer parte do meu Processo Formativo, a qual levarei para a vida toda.

A Educadora Laura Jane Gisloti, Rosa Sebastiana Colman, Ana Maria Almeida da Costa, Viviane Ramiro, Raquel Alves de Carvalho, Sandra Procópio da Silva, a Militante Marina Santos (do MST/RJ) e Educador Cássio Knapp que contribuíram muito no meu processo de construção da Pesquisa.

Aos Coordenadores do curso:

As (os) educandas (os) do curso Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Educação e Territorialidade (Vinculado a Faculdade Intercultural Indígena – FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, pela oportunidade de estarmos trocando saberes riquíssimos, a qual levarei comigo ao longo da vida. A convivência com todas e todos, me fizeram repensar alguns dos meus valores, sendo um deles o mais importante. “O meu direito termina, quando começo a respeitar o direito do outro”. Márcia Damasceno (Dito em uma assembleia LEC, Turma Oséias de Carvalho).

As palavras nunca serão suficientes para lhe agradecer e retribuir tudo o que a senhora me proporcionou e ainda continua proporcionando. Eu não seria a pessoa e filha que sou hoje, se você não existisse na minha vida. Graças a você, tenho orgulho da mulher que me tornei. Obrigada por tudo, MÃE! Te amo!



Maria Luciene Ferreira da Silva (mãe). Fonte: GUEDES, 2023.

EPÍGRAFE

Eu poderia te homenagear de diversas formas, através de um poema, uma frase ou até mesmo por uma letra de uma música (que por sinal, sei de várias que o senhor gosta). Mas mesmo assim, ficaria um vazio dentro de mim, pois não foi escrito com minhas próprias palavras e no momento que mais queria expressar o que sinto.

Primeiro de tudo, agradeço pelo pai simples em todos os sentidos que você é, e que tudo que fez, entendo que foi para me tornar o que sou hoje. Queria ter dado uma vida melhor para ti, mais sei que o melhor já tenho, VOCÊ.

Não tive a oportunidade de te dizer tudo isso, mais onde você estiver quero que saiba que EU TE AMO, e que o mais importante é saber que sempre deu o melhor de ti para termos aquilo que não teve em sua trajetória de vida.

Só te peço que estejas sempre comigo, nos momentos bons e ruins, para que eu possa estar protegida. Pois para você serei sempre como costuma dizer, 'FILHOTA'.



Foto: Cícero Guedes dos Santos. (modificada pela autora) Fonte. GUEDES, 2023.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar os desafios, os avanços e as resistências das mulheres do Assentamento Palmeira quanto intelectuais e trabalhadoras nesse território. Apesar de se ter vários estudos referentes a este campo, a experiência das mulheres do Assentamento Palmeira pode trazer novas possibilidades para interpretar o papel da mulher na sociedade, especialmente no contexto da mulher no processo de reforma agrária. De modo geral, a pesquisa e analisar a mulher no contexto da reforma agrária irá contribuir com a questão da relação de gênero que se faz presente nos acampamentos e assentamentos rurais - espaços onde englobam pessoas com muitas culturas diferentes. O motivo que despertou o interesse em desenvolver uma pesquisa com o Assentamento Palmeira tem por base a vivência nessa realidade com questões que despertam inquietações, como a questão social das mulheres do Assentamento (as quais são pouco valorizadas dentro do contexto onde estão inseridas, como se este grupo social fosse invisibilizado). A vivência nessa localidade permitiu observar que as mulheres são invisibilizadas nas problemáticas do trabalho das mulheres, a exclusão. Desenvolvi (e ainda estou desenvolvendo, portanto em fase de construção) pesquisa bibliográfica sobre o tema gênero e sobre mulheres nas áreas de acampamento/assentamento, movimento feminista (contexto histórico), divisão sexual do trabalho, história oral, que me serão parâmetros para que eu possa compreender as falas das mulheres do coletivo, ainda sobre as mesmas, foi utilizado como pressuposto, pesquisa participante, observação participante e história oral, ou seja, entrevistas (baseado em história oral).

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, História oral, Desafios e Resistência

ABSTRACT:

The objective of this research is to carry out a study to address the challenges and resistances. Despite having several studies related to this field, the experience of the women of the Palmeira Settlement can bring new possibilities for interpreting the role of women in society, especially in the context of women in the agrarian reform process. In general, researching and analyzing women in the context of agrarian reform will contribute to the question of the gender relationship that is present in rural camps and settlements - spaces where people of various ethnicities and different cultures come together. The reason that aroused the interest in developing a research with the Palmeira Settlement is based on the experience in this reality with questions that arouse concerns, such as the social issue of the women of the Settlement (which are little valued within the context where they are inserted, how to this social group was made invisible). The experience in this location allowed observing that women are made invisible in the problems of women's work, exclusion. I developed (and am still developing, therefore under construction) bibliographical research on gender and on women in camp/settlement areas, feminist movement (historical context), sexual division of labor, oral history, which will be parameters for me to I can understand the speeches of the women in the collective, even about themselves, was used as a presupposition, participant research, participant observation and oral history, that is, interviews (based on oral history).

KEYWORDS: Gender, oral History, Challenges and Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Maria Luciene Ferreira da Silva.....	08
Figura 2. Cícero Guedes dos Santos.....	09
Figura 3. Sede da usina São João, prédio da década de 1950. (1997).....	22
Figura 4. Escola Roseli Nunes.....	23
Figura 5. Acampamento Palmeira, localizada as margens da rodovia.....	56
Figura 6. Imagem 1 Assembléia dos acampados e imagem 2 / Despejo dos acampados.....	57
Figura 7. Acampamento com os acampados as margens da rodovia.....	58
Figura 8. Imagem 1 e 2 da estrutura da Escola Dr. José Garcia Netto.....	67
Figura 9 Imagem 1 e 2 da estrutura da Escola D. José Garcia Netto.....	67
Figura 10. Escola atualmente reformada e com parquinho.....	68
Figura 11. linha do tempo sobre a evolução das conquistas e dos direitos da mulher ao longo dos anos.....	75
Figura 12 Dorcelina Fulador.....	98
Figura 13 Fotos do de mulheres que fizeram parte do grupo.....	108
Figura 14 Dona Iolanda.....	109
Figura 15 Dona Valdirene.....	110
Figura 16 Dona Ione.....	111
Figura 17 Dona Aldinéia.....	112
Figura 18 Dona Sueli.....	113
Figura 19 Dona Maria Aparecida.....	114

LISTA DE MAPAS

1. Mapa localizando o município de Campos dos Goytacazes e o Assentamento Zumbi dos Palmares.....	45
2. Mapa do do Estado do Mato Grosso do Sul, localizando os 78 Municípios.....	46
3. Mapa do Brasil, localizando o Estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste em cor amarela.....	48
4. Mapa do Estado localizando o município de Nioaque.....	59
5. Mapeamento das demarcações dos lotes - Fonte: Instituto de Assistência Técnica Extensão Rural – IDATERRA.....	63
6. Município de Nioaque localizando o Assentamento Palmeira.....	74

SIGLAS E CONCEITOS

Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Mato Grosso do SulRJ: Rio de Janeiro - MS

Escola Estadual Agrícola Antônio Sarlo - ETEAAS

Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM

Faculdade Intercultural Indígena - FAIND

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura - FETAGRI

Federação dos Trabalhadores em Mato Gosso do Sul - FETEMS

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF

Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Góias - GO

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Instituto Nacional de Câncer - INCA

Instituto Paulista de Promoção Humana - IPPH

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Licenciatura em Educação do Campo - LEC

Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA

Movimento Atingido por Barragem - MAB

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Minas Gerais - MG

Sindicados de Trabalhadores Rurais - STRs

São Paulo - SP

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR

Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI

Organização das Nações Unidas - ONU

Pastoral da Juventude Rural - PJR

Projeto de Assentamento - P.A.

Paraíba - PB

Partido Comunista Brasileiro – PCB

Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

União Democrática Ruralista - UDR

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Universidade Federal de Grande Dourados - UFGD

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. TRAJETÓRIA DE VIDA E A INSERÇÃO AO UNIVERSO ACADÊMICO E DE PESQUISA.....	17
CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZANDO MS/MUNICÍPIO DE NIOAQUE.....	35
CAPITULO 3 BREVE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO PALMEIRA.....	54
CAPITULO 4. MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E GÊNERO.....	69
CAPÍTULO 5. MAPEAMENTO (REFERÊNCIAS) DE INTELLECTUAIS ORGÂNICAS.....	84
CAPITULO 6. O MOVIMENTO ORGANIZADO DAS MULHERES CAMPONESAS.....	102
CAPÍTULO 7. AS ESPECIFICIDADES DA LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS.....	106
CAPÍTULO 8. PAPEL/PROTAGONISMO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PALMEIRA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	132

INTRODUÇÃO

Trajetória de vida e a inserção ao Universo Acadêmico e de pesquisa

“A arte de falar de si mesmo é tão complexa quanto filosofar sobre a vida. Então eu pegueie nasci!”. Meu nome é Rutinéia da Silva Guedes, filha de Maria Luciene e Cícero Guedes dos Santos(ambos oriundos do Estado de Alagoas, no qual trouxeram consigo 3 dos filhos, incluindo-me nesse percurso), atualmente sendo o 5º. Meu pai e minha mãe sempre buscaram trabalhar em prol de nossa sobrevivência, e em uma época em que luxo era ter comida na mesa. Residi algum tempo em diversos municípios pelo estado do Rio de Janeiro, mais foi em Campos dos Goytacazes (em terras dos povos originários, Goitacá) que meus pais fincaram seus pés.

Em uma época em que os movimentos sociais estavam em constante efervescência, meus pais decidiram acampar junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações, nas antigas terras da Usina São João.

Meu choque de realidade se deu no momento que fui percebendo em determinado tempo, que meu mundo era cercado por luta, rebeldia e resistência, onde éramos pessoas que viviam as margens da sociedade.

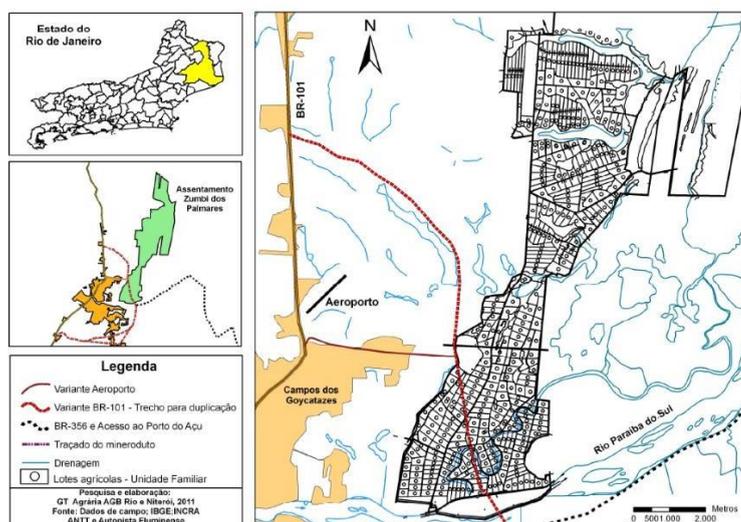
Filha de assentados da Reforma Agrária, tenho 35 anos, e por algum tempo residi no Assentamento Zumbi dos Palmares¹ (localizado entre o Município de Campos dos Goytacazes, este último segundo registros, foi a primeira cidade do Estado do Rio de Janeiro a receber eletricidade, e com maior número de assentamentos, este último conceituado “simplificadamente [...] resultado de lutas dos acampamentos, pressões políticas” para a reforma agrária.

Segundo Botelho (2022) concentra-se maior número de assentamentos da reforma agrária do Estado do Rio de Janeiro, neste sentido totalizando 11, o caso específico do Assentamento Zumbi dos Palmares corresponde uma área total de 8.005 hectares.

Abaixo apresento o mapa localizando o município de Campos dos Goytacazes e o Assentamento Zumbi dos Palmares

¹ Fazendas que faziam parte do conjunto da antiga usina sucroalcooleira da Usina São João: Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, Bom Jesus, Penha e Santana

Figura1. Mapa do Estado do Rio de Janeiro, localizando o município de Campos dos Goytacazes e o Assentamento Zumbi dos Palmares.



Mapa do Assentamento Zumbi dos Palmares

O número de famílias assentadas é equivalente a 506, ou seja, são 506 lotes contendo aproximadamente de nove hectares e um, no núcleo 5 situa agrovila, menor medição) e divisa com o Município São Francisco do Itabapoana). É dividido em cinco núcleos: o núcleo 1 (próximo a uma comunidade chamado Santana (núcleo onde reside); o núcleo 2 conhecido como Brejo Grande (onde existe a Escola Municipal Carlos Chagas); os núcleos 3 e 4 conhecidos como Santa Ana e o núcleo 5 conhecido como Cajueiro (onde também existe a Escola do MST e um grupo de mulheres que produzem remédios caseiros através das plantas medicinais). Os núcleos 1 ao 4 pertencem ao município de Campos dos Goytacazes, RJ; o núcleo 5 pertencente ao município de São Francisco do Itabapoana). A produção que predomina no local é a do abacaxi, da cana-de-açúcar, da mandioca, dashortaliças, além dos artesanatos.

UM BREVE CONTEXTO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Vale ressaltar que segundo Botelho (2022) *apud* Santos e Lima, “o processo de ocupação de Campos aconteceu com o domínio da atividade açucareira. No Brasil, a exclusão dos trabalhadores do campo com relação ao acesso à terra ocorre desde a época colonial. A

concentração latifundiária de terra é uma marca histórica de exclusão social no nosso país. Assim, diversos conflitos agrários ocorreram e ainda ocorrem, seja pela falta de acesso a terra ou pelo direito de nela permanecer.

(...) na história de um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso - primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e "coronéis"; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do estado, que cria e garante as condições dessa sujeição. (MARTINS p. 9, 1981)

Contudo, os latifundiários (terras estavam concentradas unicamente nas mãos dos grandes proprietários), produziam monoculturas para exportação, através da exploração de mão-de-obra escravizadas para nutrição do capitalismo. No Brasil, ainda encontramos trabalhos análogos à escravidão. Temos exemplos recentes, como o resgate de trabalhadores brasileiros sendo mantidos como trabalhadores análogos a escravidão nas vinícolas das empresas Aurora, Salton e Cooperativa Garibaldi, ambas situadas na serra gaúcha do município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Ainda no Rio Grande do Sul, município de Nova Petrópolis, foram resgatados mais trabalhadores em situação análoga à escravidão num corte de eucaliptos, numa monocultura, numa propriedade rural (PITOMBO, 2023).

Ainda é muito latente tal modo de exploração nas monoculturas de cana - de açúcar, eucaliptos, colheita das maçãs – nas atividades do agronegócio como um todo - onde as pessoas são submetidas as condições desumanas como a uma moradia precária, correndo risco de morrerem a qualquer momento, pois lidam com tudo um pouco, desde o uso de agrotóxicos nas lavouras, até enfermidades por instrumentos que utilizam para cortar a cana). Muitos são espancados nesses lugares, pois são surrados “com cabos de vassoura, mordidas, choques elétricos e ataques de spray depimenta” (PITOMBO, 2023, p.1).

No Rio de Janeiro, a atividade canavieira permaneceu por longos séculos e foi se efetivando como a principal atividade econômica da Região Norte Fluminense. Esta mesma região, também era considerada a estrutura agrária, marcada por concentrações de terras (latifúndios ainda continuam, promovendo grandes desigualdades econômicas). Diversas usinas foram fechadas por falência (incorporadas por outras usinas da região ou por grupos econômicos de outras regiões produtoras do Brasil, especialmente do nordeste), surgindo assim, nessa região, o processo de decadência do setor sucro-alcooleiro. Ainda que permaneça norte fluminense a monocultura da cana-de-açúcar, a Reforma Agrária faz

resistência, buscando uma saída para extinção da concentração de terras, os grandes latifundiários.

Como uma perspectiva de valorização e especulação a expulsão dos trabalhadores rurais se intensificam, com isso surgiu a necessidade dos partidos de esquerda se articulam na luta pela terra, nesse sentido, as manifestações em defesa dos direitos dos trabalhadores se propagam para várias camadas como os pequenos produtores, os desempregados e subempregados da metrópole que fortalecem as organizações de lutas.

No contexto agrário, os movimentos sociais, ameaçam assim o poder das elites, vindo a somar dois desses movimentos: as Ligas Camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais. Consultando LEWIN et al (2005, p. 38) vemos também que:

As ligas eram associações de trabalhadores rurais surgidas nas décadas de 50 e 60, Francisco Julião (advogado e deputado do Partido Socialista), tornou-se líder das Ligas. Nestes mesmos anos a Igreja católica também buscava crescimento de sua influência no campo quando este foi legalizado em 1946, e refletiam a necessidade de ampliar suas bases políticas para além de seu território urbano e de realizar seu objetivo programático de uma aliança de operários e camponeses para contrapor-se à dominação capitalista e imperialista, visando a revolução socialista brasileira. (LEWIN *et al* 2005, p. 38)

Nessa circunstância houve apoio popular por suas atividades na região Nordeste do Brasil no ano de 1990. Diante da organização da reforma agrária, ou se seja, de seu fortalecimento, os líderes do MST passaram a sofrer perseguições e muitos foram assassinados.

Segundo Stédille (2013) alianças sociais e partidárias fundiram e estas coordenadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) deu início ao processo de grandes lutas sociais. Mas não foi o suficiente para o enfrentamento do modelo do agronegócio e de propostas de mudanças estruturais no campo.

Segundo Alentejano (2011), a questão agrária no estado do Rio de Janeiro passou por diversas conjunturas diferentes ao longo das décadas. O autor nos mostra como foram se alterando nas décadas do século XX. Em 1950 passou a ser mais forte a luta pela terra, não somente no Estado do Rio de Janeiro, mas em todo o país, gerando assim grandes transformações no processo da Reforma Agrária.

Em Campos, na década de 60, vários conflitos já haviam ocorrido em torno da terra e do trabalho. As lutas pelas terras do Imbé, região do Assentamento Novo Horizonte tiveram seu início com José Pureza, liderança local, a partir de 1963. Nesse contexto, com os

acontecimentos de 1964, o acampamento que foi montado como instrumento de reivindicação foi reprimido e as lideranças desmobilizadas, ocorrendo um refluxo da luta pela terra na região.

Em 1960, o caso do Município de Cachoeiras de Macabu, por exemplo, foi marcado por grandes conflitos agrários, sendo iniciado no Rio de Janeiro, "... a luta pela posse da terra se entende das fazendas de Trindade e Laranjeiras em Parati, aos Municípios de Valença, Trajano de Moraes, Campos, Macaé, Silva Jardim e Duque de Caxias" (Carneiro, Ciocari, 2011, p.183). Na ocasião, os policiais chegaram a pedido de grileiros locais, com o objetivo de tirar as terras onde os posseiros estavam morando, sendo que a área já estava desocupada há mais de 15 anos.

Grandes lideranças participaram na luta por terra, tais ele como: Zé Pureza, que chegou a Xerém(1964), na Baixada Fluminense, iniciando um período histórico. Alagoano do Município de Pilar, Zé Pureza (José Pureza da Silva), morador de Xerém, no município de Duque de Caxias (RJ). Ele trabalhava em terras do Estado e estava animado com a possibilidade de organizar os trabalhadores rurais"; [...] Nesse cenário histórico de luta e resistência , Pureza e Josefa, sua esposa, tornaram-se principais lideranças rurais do Rio de Janeiro, mas na busca por direito ao acesso a terra e constante mobilização da população do campo, Zé Pureza e Bráulio Rodrigues e outros companheiros foram presos. Na prisão sofreram todos os tipos de torturas, desde emocionais até físicas. Quando saíram da prisão, retornaram para sua terra natal (Alagoa), permaneceu na luta e vindo depois a falecer.

Na década de 80 ocorreu diversas movimentações de trabalhadores em torno dos Sindicatos. Buscavam por direitos. Vieram e se uniram a outros movimentos sociais, como: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos dos Operários; Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O Sindicato dos Petroleiros/SINDIPETRO trabalha na região Norte em defesa da classe operária(dando também apoio aos movimentos sociais que, além de fazer a luta por reforma agrária estão engajados na luta contra o trabalho escravo. No ano de 2009, no Campos dos Goytacazes, liderou 58 o ranking de trabalho escravo no Brasil. Por esse motivo, em 2010, como forma de denúncia do trabalho escravo, foi realizada uma audiência pública a pedido da CPT, MST, Comitê Popular pela Erradicação do Trabalho Escravo e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, compareceram à audiência mais de 300 trabalhadores sem-terrado corte de cana, 59 em Campos". Foram

registrados mais de 7 mil casos de exploração, sendo a maior parte nas terras da Usina São João no Norte Fluminense nos 2000 a 2010). Nesse sentido, como união de diversas forças, ocorrerão diversas ocupações, dentre várias referências, destacamos o Assentamento Zumbi dos Palmares, situado na época na Usina São João, em 12 de abril de 1997, que mobilizou mais de 700 famílias coordenadas pelo MST.

Figura 3. Sede da Usina São João, prédio da década de 1950 (1997)



Fonte: Ana Paula Alves Ribeiro, 2005.

Ao debruçar sobre o histórico campista, constata que foi uma das últimas 61 cidades do Brasil a abolir a escravidão. Durante muito tempo, uma pequena elite dominou o latifúndio político econômico sustentado pelo cultivo da cana-de açúcar. Essa se tornou a principal atividade, sendo atrelado a transformação em álcool e açúcar em Campos e reigão. Em meados do século XVII foi iniciado o processo de colonização em Campos, momento em que predominou a atividade pecuária que atendia ao mercado consumidor do Rio de Janeiro. Em meados desse mesmo século, a principal atividade econômica passou a ser a plantação de cana e sua transformação em álcool e açúcar (LEWIN,RIBEIRO, SILVA, 2005).

A cidade de Campos dos Goytacazes foi predominantemente marcado por vários cenários; dominação fundiária pela elite; denúncias de vários tipos de trabalho escravos; efervescênciados movimentos sociais/entidades religiosas e a ocupações de terras.

E foi nessa conjuntura histórica que a minha trajetória de vida iniciou no MST, no acampamento Zumbi dos Palmares no ano de 1997, em terras da antiga usina São João. Quando criança residi em barracos de lona. Estes barracos foram construídos pelo meu pai, juntamente com minha mães e vizinhos, ou seja, por um multirão. As pessoas se ajudavam em prol de um objetivo, uma moradia. Tenho uma memória marcada por lazer e comprometimento desde cedo com a luta do movimento social, participava nas atividades relacionadas ao MST, como por exemplo, encontros dossem terrinhas. Estudei até certa idade na Escola Municipal Roseli Nunes (localizada dentro do então acampamento considerado na época). Frequentei turmas multisseriadas até certo tempo nesta Escola, esta última tinha poucas classes do ensino fundamental.

Figura 4. Acampamento Zumbi dos palmares. Escola Roseli Nunes.



Fonte: Ana Paula Alves Ribeiro, 2005.

Quando o então acampamento se tornou assentamento no ano de 1997, eu já me encontrava em fase juvenil. Já estava fora da comunidade para ir estudar. Mas resistindo dentro prosseguir nos estudos no Ciep Nilo Peçanha, (localizado na Lapa em Campos), da 2ª a 5ª série do ensino fundamental. E mais tarde, já na adolescência -por intermédio de um conhecido da família que já se encontrava com duas filhas inseridas em um Escola Agrícola - orientou os meus pais que fizessemos mesmo com os dois dos últimos filhos maiores, no caso eu e o meu irmão.

Eu e meu irmão ingressamos na Escola Técnica Estadual Agrícola Antônio Sarlo (E..T.E.A.A.S)- localizada no bairro Parque Aldeia neste mesmo município. Foi uma época desafiadora porque para não chegarmos atrasados nos primeiros horários de aulas, acordávamos mais cedo, saíamos muita vezes a partir das 5:00 horas da madrugada (era o primeiro horário que o transporte rodava próximo a uma comunidade. Percorriamos uns 10 metros a pé para o terminal de ônibus, que era localizado na comunidade Santana). Quando éramos prejudicados pela chuva e outras intempéries climáticas, dávamos o luxo de irmos mais tarde para a escola. Eu resisti. Pressegui. Mas meu irmão, não. Hoje eu compreendo a desistência de meu irmão ao não concluir os estudos nessa época. Estudei do 5º ao 8º série e me formei no 3º ano do ensino médio nesta mesma Instituição, ensino profissionalizante, em Técnico em Agropecuária no ano de 2007.

Durante muitos anos a educação era voltada somente para a Elite Brasileira, pois era quem possuía o poder de usufruir dos conhecimentos e como tal, usá-lo a seu favor. Já a classe trabalhadora era isenta, e ficavam as margens porque para muitos brasileiros, o conhecimento não era para o pobre. E quando a educação era oferecida aos menos favorecidos, era por meio de uma educação bancária, ou seja, alienadora.

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica” (FREIRE, 2020, p.15).

Ao longo de minha formação a escola pública não mudou, pois a concepção educação “bancária” - depositar conhecimentos – seguiu com fortes enraizamentos conservadores e excludentes.

No espaço de interação entre professor(a)s e estudantes as narrativas se misturam, e os passados sensíveis (e também o presente e as expectativas de futuro), os silenciamentos, os conflitos sociais e identitários, as questões morais e de gênero, assim como as lutas, sonhos e conquistas podem suscitar debates. A negação dessa tensão

ou a hierarquização de narrativas, a fim de obter a imposição de uma versão são caminhos perigosos para as aprendizagens. (Rovai e Medeiros, p.6, 2021)

Formada, em seguida surgiu a oportunidade de trabalhar prestando serviços na Cooperativade Trabalho em Assessoria e Empresas Sociais de Assentamento de Reforma Agrária (COOPERAR) como Técnico Extensionista - ATER/ATES, e em seguida na Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (CEDRO) pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária/ATER/ATES, como Técnico extensionista do Programa no Núcleo Operacional de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro por Intermédio de contrato de Nº/15.000/2009/INCRA/MDA. Estas vivências que tive foram fundamentais, pois acabei adquirindo conhecimento em diversas áreas da extensão rural.

Nesta mesma época trabalhei prestando serviços a extensão rural e conciliando a militância do MST. Na ocasião fui indicada pelo MST para ingressar no curso de Licenciatura em Educação do Campo (em 2010). Confesso que essa licenciatura não era um sonho para mim na época, pois almejava ser médica veterinária. Mas agarrei a oportunidade.

Assim, ingressei no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC²) e descobri um universo diferente, onde existia o diálogo professora/aluno, diversidade de povos, pois tinham caixaras, quilombolas, assentados da reforma agrária, ocupação urbana, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e diversas outras organizações, que respiravam luta e resistência dentro de uma Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

No campo da pesquisa iniciei com investigando as ações das mulheres que eram invisíveis no Assentamento, e segui com a mesma investigação pós-graduação³, nesta mesma instituição. Por observar e presenciar ao longo de meu percurso que o universo feminino sempre foi posto como sexofrágil, e que por isso não cabiam ocupar outros espaços, me motivei a compreender as razões desse discurso falacioso dentro das esferas onde as mulheres eram mais invisibilizadas nas áreas da reforma agrária, especificamente nos assentamentos.

² Identidade de Gênero Feminino no Assentamento Zumbi dos Palmares , UFRRJ, 2013.

A LEC educação diferenciada (formação para educadores partindo de sua realidade) e com a pedagogia da alternância. Esta última baseada em troca de conhecimentos (tempo Universidade) levando para as comunidades (tempo comunidade) dos educadores. O curso em questão foi realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em convênio com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

³ O Protagonismo das Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares e Produção para a Comercialização, UFRRJ, 2015.

Anos mais tarde, lecionei como educadora no Projovem Campo Saberes da Terra na Escola Municipal Guiomar Ramos Paes, localizada na comunidade Campelo, próximo a comunidade de Cafuringa no município de Campos dos Goytazes (RJ)⁴ no período noturno.

Minha formação específica na área de ciências agrárias, foi de suma importância “Quem eu fui, quem eu sou: A educação me transformou” pois fui me descobrindo como professora. Fui desenvolvendo gosto pela área da Educação.

Segundo Purcari (2019) “O início na prática docente certamente é marcante para todo professor”. Sim! Creio nisso! Pois ao me deparar com diversos desafios em sala de aula, como: a baixa frequência de estudantes causadas muitas das vezes pelo cansaço de terem que estudar de noite e trabalhar de dia. Me sensibilizei também com o fato de muitas mulheres mães, donas de casa com carga triplicada da jornada de trabalho, muitas vezes serem impedidas de estudarem por seus maridos. Os discursos permeavam o machismo, pois fica a carga do marido querer/deixar ou não a esposa ir para escola. Vi, senhoras (os) com garras de aprender, mais presas as dificuldades de segurar um lápis em suas mãos. E outros que deixavam os estudos para segundo plano, por medo de perderem seus empregos). E outros que tinham medo de frequentar a escola a noite devido, pois sentiam-se sujeitos a perigos diversos.

O cotidiano do docente é muito desafiador em todos os espaços e territórios. Aprendi que a formação docente é de fato “permanente”, como menciona Paulo Freire.

“Antes de mais nada, devo dizer que ser um professor tornou-se um cada vez mais a realidade, para mim, depois que comecei a lecionar. Tornou-se uma vocação, para mim, depois que comecei a fazê-lo (...) Ensinando, descobri que era capaz de ensinar e que gostava muito disso. Comecei a sonhar em ser professor. Aprendi como ensinar na medida em que mais amava ensinar e mais estudava a respeito...” (FREIRE, 2014, p. 34)

Ao aproximar em espaços e de condições de vida diversos, cercado de fragilidades e adversidades, me fez enxergar que a educação é a única ferramenta para transformação do mundo, por intermédio das pessoas que querem mudar ou melhorar a/sua realidade.

Presenciei e tentaram-me convencer ao longo da vida, que o “professor” sempre foi o dotado e portando depositava conhecimento nos “alunos”, esse último era considerado ser sem luz, que não detinha cultura do trocar saberes, conhecimentos, valores, reproduzindo dessa forma a “cultura do silêncio”

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola,

⁴ Programa Projovem Campo Saberes da Terra Goitacá/MEC/DPEJUV Edição 2014 – 2017.

em qualquer de seus níveis, (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos.

Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta – narrar, sempre narrar.

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é "encher" os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Dai que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (FREIRE, 1987, p. 33)

Recordo-me bem de uma professora da época de Escola, que me fazia sentar na cadeira com as pernas unidas umas nas outras, virado para frente, sem ousar conversar com os colegas de turma, pois quando isso ocorria dizia que iria chamar os pais na escola, por desobediência, isso sem mencionar a postura reta que tínhamos que manter, pois ela alegava que tínhamos que ter postura, sentar incorreto causaria danos a coluna. Recordo-me das reguadas de madeira, esta tinha mais ou menos uns meio metro, batia em nossas pernas, caso não as colocassem para dentro da cadeira, quanta crueldade! Para mim, a figura do professor era meio assustador, me tornar professora seria ser como aquela professora cruel?.

Em verdade, instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e comportar-se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos. Uns e outros, porque concretamente banhados nesta situação, refletem a opressão que os marca. (FREIRE, 1987. p. 25)

Ainda militando neste mesmo setor, no mesmo ano (2015), tive oportunidade de participar de um II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (II ENERA), no Estado de Goiás, e na ocasião conheci na época meu namorado que mais tarde se tornaria meu atual esposo. Este último, sendo o fator primordial a minha permanência pelos lados do Estado do Mato Grosso do Sul, no município de Nioaque, especificamente no Assentamento Palmeira. Realizando diversas “pontes aéreas”, do Rio de Janeiro à Mato Grosso do Sul e vice-versa até mais ou menos final do ano 2016.

Iniciou-se oficialmente meu percurso no ano de 2017, onde finquei meus pés no Município de Nioaque (cidade dos dinossauros, como assim conhecida é), residindo no Assentamento Palmeira (sua ocupação se deu em 1997 por intermédio do MST e FETRAGRI), localizado no município de Nioaque/MS.

De início, me desafiei a lecionar em duas Escolas dentro do assentamento em questão, a Municipal Dr. José Garcia Netto, na área da ciência humanas (exatamente nas disciplinas de história e geografia), com turmas do 6.º ao 9.º ano e disciplina de artes com turmas do pré ao 9.º. E na rede Estadual Odete Ignês Villas Bôas, essa em área específica a minha formação, na disciplina da Biologia nas turmas de 1.º ao 3.º ano do ensino médio, isto no ano de 2017. Vi-me novamente em um contexto atrelado a educação bancária, no universo de uma professora oprimida, tentando, cumprir sua carga horária de 20 h estabelecida e muitas das vezes, me sentindo estando em uma gangorra, tentando se equilibrar em meio a educação bancária e educação problematizadora, na busca de evidenciar o estudante como protagonista de seu processo. Foi um período desafiador, pois precisei de fator explorar também meu lado educadora e atuante em movimento social, a fim de não tornas as aulas monótonas, pois a cobrança de cumprir prazos era grande, prezando muita das vezes por quantidade e não qualidade. Esse sendo um dos desabafos de uma educadora, mulher, em meio a esse sistema opressor. Onde a figura do Educador é posta diariamente por conciliar vida pessoa ao profissional, além de receber salário abaixo do almejado. Pois ser educador no Brasil não é fácil, requer gostar, se dedicar e muito das vezes por querer perceber no mínimo a transformação de uma sujeito, nos motiva a lecionar.

Lecionando pras turmas memores do pré ao 3º ano do ensino fundamental, especificamente na disciplina de arte, percebi que meu universo estava naquele meio, naqueles pequenos agentes transformadores, futuro da humanidade, e sendo assim, na oportunidade de regência na educação infantil, me vi partindo da necessidade em se capacitar na área em questão, debruçei-me em uma 2ª graduação em Pedagogia, no ano de 2020, iniciei minha atuação, neste mesmo ano, educadora da Turma de pré-escola, função exercida somente na Escola Municipal até o ano atual de 2023. Para além de vida profissional, continuei a prosseguir na militância, atualmente inserida no setor de educação do MST/MS.

Em meio aos desafios, tentando contribuir em meios a encontros, reuniões e participação em formações (que muitas das vezes se torna meio difícil) devido à carga horária estabelecida na função de docente.

Cumprando, porém, que a causa das necessidades sociais nasce da injusta distribuição de renda, da danosa discriminação racial, social

e de gênero feita pelos opressores, e que, portanto, não é povo que causa danos à sociedade, mas a sociedade com sua organização vertical, meritocrática e desigual, que dá riqueza e facilidades para poucos e pobreza e dificuldades para maior parte da população. (BONSANTO, 2019 p.39)

Nesta perspectiva, meu universo de pesquisa acadêmica, se destina às mulheres, no campo de pesquisa, talvez por vivenciar por algumas vezes tais contradições machistas, ou pelas vivências nessas localidades, que, portanto, me permitiu observar que nós mulheres somos invisíveis no contexto onde nos encontramos. Nesse sentido debruço-me ao tema desta pesquisa Assentamento Palmeira: o protagonismo das mulheres em meio aos desafios e resistência. Acreditando-se que o problema de pesquisa se encontra, em um estudo que questione quais os desafios e resistências da mulher do Assentamento Palmeira. Qual a importância que exercem na sociedade onde está inserida e pesquisar e analisar a mulher no contexto da reforma agrária. Nessa perspectiva o objetivo foi investigar através da prática organizativa do Grupo de Mulheres do Assentamento Palmeira, município de Nioaque – MS, como as integrantes têm elaborado ações e práticas de resistência para a desigualdade de gênero. E, sobretudo, avaliar a trajetória e estudar a estratégia organizativa do Grupo, compreender as perspectivas de gênero que orientam as ações das Mulheres inseridas em coletivos sociais nesse assentamento e identificar as principais transformações nas formas de sociabilidade e relações de poder no contexto agrário.

Busca-se reconhecer a inserção do grupo no debate sobre as relações sociais de gênero e os impactos desse mecanismo enquanto canal de participação das mulheres Sem Terra dentro e fora dos assentamentos de Reforma Agrária na região. Neste sentido utilizei a noção de “trajetória”, como uma série de posições ocupadas por agentes, em espaços sucessivos, que nos permitirá situar acontecimentos por meio de histórias individuais e coletivas e seus deslocamentos no espaço social (BOURDIEU, 1996, p. 286).

Sendo assim, a contribuição dessa proposta vem ao encontro da possibilidade de compreensão da trajetória de mulheres inseridas em coletivos sociais e suas implicações para as lutas do movimento feminista no contexto da região pantaneira. Além disso, o estudo desse objeto em questão pode contribuir com o debate em torno das políticas públicas para as trabalhadoras rurais na região.

Segundo Gil (1946), a pesquisa participante, surgiu na América Latina, com o objetivo de alcançar a articulação de grupos marginalizados, baseia-se em uma pesquisa qualitativa de campo onde os resultados são representados nas qualitativas, mediante

descrições verbais. Sendo assim, dentre várias pesquisas definidas, destacamos a pesquisa participante.

Mas a pesquisa participante também tem uma vertente sociológica, inaugurada por Orlando Fals Borda no início da década de 1970. Seus trabalhos indicam um compromisso com as lutas populares contra o imperialismo e o neocolonialismo e propõem uma divisão entre a ciência dominante, que privilegiaria a manutenção do sistema vigente, e a ciência popular. A primeira corresponderia a atividades que privilegiam a manutenção do sistema vigente e a segunda seria construída pelo envolvimento do pesquisador como agente no processo que estuda. Por isso Fals Bordapropõe ao pesquisador uma postura de devolução do conhecimento aos grupos que lhe deram origem. (GIL, 1946, p. 41)

Essa proposta de pesquisas qualitativas passou a ser reconhecidas década de 1970, adequadas à pesquisa social. A partir de então o destacou-se o encontro ao enfoque interpretativista. Segundo Gil (1946) o mundo e a sociedade devem ser entendidos a partir da perspectiva daqueles que o vivenciam realidade específica, o que implica considerar que o objeto de pesquisa é compreendido como sendo construído socialmente, ou seja, a pesquisa qualitativa, no campo do estudo passou a serreconhecida como importante, evidenciando complexos processos de interação social, mediante a experiência vivida.

A observação participante, nessa perspectiva, o processo de observação da pesquisadora para com as pesquisadas, destacou a importância, a partir desses pressuposto, uma possível características de organização e as relações de interações e afetividade, respeito e empatia existentes entre essas mulhere construídas durante seus encontros, além de invisibilidade das mesmas no meio onde se encontram, pois poucos reconhecem ou já ouviram algo sobre o grupo em questão dentro do assentamento mediada pelas relações de gênero. O diálogo foi fundamental a este processo de pesquisa, ouve trocas de experiência, saberes entrelaçados entre a pesquisadora e as pesquisada, “observação participante supõe a interação pesquisadora/pesquisada”, evidenciando uma relação de proximidade e relações de afetividade.

Segundo Gil (1946) observação participante se conceitua da participação real do pesquisador na vida da comunidade, seja ela organização ou do grupo (em que é realizada a pesquisa), onde o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo se entrelaçam entre si.

A observação assume geralmente a forma de observação participante, que se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, com a finalidade de obter informações acerca da realidade

vivenciada pelas pessoas em seus próprios contextos. Tem, pois, como pré-requisito sua presença constante no campo, em convívio com os informantes durante algum tempo. Trata-se, portanto, de um processo longo. (GIL, 1946 p. 92.)

A observação participante, se complementa com o uso da história oral, ou seja, dialogando dessa forma com a esta última torna-se uma ferramenta riquíssima, que permitiu a investigação por meio de relatos, narrativas por parte das entrevistadas, e história oral que buscou evidenciar histórias de vida atreladas a entre memória e identidade social, conhecida dessa forma como história oral.

A ferramenta metodológica da entrevistas foi um questionários aberto (nesse contexto, a metodologia abordada foi partindo do pressuposto de utilização de quatro técnicas de coleta: primeiro as questões objetivas (a cerca do universo pesquisado), o segundo questões abertas (um questionário contendo umas 10 perguntas específicas) para as mulheres que integram o grupo, buscando assim compreender a forma pela qual essa experiência (constituída enquanto aprendizado político), mobilização em torno de demandas específicas, sobretudo de mulheres que atuam em grupo (espaços coletivos) em assentamento da Reforma Agrária. Terceira, procedimentos de levantamento de dados, através do trabalho de campo (utilização do caderno de anotação) e por último, o registro fotográfico por meio da câmera do celular (ferramenta pessoal da entrevistadora), está foi realizada após as entrevistas, que permitiu visibilizar por meio da fotografia, as pesquisadas nesse contexto histórico.

No presente trabalho buscou como principais fontes a utilização de uma pesquisa bibliográfica sobre gênero nas áreas de reforma agrária, especificamente, produzidas Movimento dos Sem Terra (MST), coleta de documentos via setor de gênero do MST tais como: cadernos de formação, boletins, livros, panfletos, fontes em sites, arquivo CPT no Mato Grosso do Sul, que registraram atividades sobre o trabalho organizativo para e pelas mulheres nesse assentamento no período de 2012 a 2015.

Foram realizado o levantamento e o mapeamento dessas entrevistadas totalizando sete mulheres (pois estas resistiram e tentaram, de certa forma, reerguer o então grupo, ressaltando que algumas demais também residiam fora do assentamento), que faziam parte do grupo composto por 30 integrantes. Foi perceptível a utilização em diversos momentos da entrevista, do uso da memória individual e também coletiva. É notório que o ato de relatar suas histórias, remete a lembranças marcadas por momentos prazerosos revividos consequentemente com alegres, rebeldia e enfrentamento pelo direito ao acesso a tão sonhada terra. Voltar ao passado era reviver e se orgulhar das conquistas alcançadas quanto mulheres

organizadas.

Segundo Pollak (1992) Discorre conceitos sobre memória e a sua relação com a identidade podendo ela ser pessoal ou coletiva, ainda sob essa perspectiva se entrelaça como leitura complementar traduzido para o português em 1989, sendo ele “Memória, esquecimento, silêncio”.

Pollak questiona quais os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, sendo assim pontua que o primeiro são os acontecimentos vividos pessoalmente e o segundo são os acontecimentos que ele vem a chamar de "vividos por tabela". Resumindo, seria acontecimentos vividos pelo grupo ou todavia pela coletividade pela qual a pessoa sente como pertencimento. Ainda que esses tais acontecimentos não tenha participação pela pessoa mais que esteja no imaginário.

Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os camisards -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992, p.3)

Pra além desses tais acontecimentos, vale ressaltar que a memória é construída dessa forma por pessoas e também por personagens. Este último podendo ser encontrados no decorrer da vida, de personagens (esta freqüentadas por tabela, que indiretamente, venham a se transformar quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa). Finalmente nessa circunstância se evidenciam os lugares. Este último vindo a existir como lugares da memória, atrelado a uma lembrança (uma lembrança pessoal, com tempo cronológico ou não).

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. (POLLAK, 1987 p.3)

Pollak (1992) introduz alguns diferentes elementos da memória, essas por assim

dizer, projeções, podendo-se relações a lugares, eventos, personagens e sobretudo podendo ocorrer o problema dos vestígios (datados da memória), ou seja, data (privada ou vida pública que em determinado momento são entrelaçadas ou separadas, que conseqüentemente pode vir a faltar no relato ou na biografia) precisa de um acontecimento que fica gravado na memória de uma pessoa.

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. (POLLAK, 1992, p.4)

Nessa construção da identidade, Pollak (1992) recorre à literatura da psicologia social, em partes da psicanálise sendo ela essenciais: unidade física, onde o sentimento de ter fronteiras físicas, neste caso o do corpo (da pessoa), ou fronteiras de pertencimento (ao grupo), no caso de um coletivo; continuidade dentro do tempo (no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico) e finalmente, o sentimento de coerência (sendo os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados).

Ressalto que se é possível o confronto memória individual e a memória dos outros, evidencia que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e conseqüentemente intergrupais.

Sendo assim pode-se dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, seja portanto individual como coletiva (na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si).

Sendo assim a busca por esse autor, ressalta conceitos como memória e identidade social, como ponto de partida a presente pesquisa. Como forma de complemento, foi utilizado a aplicação de um questionário aberto, com enfoque da trajetória de vida das mesmas inseridas em espaços coletivos nesse assentamento em questão, e também foi utilizando dados secundários e a produção científica sobre a problemática de gênero no contexto da luta pela terra.

A elaboração (desse tipo de memória) é desafiador, e é um trabalho que toma tempo, tenta evidenciar datas, lugares, pessoas, personagens e acontecimentos importante a pesquisa em questão.

As mulheres relataram lembranças tristes, como por exemplo a saída de demais

integrantes do assentamento, desunião por parte de algumas, e verificou que estas mesmas se permitiram reviver trajetórias valorização de identidade e fortalecimento a suas lutas e empoderamento.

Sendo assim, o presente trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: Introdução com subtópicos: I.I Contextualizando minha Trajetória de Vida e a Inserção ao Universo da Acadêmico/Pesquisa / I.II Contextualizando MS/município de Nioaque / I.III Breve Histórico do Assentamento Palmeira, no Capítulo II Movimento Feminista no Brasil e Gênero na perspectiva do MST / II. I – Mapeamento (referências) de Intelectuais Orgânicas. II – O Movimento Organizado de Mulheres / III. As Especificidades da luta das mulheres camponesas, iv – Estaremos apresentando o O Papel/Potagonismo das muleheres no Assentamento Palmeira V – apresentando as Considerações Finais e finalização com os Anexos.

I.II – CONTEXTUALIZANDO MATO GROSSO DO SUL/MUNICÍPIO DE NIOAQUE

Em meio à execução dos programas desenvolvimentistas no ano de 1977, ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso em duas unidades político-administrativas, e foi instituída em 1979. (CONCEIÇÃO, p. 30, 2021)

O Mato Grosso passou por um processo de divisão sendo transformado em duas unidades federativas, dessa forma vindo a surgir a fundação de Mato Grosso do Sul, ocorrendo em 11 de outubro de 1977. Vindo a ser sancionado pelo presidente Ernesto Geisel. Nesse período fortemente, o regime militar ainda permeava sobre o Brasil, e a elite ruralista, almejava um dito desenvolvimento regional. Houve críticas frente a essa nova conjuntura, mas de fato não impediu tal execução. Segundo Conceição (2021) No final do regime militar e com o início da reabertura para a redemocratização (ou seja, o povo sendo atuante e participativo, elegem seus representantes políticos), marca o surgimento do Mato Grosso do Sul, isso por volta do ano de 1982.

O Mato Grosso do Sul, e que tem-se como capital Campo Grande (esta última considerada desenvolvida), com população numerosa bastante expressiva, diversos comércios instalados, lazer etc. O estado em questão é predominantemente marcado por uma produção agropecuária e produções de monocultivos de grãos, considerado um dos principais estados produtores para exportação do Brasil)

Mato Grosso do Sul também situa uma diversidade expressiva de população indígena.

80.459 habitantes - isto distribuído por 29 municípios, isto sendo representado por 08 etnias tais como: Terena, Guarani, Kadwéu, Kaiowá, Kinikinaw, Atikun, Guató e Ofaié. importante ressaltar que se comunicam na sua língua mãe, sendo essas: Kadwéu, Terena, Guató, Guarani, Kinikinaw (GUEDES, 2020)

E Ofaié (Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS)). Sendo assim, a população sul-mato-grossense é marcada especificamente aos povos originários (indígenas), concentrando um número expressivo de costumes, culturas, crenças, que torna dessa forma um Estado pluricultural diversificado.

Ao longo da história o acesso à terra sempre houve disputas expressiva de conflitos por colonizadores que segundo Rosa (2013) “Inicialmente ocupadas por diversos povos indígenas, as terras que viriam a constituir o território brasileiro foram tomadas pelos portugueses, que, nela viviam, instauraram o latifúndio como forma social e política”.

Os latifundiários detêm de grandes extensões de terra unicamente para produção

para exportação

A palavra latifúndio vem do latim, “*latifundiu*”, era utilizada já na Roma antiga, para caracterizar o domínio de uma área de terra por único proprietário. Dessa forma, pode-se afirmar que a expressão latifúndio representa acima de tudo a designação para uma grande propriedade de terra (STÉDILLE, pág 7, 2000,)

Sendo assim, utilizam grande extensão de terra (podendo variar mediante a realidade de cada região e país) para produção em longa escala, e conseqüentemente utilizam pacotes tecnológicos atrelados aos agrotóxicos, estes últimos são introduzidos cada vez mais doses altíssimas para que se consiga de fato ter resultados satisfatórios de produções. As produções que mais são concentradas mais teor de agrotóxico, sobretudo está em produções de grãos como, por exemplo, soja, gergelim e outros.

Pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e pelo Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 que a regulamentou, tem-se a definição de agrotóxicos e afins no artigo 1º, inciso IV:

“...IV - agrotóxicos e afins - produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, na pastagens ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição a flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento...”
(TAVARES, SHINODA, MOREIRA, FERNANDES, p.3, 2020)

Estudos comprovam que pessoas contaminadas pelo agrotóxico, seja ela em sua aplicação, ou consumo direto de sua mesa, prejudica de forma evasiva, quando não vem a óbito, deixa sequelas irreversíveis como aborto, infertilidade, malformações e outros. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2018), (publicounota pública) evidenciando que o Brasil é considerado o maior consumidor de agrotóxico, cada vez mais o índice vem crescendo, os modelos de agricultura postos exigiram o consumo desenfreado e conseqüentemente gera insegurança alimentar, pois nos alimentamos de alimentos contaminados. O consumo direto e indireto é deliberadamente realizado pelo órgão Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), agência fiscalizadora e reguladora de consumo, ou seja, veneno na mesa com consentimento do órgão competente. Não o bastante ainda é notável o fornecimento a sociedade de medicamentos oriundos das mesmas empresas que fabricam os agrotóxicos.

Desde 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos, movimentando 6,62 milhões de dólares em 2008 para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos – o que representa 3,7 quilos de agrotóxico por habitante. (RIGOTTO E ROSA, p.87, 2013)

Não diferente, chega à mesa dos consumidores teores altíssimos de diversas

variedades de agrotóxicos, que muitas vezes acarretam doenças e perdas de vidas humanas e além da extinção do ecossistema.

Mato Grosso do Sul é o que mais comercializa agrotóxico no País. É o que apontam dados do Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, elaborado pelo Ministério da Saúde em 2018. De acordo com o estudo, de 2013 para 2014, MS apresentou o maior percentual de aumento da comercialização de agrotóxicos, em dados absolutos, com 102,2%. O Estado também ficou em 4º lugar entre os estados que apresentaram o maior crescimento da comercialização de agrotóxicos por área plantada, com 24,31 kg/ha (SILVA CITADO PROGRESSODIGITAL, 2019)

Para estes povos, a terra é de grande importância, sendo um território de sobrevivência e construção próprio sentido de pessoa, ou seja, de mundo, passam dessa forma a ter relação com a terra. Ainda segundo Rosa (2013) “a maior parte desses povos marcou sua relação com a terra pela posse (garantida pelo uso do solo) e não pela propriedade garantida pela aquisição de títulos”.

Partindo do pressuposto de ocupar terras improdutivas que não cumprem função social, o MST mobiliza e massifica a base, dessa forma almejam pressionar o governo a de desapropriação, essas lutas se iniciam por volta de 1945 e se intensificam torno de 1980 “Além disso, é nesse período que os movimentos tendem a se generalizar, a perder seu caráter local, a articular formas mais abrangentes de organização” (Medeiros, 1989, p.13) Inicia-se um processo de crítica às situações de trabalho dos que lutam no campo, e conseqüentemente buscam novas formas novas de introdução desse segmento na sociedade.

A disputa pelo acesso à terra tem se perpetuado ao longo do tempo, mas os contextos, os atores, as questões em jogo e o repertório de ações têm se modificado continuamente, em especial num quadro de rápidas mudanças e crises nacionais e internacionais. (MEDEIROS, 2019, p.108,)

Sendo assim surgem propostas políticas diferentes (com marco a realidade dos trabalhadores do campo), neste caso temos: o foco na reforma agrária, direitos trabalhistas e previdência social. Marco fundamental visto que essa conjuntura ocorre em um período em que iniciam grandes transformações no país. A industrialização tornando o modelo de projeto de desenvolvimento, e a agricultura tendo uma função econômica voltada a exportação.

Ao ocuparem as terras, vinculadas aos movimentos sociais, os mesmos reivindicavam o direito de nelas viver, sem necessariamente exigirem o reconhecimento do Estado para isso. A década de 80 (no Brasil) do século XX, é marcada pela emergência de

movimentos populares, este período ocorreram diversas ocupações de terras, nesse sentido, e o Estado de Mato Grosso do Sul, é palco também desse cenário de lutas e resistência, onde o Município de Nioaque, esta situa-se na região centro-oeste, especificamente na região pantaneira.

O bioma Pantanal, na verdade, contém no mínimo 11 Pantanaís! É um verdadeiro paraíso, repleto de mosaicos que inclui cerrado, campos e florestas tropicais. Na época das cheias tem sua área inundada em até 80%, considerada a maior planície de áreas alagadas do planeta, de onde vem a associação de “Pantanal” com o nome de “pântano”, embora seja um bioma rico em diversidade de lugares. Seu tamanho equivale ao estado de Santa Catarina. (...) O Pantanal tem seu território de 60% localizado na porção oeste (MS e MT) do Brasil, e 40% na Bolívia e no Paraguai. (SILVA, 2022, p.240-241)

Vale destacar que o Pantanal possui uma diversidade ampla de comunidades (indígenas, assentados, camponeses, quilombolas, ribeirinhos e diversos outros povos existentes), que se veem em meio o agronegócio. Esse último produz para exportação, destruindo fauna e flora, quando recorrendo aos agrotóxicos quanto no que diz respeito a desmatamento.

A Região Pantaneira há décadas vem sofrendo os impactos do modelo de produção agrícola do agronegócio, com uso intensivo de agrotóxicos, mecanização pesada sobre o solo, grandes extensões de monocultivos e principalmente grandes fazendas de gado. (SILVA, 2022, p. 242)

Esse sistema de produção visa lucro, e paralelamente a isso ajudam a contribuir na destruição da biodiversidade. As queimadas no Brasil, muitas são, consequência dos que produzem para alavancar o agronegócio, que ateiam fogo (árvores derrubadas e amontoadas) em suas propriedades, com objetivo de expansão da produção, e resultado é o total descontrole, passando para áreas vizinhas e, matas e reservas destinadas à preservação. Segundo Alentejano e Egger (2021) não o bastante utilizam propagandas enganosas em favor de divulgação “Agro é TECH, o agro é POP, o agro é TUDO!” impor que tudo que existem no campo brasileiro está vinculado ao agronegócio. Nessa perspectiva, alegando desenvolvimento e crescimento econômico, tanto para o Brasil quanto para o agronegócio, tentando maquiagem a real situação existente por trás do processo exploratório. Segundo Alentejano e Egger (2021) vale ressaltar que a palavra agronegócio, é nova a introdução a língua portuguesa, até os anos de 1990 ainda não existia, neste contexto é uma tradução da palavra inglesa agribusiness, esta última foi cunhada (originalmente) nos Estados Unidos em 1950, por John Davis e Ray Goldberg, 1993 foi incorporada ao vocabulário político brasileiro.

O descontrole é notório no meio ambiente, pois rios que possuíam águas abundantes, estão ficando assoreados, pois suas margens estão desprotegidas de vegetações, esta última importe para evitar a entrada da terra para dentro dos rios, estiagem em longos períodos e paralelo a isso chuvas atreladas com tempestades e com granizos, muitas das vezes também fora de estações específicas. Ainda é corriqueiro esse tipo de atitude, mas contrapondo essas ações, encontram-se as comunidades tradicionais que utilizam de seus saberes, ou seja, dos seus conhecimentos em prol de garantir e preservar a biodiversidade, como, por exemplo, no cuidado dos rios (muitos ainda utilizam como fonte de captação de alimentos), produção diversificada, diversas outras ações.

O bioma abriga mínimo de 3.500 plantas terrestres e aquáticas, muitas utilizadas somente pelos povos pantaneiros a partir de seus conhecimentos tradicionais para fins medicinais, de modo que várias delas não foram ainda devidamente catalogadas e pesquisadas, podendo ser as respostas para várias doenças no futuro próximo. (SILVA, 2022, p.241)

Neste contexto, a zona rural de Nioaque é nesse sentido constituída por fazendas e colônias agropecuárias), se destaca vários assentamentos como: Colônia Nova (Assentamento Boa Esperança), Colônia Conceição (Gleba), Colônia Andalúcia, Colônia Palmeira, Colônia Bálsamo, Colônia Santa Guilhermina, Colônia Morrinho, Colônia Padroeira do Brasil (Gleba Aldeia Indígena do Brejão (Terenos), e povos originários: Aldeia Indígena Água Branca (Terenos), Aldeia Indígena Cabeceira e fazendas, e Aldeia Indígena Taboquinha) possuindo em sua geografia a Serra de Maracaju, a predominância morros como: morrinho, cerro azul e morro do baú) além de planaltos. Os rios de Nioaque atravessa o município (possui aproximadamente 100 quilômetros de extensão, sendo afluente do rio Miranda, este último presta-se a navegação de pequenas embarcações). A população também usufrui de suas águas tanto para pesca e também ótimas para banhos. Possui uma área de 3.923,798 km². Sua densidade é de 4,6 hab./km². O clima é tropical úmido. O fuso-horário é o UTC – 4. Possui um IDH de 0,715. Limita-se ao norte, com o município de Anastácio; ao sul, com Guia Lopes da Laguna; ao leste, com Maracaju e ao oeste, com Bonito. Além da área urbana, composta pelo centro da cidade, ainda existe a área suburbana, que constitui quatro bairros: Monte Alto; Largo da Baía; São Miguel e Ouro Verde.

O Estado do Mato Grosso do Sul está localizado no sul da região Centro-Oeste, e segundo dados do Portal da transparência/MS “MS é um Estado rico em diversidade ambiental, pois abriga 70% do Pantanal”, além de abrigar espécies vegetais nativas e outras incorporadas ao longo do processo histórico.

Alguns dos problemas ambientais existentes são: as queimadas que provoca a poluição do ar ao longo do ano o Estado se depara com as frequentes estiagens, que ocasionam diversos incêndios decorrentes muitas das vezes direto ou indireto da ação humana, e que conseqüentemente atingem famílias oriundas dessas localidades, ocasionando perdas na flora, fauna e até em casos subsistência humana.

Como forma de tentativa de auxílio, o governo (deste mesmo Estado) decretou o chamado estado de emergência devido secas extremas (tal fenômeno muito corrido no mês de abril). “A situação já está dramática em algumas das regiões pantaneiras, como a zona rural de Poconé, Mato Grosso, que está contando com caminhões-pipa da Prefeitura para o fornecimento de água, porque o rio Bento Gomes, um dos rios que abastece o Pantanal e principal fonte da cidade, não conseguiu se recuperar ainda da seca somada aos incêndios em 2020”. Sobretudo em outras ocasiões rios cheios, decorrentes das chuvas, ocasiona alagamentos e enchentes (Ecoa, Rosa)). O uso indiscriminado de agrotóxico (muito frequentes nas lavouras latifundiárias); a substituição da vegetação natural, a retirada da vegetação natural das margens dos rios, que conseqüentemente provocará assoreamento dos leitos dos rios, lagos e outros denominadores (nessa ótica já evidencia muitos rios assoreados). O rio Taquari (afluente do Paraguai) é o principal exemplo a caça de animais e as pescas predatórias, ocasionando desequilíbrio ecológico e devastação de ricos nutrientes ao solo.

Além de ser considerado Patrimônio Natural da Humanidade/Reserva da Biosfera pela Unesco e ainda sobre essa riqueza podemos destacar o Pantanal, composto por biodiversidades, paisagens magníficas e tendo em sua formação três biomas, sendo eles Chaco Boliviano-Paraguaio,

Cerrado, Floresta Amazônica e podendo ainda está presente espécies da Caatinga, sendo cenário de atrações turísticos (*Subcom, Conceição*).

Nesta perspectiva, existem alguns Rios transcorre o Pantanal, sendo eles o Rio Paraguai(em Ladário) destacando dados da Marinha do Brasil (entre 2016 e 2020, atual nível 2021) os mesmossegundo registros, encontra-se níveis abaixo do normal. Dificuldade dessa forma a sobrevivência de muitas comunidades ribeirinhas, que dependem das águas dos rios para retirarem seus sustentos.

No que se refere a população territorial (no Sul de Mato Grosso) surgiu na metade do século XIX (ano de 1850), influenciada por cinco fatores: “Estabelecimento de fazendas de criação degado vacum e cavalari; as guarnições ou Colônias Militares; Exploração da Erva Mate Nativa; Solo e água favorável ao desenvolvimento das atividades de agricultura; solo, pastagem nativa, água, topografia favorável para o desenvolvimento de atividades de pecuária” (PPP. 2013).

Para incentivar a colonização do sul do Mato Grosso (em 1943), o Presidente Getúlio Vargas criou a colôniaAgrícola de Dourados que trouxeram para a região diversos povos oriundos de São Paulo, nordeste eminas, este no que lhe concerne receberam pequenos lotes que mais tarde foram dar surgimento de Glória de Dourados, Município de Fátima do Sul, Dourados, Jateí e Deodápolis.

Nos anos de 60 e 70 (foram criados sobre essa perspectiva mais dois projetos de colonização) originando o Município de Mundo Novo e Sete Quedas. Nos anos 80, emerge o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ambos no governo Sarney, neste contexto fortalecendo a bandeira da Reforma Agrária, que se manifestaram nesse sentido no estado 22 projetos de assentamentos rurais além de vários acampamentos.

No início da década de 1990, federações sindicais e sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) do sistema Contag, além da histórica defesa da aplicação do Es-tatuto da Terra, também “passaram a mobilizar famílias sem-terra e a ocupar áreas exigindo a desapropriação para fins de Reforma Agrária” (Sauer, 2002, p. 149). Diante de toda essa pressão pela Reforma Agrária, o Governo Sarney, ao lançar o I PNRA em 1985, prome-teu assentar 1,4 milhões famílias em quatro anos. (Sauer, 2002, p. 150).

Posterior surgiram várias mobilizações frente a várias representações de movimentos, organizações, entidades e outros a fim de pressionar e reformular uma nossa conjuntura atrelado a Reforma Agrária.

No que diz respeito ainda a formação da população (de Mato Grosso do Sul) houve forte influência de migração externa (contribuição dos primeiros europeus que aqui chegaram. Os paraguaios vieram para o Sul de Mato Grosso após a guerra, empregavam-se principalmente na coleta da erva-mate.

Segundo Conceição et. (2021) Até a década de 1970, a colonização nesta região, representava o extremo sul de Mato Grosso, foi caracterizada por duas frentes colonizadoras: a primeira, datada do início do século XX, com a imigração de sulistas atraídos pela possibilidade de adquirirem terras para desenvolvimento da pecuária e extração da erva mate e a segunda frente seria recente (meados do século XX) e sua ocupação aconteceu nos limites entres os estados região rica em recursos florestais, sendo São Paulo e Paraná

Nesse sentido, Bolivianos tiveram presença na fronteira com Corumbá. Japoneses, estabeleceram-se nas cidades de Dourados e Campo Grande, quando chegaram e dedicaram-se ao cultivo de hortifrutigranjeiros. Os Árabes chegaram aqui pelo porto de Corumbá e pelo porto de Santos, dedicaram-se ao comércio) e interna (goianos e mineiros que fundaram as fazendas de gado. Em 1893 uma nova corrente migratória direcionou-se para o sul do Estado, os gaúchos.

A pecuária extensiva (dando-se a introdução dos bovinos na segunda metade do século XVIII, a partir da penetração dos sertanistas que percorriam a região em busca de metais preciosos), foi considerada uma atividade que se adaptou a região, visto que a criação dos bovinos foi desenvolvida no sistema extensivo ou seja, aproveitando as pastagens nativas e o favorecimento a venda destinadas aos centros, (estados de São Paulo e Rio de Janeiro). Nessa circunstância, as terras já estavam ocupadas pela população indígena, e foram adotados outros projetos, como é o caso por exemplo da revolução verde. Segundo Conceição et. (2021) Com a implantação iria homogeneizar as terras (destruíam os ervais nativos, bem como as árvores frutíferas nativas), e o Estado brasileiro se valeu para expropriar terras das populações indígenas, e consentir a incorporação delas no processo intensificado da revolução verde.

Ressaltando que concentra-se significadamente em Mato Grosso do Sul, maior população indígena (pertence às nações Guarani, Kadiwéu, Terena e Guató). Os Guaranis habitam o sul do Estado e formam o grupo mais numeroso de povos originários com dois subgrupos: os Kaiowa e os Nhandeva. Destacamos Terenas, Guató. As margens do rio Paraná vivem os descendentes Ofaié-Xavante) distribuídos por vários Municípios.

No que se refere a agricultura é predominante a produção de grãos como soja, milho

voltado basicamente a exportação, e junto a essa escola de produção se evidencia os investimentos tecnológicos contendo pacotes de agrotóxicos que muitas das vezes visam a destruição e extinção da fauna e flora. Após a (divisão do antigo Mato Grosso), o sul evidenciou fortemente ao desenvolvimento da pecuária. O gado de corte é predominante, isso, se destaca para os latifundiários. Em vários municípios é constante produção de minerais e recursos naturais. Também possuem hidrelétricas e centros comerciais (Os principais centros comerciais MS estão localizados nos Municípios de: Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas) que visam crescimento e melhorias as populações locais, e regionais.

“Em Mato Grosso do Sul, inicialmente a estrutura de transporte se apóia basicamente no sistema rodoferroviário. A construção da estrada de ferro pela companhia Noroeste do Brasil teve início em 1805, no projeto iniciou a ferrovia em Bauru São Paulo e terminava em Cuiabá MT, em 1907, o Governo Federal reformulou o contrato e o traçado foi alterado para Corumbá MS. A instalação dos trilhos da estrada de ferro Noroeste do Brasil teve início em dois pontos: Em Bauru, (1905) e em Porto Esperança, as margens do Rio Paraguai (1908). Em 1914 as linhas se encontraram perto de Campo Grande. A construção desta estrada de ferro possibilitou a integração econômica do Sul do Estado com a região Sudeste, transformou estações em cidades como Águas Clara e Ribas do Rio Pardo e permitiu o desenvolvimento de outros centros urbanos, como Três Lagoas e Campo Grande. A partir de 1957, a noroeste do Brasil passou a integrar a rede ferroviária federal hoje privatizada” (PPP, 2013)

Em meados da década de 60, deram-se surgimento as rodovias (estas por sua vez pavimentadas).

Mapa 1. Mapa do do Estado do Mato Grosso do Sul, localizando os 78

municípios.

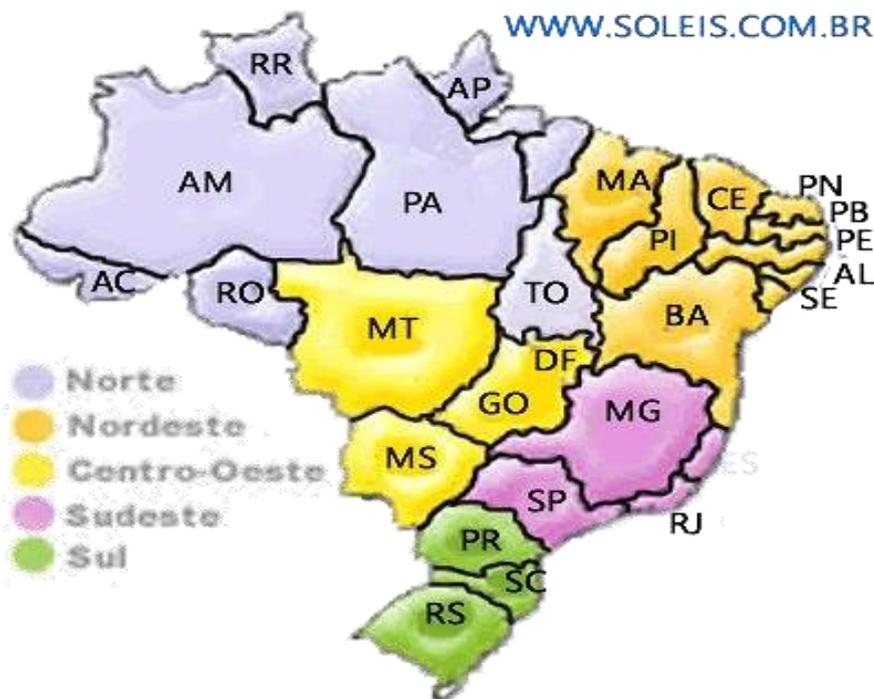


Fonte: www.mapsofworld.com (2014) disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/brasil/estados/mato-grosso-do-sul.html>)

Destaca-se desses 78 municípios, quatro centros regionais: Campo Grande que em meados de 1899 foi elevado à categoria de Vila e criado o município. Com a chegada da estrada de ferro noroeste do Brasil (em 1914), desenvolveu-se ainda mais em 1930 (passou a ser o centro das discussões sobre a divisão do Estado do Mato Grosso), tornando-se Campo Grande elevada à condição de capital.

Corumbá, (situado às margens do Rio Paraguai), encontram-se indústrias de bens de produção. Três Lagoas (situadas no Leste do Estado) devido à proximidade de São Paulo economicamente um polo importante e Dourados (localiza-se no Sul do Estado, o Crescimento Urbano deu-se a mecanização da agricultura, ao êxodo rural. Dessa forma, surge em torno de Dourados outros municípios denominados como Dourados. Mato Grosso do Sul, faz-se limite com alguns Estados como o Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e outros.

Como ilustra o mapa abaixo localizando as regiões e seus Estados: mapa 2 Mapa do Brasil, localizando o Estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste em cor amarela).



Mapa 2: Mapa do Brasil, localizando o Estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste em cor amarela).(Fonte. www.soleis.com.br)

O Município de Nioaque, ainda encontra-se preservado muitos vestígios (antepassados), sendo eles: monumentos de guerra (denominada guerra la gran Guerra, ou seja, A grande Guerra, esta conhecida assim pelos paraguaios, nessa ocasião ocorrida a maior intervenção militar brasileira (em solos estrangeiro), nos anos de 1865 e 1970, um intenso, fervescente e longo conflito armado). Vale ressaltar que a algumas cidades pós guerra (com lugares aruinados, mortos e feridos, abandono de areas e sobretudo crise econômica), foram reconstruída algumas cidades a partir de 1870, como é o caso do município de Nioaque. As lendas (em centros históricos), artesanato/arte dos povos originários(indígenas), hotéis, sedes antigas (das fazendas), casarões dentre outros, que são destinados à população visitante e turístico. Nioaque diz-se que é uma palavra indígena com significado de clavícula quebrada (lenda de uma queda de um índio, filho (de um chefe indígena), ao cair de um animal (ao cavalgar) deslizou-se caindo para trás, que consequentemente bateu com as costas no chão algo (como madeira ou pedras depositados na margem) ferindo-se e fraturando alguns ossos das costas, surgindo a partir dessa lenda a denominação Clavícula Quebrada ou costela fraturada.

Ainda nesse conteúdo lendário, sobre a origem da palavra de Nioaque, sendo vinculados a origem indígena derivadas das palavras graficamente escritas: ANHUAC, ANHOAC, ANIUC, significando na concepção das terminologias científicas: “Clavícula

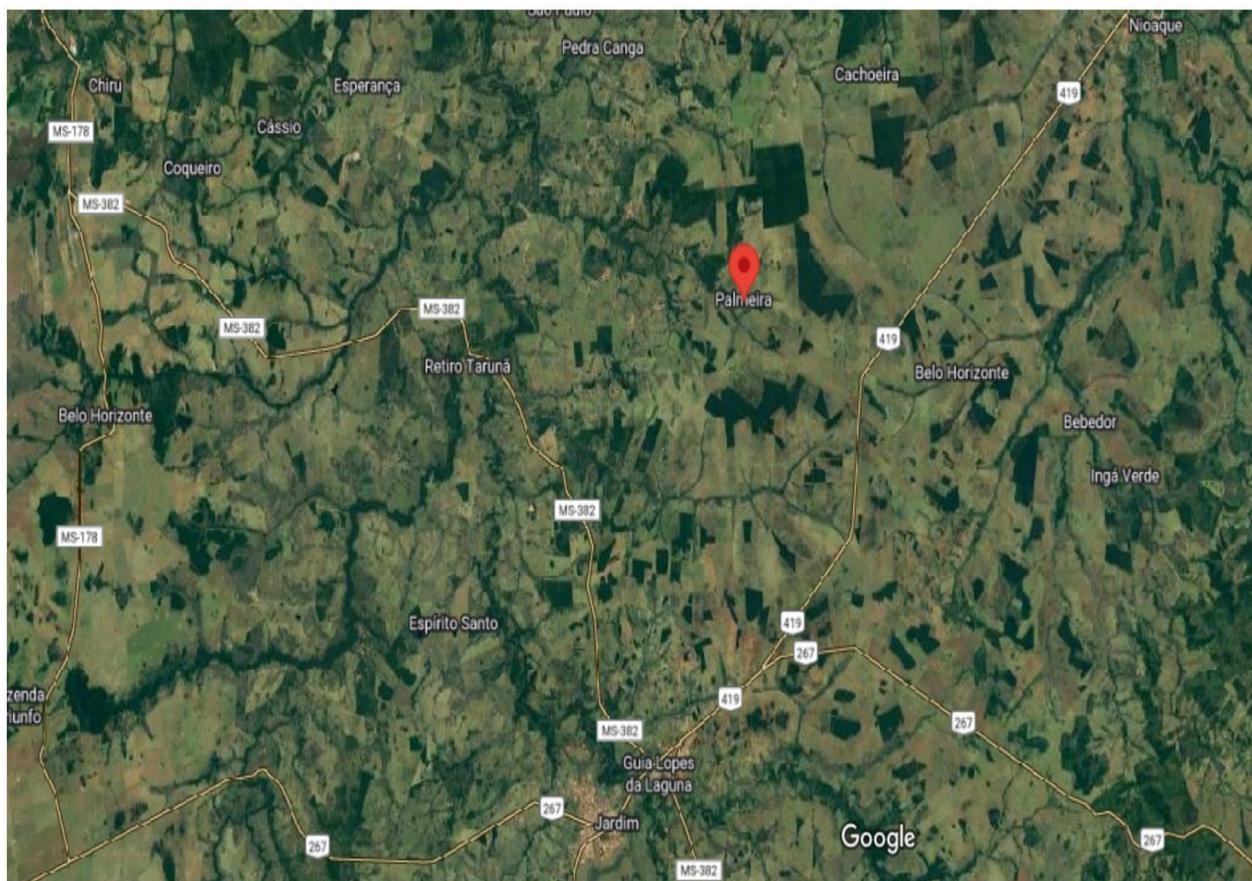
Quebrada”, precedido da denominação primitivamente dada o Rio, do qual originou o nome da cidade. Vale ressaltar que são diversas etimologias: O nome Nioaque surge a partir de: o nome ANIOQUE é originário Guaná que significa clavícula quebrada. ANHUAC nome dado pelos Guaicurus que quer dizer Clavícula Quebrada. NHUAQUE originaria Guarani; junção de duas palavras: NHU+AQUE, que tem o significado Campo de dormir, local onde se faziam paradas para descansar ou dormir.

ANHUAC originou-se de duas palavras terenas e usados também pelos indígenas Lainose Guanãs, originários do Kinikinau, povos originários aruaque, Sul de Mato Grosso, povos originários que dominavam suas terras firmes e montanhosas do Urucum, Rabicho, Morro Grande, Piraputangase Itambé. ANHU+YAC = Clavícula+Quebrada. Em pesquisas as grafias, escritas de diferentes épocas foram: ANHOAC, ANHOAQUE, ANHUAC, NHUAQUE, NYUAR, NIOAC E NIOAQUE.

Na atualidade Nioaque incorporada à nova forma fonográfica da língua nacional (perpassou por transformações ao longo do processo metamórfico, sendo assim, Nioaque é uma palavra de origem indígena que sofreu as influências da língua portuguesa até ganhar a representação fonética e morfológica). Ressaltamos que a palavra Nioaque é a menor palavra que reúne as cinco vogais com o menor número de consoantes. É sinônimo de “costela quebrada” ou como os homens brancos denominaram “clavícula quebrada”. No tocante a origem da palavra, o fundo primitivo, encontra-se situado por volta de 1580 (quando os primeiros homens brancos de origem espanhóis, acompanhados por grupos tupi-guarani, como guias; caminharam por estas cercanias, ora na direção da atual Bolívia e Peru. Os portugueses do séc. XVII e os povoados do século XVIII foram os que realmente vieram a conhecer o Rio, popularizado a denominação qualquer que tenha sido a sua origem primeira.

Mapa 3. Mapa do Estado do Mato Grosso do Sul, localizando o município de Nioaque.

Google Maps Palmeira



Imagens ©2022 TerraMetrics, Dados do mapa ©2022 5 km

Mapa localizando o Município de Nioaque. (Fonte: [www.ttp://nioaquehistorias.blogspot.com/](http://nioaquehistorias.blogspot.com/))

Importante ressaltar que foram os verdadeiros povoadores das terras Sul mato-grossense, e como tal produzia o alimento (sagrado para sustentar seus familiares), dessa forma obtiveram posses (por todo o interior), cultivando roças, e criando animais domésticos. Nessa perspectiva as missões jesuíticas (século XVI e XVII), haviam descoberto potencial na região para a criação de animais e o cultivo de produtos agrícolas, com o desenvolvimento da criação da pecuária bovina (proporcionou ocupação, posse e radicação da população do século XIX) em áreas onde se encontravam os municípios de Nioaque, Campo Grande, Paranaíba, Aquidauana, Miranda e toda a região do Planalto de Maracaju.

Nesse sentido também as colônias militares, guarnições ou mesmo redutos militares contribuíram para o povoamento das terras mato-grossenses, entre outros (garantia de posse e segurança para os ocupantes das terras do interior, surgindo Nioaque, Colônia Militar de Dourados, Colônia Militar de Miranda, além das cidades, Corumbá, Miranda, Coxim e Coimbra).

“Entre os anos de 1836 e 1838 surgiu a família Lopes, filhos de Minas, Gabriel, Joaquim e José Francisco, ambos os irmãos, desempenhava um papel relevante na história da região sudeste do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, Joaquim Francisco Lopes dotado de algumas letras e de espírito sertanista ocupou lugar de destaque nas explorações, a serviço do Barão de Antonina, dando origem a Nioaque e também a região de água Clara e Maracaju. Influenciado pelos Lopes, surgiu a família Barbosa que estabeleceram possessões no Planalto de Maracaju. Algumas fazendas vão surgindo e ocupando as margens dos rios: Miranda, Aquidauana, Negro, Nioaque, Brilhante, Vacaria, Apa e tantos outros afluentes. Por volta de 1839, Antônio Gonçalves Barbosa e seu genro Gabriel Francisco Lopes fundaram a fazenda Boa Vista. E em 1844, Gabriel instala-se na região da margem direita do Apa, próximo a um rego d’água, com a posse denominada Monjolinho. Por volta de 1847/98, com auxílio dos Barbosa e Joaquim Francisco Lopes, inicia a fundação do povoado de Nioaque”. (PPP, 2013).

Na ocasião a exportação da erva-mate (tal exploração da erva-mate desenvolve economicamente a região, considerada uma atividade de extrativismo vegetal e industrial, vindo surgir após a guerra do Paraguai.). Estimulou grandemente o comércio com as Repúblicas do Paraguai, Argentina, centros urbanos como: Porto Murtinho, Bela Vista, São Tomas, Nhú – Vera, Campanário, Ponta Porá, Amambaí, Caracol, Margarida, Cabeceira do Apa, Porto Feliz, Vista Alegre, Antônio João e conseqüentemente Nioaque. Após o término da guerra em 1870, alguns núcleos populacionais vão se afirmando na região Sul de Mato Grosso, tendo Cuiabá, a Capital, em seguida destacando Corumbá, Miranda e Nioaque. Nioaque (1877) é elevada à categoria de Freguesia (Distrito de Miranda) e (em 18 de julho de 1890) emancipada como Município, desmembrada do Município de Miranda. Naquela circunstância a estrada rodoviária era considerada o principal meio de acesso de transporte/trânsito e comunicações.

Em meados de 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, a Província de Mato Grosso passa a denominar-se de Estado e o executivo provincial de Presidente passa a chamar-se de Governador.

Nesse contexto primeiro Presidente da República do Brasil, constituiu-se Marechal Deodoro da Fonseca e junto a isso Governador do Estado foi o General Antônio Maria Coelho.

Percorrendo a história, em 13 de setembro de 1943, o Presidente do Brasil Getúlio Vargas criou cinco territórios (dois em território mato-grossense, Guaporé e o de Ponta Porã sendo este constituído pelos municípios e distritos: Nioaque, Dourados, Miranda, Maracaju, Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã, a Capital), em 1946 a promulgação da nova Constituição do Brasil (extinguiu-se o território Federal de Ponta Porã), e integrou-se ao Estado de Mato Grosso. Nessa perspectiva a construção da ferrovia iniciada no século XX deu impulso às cidades de Miranda, Aquidauana, Corumbá, Campo Grande, (e mais tarde

outras três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo).

Para a fronteira agrícola, houve desenvolvimento para a região Sul-Mato-grossense também ocorreram surgimento e o progresso de vários outros núcleos populacionais. O município de Nioaque contribuiu significativamente a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. O Estado de Mato Grosso foi dividido, logo após o Presidente da República do Brasil (General Ernesto Geisel), sancionar Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 criando-se o Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo escolhida como Capital, a cidade de Campo Grande e elevando categoria de vila, constituindo município próprio, desmembrando do território do município de Nioaque.

Patrimônio da história do Estado de Mato Grosso do Sul, Nioaque também constitui (Mato Grosso do Sul), patrimônio Nacional, pertencentes à coroa, Império do Brasil. Nioaque – “Terrade Bravos e Berço de Heróis”.

A lei nº 54 estabeleceu que no prazo de 04 anos, os ocupantes deveriam regularizar a aquisição das terras; os proprietários trataram então de regularizar a sua situação e foram pagar a Sisa, porém, com a ocupação paraguaia em dezembro de 1864/65, pegos de surpresa perderam praticamente tudo, pois os documentos comprovantes da Sisa foram destruídos, após atarem fogo na povoação e em arquivos salvando pouco mais que a vida.

No ano de 1834 o Major João José Gomes, Comandante Castrense da fronteira, navegou até a foz do rio Nioaque e fundou a Fazenda Forquilha, onde passou a radicar em 1843. Dentre a família Barbosa Inácio ergueu Fazenda nos Campos sujos do Urumbeva, onde fundou Nioaque, Santa Rita, como a Fazenda da Prata encostada no Apa. Mais tarde seu filho Manoel Bruswink Barbosa aos 17 anos, fundou a Fazenda Urumbeva, próximo ao rio Anhuac-Nioaque, que soube conquistar o respeito e com o passar dos anos enriquecia e acostumava-se com a natureza braveira.

Joaquim Francisco Lopes prestou a Mato Grosso serviços em diversas explorações; em algumas de suas letras escreveu sobre o itinerário das viagens exploradoras para descobrir uma linha de comunicação entre Antonina e o Baixo Paraguai, na província de Mato Grosso, entre 1844 a 1849. Foi através desse itinerário que aconteceu a descoberta da melhor via fluvial entre os Rios Brilhante e o Nioaque e que dariam origem ao povoado da cidade de Nioaque.

Segundo Acyr Vaz Guimarães por volta de 1850, com a posse da fazenda Urumbeva, de Inácio, deu-se início do povoado de Nioaque e outras famílias devem ter-se localizado em

terras do município, antes da guerra, como por exemplo, David Medeiros que se estabeleceu nos sertões de Nioaque. Com o passar dos tempos, Nioaque foi desenvolvendo, com maior atenção dada à região por parte da província.

No dia 03 de agosto de 1848 uma expedição comandada por Joaquim Francisco Lopes, atinge a confluência entre os rios Nioaque e Urumbeva no dia 08 de abril 1849, onde se deu à fundação inicial do povoado de Nioaque. De acordo com pesquisas, a data oficial da primeira fundação do porto, povoado que resultou na cidade de Nioaque é 08 de abril de 1848 e seu fundador e comandante, Joaquim Francisco Lopes.

“No dia 08 de abril de 1849. Observe: chegaram a um porto de canoa no Rio Nioaque, barra com um córrego que deram o nome de Urumbeva, em cujo local fizeram posse para o Barão de Antonina, ficando marcos de cerne com o ano de 1849 e com os iniciais de B.A., aí fundada a povoação de São João de Antonina, mais tarde Levergéria e hoje Nioaque”. (PPP, 2013)

Oficialmente, este foi o primeiro nome referindo-se ao povoado de Nioaque.

Em 1859, com o abandono do projeto de fazer de Miranda uma praça militar, resolvendo o mesmo governo que fossem mudadas para Nioaque não só a parada do corpo de cavalaria, como a sede do distrito, contribuindo para levantar o conceito daquele porto quase desconhecido, passando para uma era de verdadeiro progresso. Porém, esse progresso foi cortado com a ocupação paraguaia, deixando a lenda, futura cidade em ruína.

Segundo argumentos de uma carta do Dr. Demosthenes Martins, a data da fundação da cidade de Nioaque é 08 de abril de 1849 e com o nome de São João de Antonina, fundada por Joaquim Francisco Lopes, através de diversas fontes de pesquisa a cidade de Nioaque nasce do princípio de uma rota fluvial através das Bacias do Paraná e Paraguai, sendo o brilhante a ligação com a primeira e o Nioaque com a segunda.

“Por mais de século, a data de fundação de Nioaque era incerta. Tramitou na Câmara Municipal, no ano de 2007 o Projeto de Lei de criação da data de sua fundação, tendo o dia 8 de abril de 1849, baseado em fatos históricos levantados pelo Historiador e Pesquisador José Vicente Dalmolin, mas foi rejeitado por unanimidade. No ano de 2008 foi apresentado novamente o Projeto que institui a data de fundação do município, sendo desta vez aprovado por maioria. Nioaque passou a ter como data de fundação 8 de Abril de 1849. Nioaque já teve como data de fundação 22 de maio, sendo atualmente comemorado neste dia o “Dia da Padroeira da Cidade” Santa Rita de Cássia. Atualmente a Emancipação Política de Nioaque é comemorado em 18 de julho 1890. O Município de Nioaque – MS está localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, que está localizada na região centro-oeste; possui uma

área de 358.158,7 Km². Sua posição geográfica: Ao norte: Mato Grosso e Goiás, ao sul: Paraguai e Paraná, ao leste: Minas Gerais”. (PPP, 2013)

As festividades em comemoração ao natalício de Nioaque, vinham sendo comemoradas em 24 de maio de 1877 n° 506. Depois se adotou o dia 22 de maio, por estar essa data, associada ao dia de Santa Rita de Cássia considerada a Santa Padroeira da cidade, de acordo com os costumes católicos. Atualmente vem sendo adotada a data 18 de julho, pois nessa data, através do Decreto Estadual, n° 23, foi criado o município de Nioaque, desmembrando do município de Miranda, data da emancipação política.

O Município de Nioaque, com uma área de 3.923.798km², situado a 177 km de distância da Capital do estado MS, se encontra na microrregião (IBGE/96), denominada Bodoquena, fazendo divisa do Norte, com o Município de Anastácio, ao Sul, com Guia Lopes da Laguna, ao Leste, com Maracaju e a Oeste com Bonito, via Sidrolândia pela BR 060, está no percurso que leva a dois importantes Centros Turísticos do Estado, Jardim e Bonito. É praticamente passagem obrigatória para quem vai a Bela Vista e a Porto Murtinho. Mesmo com a localização estratégica, Nioaque ainda não atrai viajantes para alcançar sua economia. Isso só irá acontecer quando a cidade investir no setor de serviço.

Atualmente, Nioaque possui pouco mais de 17 mil habitantes, sofre com as conseqüências inerentes a manutenção de latifúndios. A criação de gado, única e exclusivamente, requer pouca mão-de-obra. Em sua maioria, o fazendeiro se quer mora em Nioaque, preferindo Centros como: Campo Grande e Dourados, onde há Universidades para os filhos. Até mesmo as grandes compras para propriedades são feitas geralmente, fora de Nioaque.

A estrutura fundiária do município apresenta características bastante diferenciadas, se comparada com o restante do Estado de MS, principalmente em virtude da existência de 09 (nove) assentamentos rurais com 1.620 (mil seiscentos e vinte) famílias, o que confere ao Município. A possibilidade de trabalhar mais intensamente com a agricultura familiar, 04 (quatro) aldeia indígena com 240 (duzentos e quarenta) famílias fazem parte do Município, assim como 632 propriedades com menos de 10 hectares, 594, de 10 a menos de 100 há; 199, de 100 a menos de 1000 há e 118, de 1000 a menos de 10000 há.

Dentro das principais atividades econômicas desenvolvidas no município, está a pecuária, com 379.448 (trezentos e setenta e nove milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil) cabeças de bovinos.

A produção Agrícola gira em torno do algodão, arroz, banana, feijão, mandioca,

melancia e milho. O município figura no Estado como o 5º (quinto) produtor de banana e o 10º (décimo), de algodão. Apesar do grande número de Assentamentos rurais no município, a pecuária de corte ainda é o maior fator gerador de renda do município.

Configurando as potencialidades elencamos a agroindústria (leite, mandioca, frutas e carne); a pecuária de leite e de corte; o solo com potencial para agropecuária; a riqueza de recursos hídricos; a biodiversidade ambiental: fauna e flora; a produção de grãos em assentamento; o clima favorável a atividades agropecuárias; o potencial para o turismo histórico, ecológico e rural e a grande extensão territorial do município.

A zona rural no município sempre permeia por grandes desafios, assim como a educação, as escolas da zona rural sempre foram consideradas extensões de outra escola também de cunho rural, mas que ficava a quilômetros de distâncias das mesmas.

No município de Nioaque encontra-se localizados vários Assentamentos da Reforma Agrária como: Uirapuru, Padroeira do Brasil, Colônia Nova, Morrinho, Boa Esperança, Colônia Conceição, AndaLúcia, Santa Guilhermina, Areias e Palmeiras. Este último, fruto de intensos processos de enfrentamentos, comendo dessa forma, acampados 11 vezes no mesmo ou até mesmo em diferentes áreas e realizadas 10 ações de despejos. Tais ações contribuíram para o fortalecimento e união de famílias oriundas de diversas regiões. O MST foi um dos movimentos, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que desde o ano de vem sendo considerado um dos movimentos mais organizados e que reivindicam em suas bandeiras de luta o direito a terra, a educação, saúde de qualidade, produzir de forma consciente respeitando a biodiversidade.

I.III BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO MATO GROSSO DO SUL E O ASSENTAMENTO PALMEIRA

Rose (2012) evidencia que as primeiras ocupações de terra (na década de 1960) vinculadas a lógica de redistribuição de áreas rurais a famílias de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra eram conhecidas como evasão (“termo invasão, utilizado ao longo dos anos 1960 e 1970, trazia consigo tons pejorativos e denotação prática considerada ilegal no que diz respeito ao direito de propriedade”) Este último, termo não reconhecido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que por intermédio de diversas lutas e reivindicações firmaram que termo ocupação “refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), sendo assim, o termo ocupação foi estratégico na formulação das bases de justificativa e legitimação do próprio MST e na demanda pela realização da Reforma no Brasil. Década de 70 foi fortemente influenciada por mobilizações frente ao apoio das igrejas Católicas e também organizações não-governamentais e com contribuições que consequentemente obtiveram avanços e recuos na luta pela democratização e cidadania no Brasil.

Neste contexto, a Igreja Católica desempenhará um papel protagonista de resistência através de suas pastorais sociais – da terra, da moradia, operária, de direitos humanos, entre elas – e das Comunidades Eclesiais de base (CEB) reforçadas pelo pensamento crítico da Teologia da Libertação, delegando apoio às iniciativas da sociedade civil contra a violência do regime Militar” (LEWIN, et al, 2005, p.18)

Por volta da década 80 (no Brasil do século XX), ocorreu nesta ocasião emergência de movimentos populares (ressalta grupos e organizações de mulheres). Neste período surge o envolvimento da sociedade em vários segmentos: reuniões, encontros (estaduais e nacionais) distribuído por vários Estados do Brasil. Nesse cenário expandi encontros, seminários, congressos representados diversos movimentos sociais, como, por exemplo, o MST. Pautando assim bandeiras de diversas formas de luta no que diz respeito a direitos, principalmente do acesso à terra, moradia, trabalho e, também ligadas a Gênero, direitos das mulheres e garantido participação efetiva sobretudo das mulheres no contexto de luta.

No Estado do Mato Grosso do Sul, emergiram ocupação, este último da Fazenda Santa Idalina (Ivenhema, 1984), consequentemente surgiu o Assentamento padroeira do Brasil localizado no Município de Nioaque.

Neste contexto, vale salientar que segundo documento oficial (meados da década de

2000),regido pelo Estado brasileiro, a definição de projeto de Assentamento.

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (BRASIL, p. 2004, 148).

É também nessa circunstância que ocorre jornadas de luta pela terra em favor de direitos dos trabalhadores. Na década de 90 outras ocupações foram ocorrendo por várias regiões do referido.

“A partir de 1990, o MST expandiu-se por todo o estado, fazendo ocupações em Anastácio, Sete Quedas, Jateí, bataiporã, Bonito Nioaque e Aquidauana, entre outros municípios em alguns casos mais de uma vez no mesmo latifúndio. (MORISSAWA, 1984, p. 181).

Sendo assim, várias ocupações de terra foram realizadas, pelos estados afora como: os Estados de Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, expandindo-se neste processo, o número de mobilizações efervesceu-se para outros Estados. Sendo assim, em 22 de agosto de 1994, no Estado do Mato Grosso do Sul, dar-se o Assentamento Palmeira, iniciativa do representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e outras organizações, dando continuidade a luta pela direito ao acesso à terra.

No Município de Nioaque, Colônia Nova foi o primeiro assentamento, (fundado em 1972),pelo Senhor Ambrósio Martins da Silva (morador e conhecedor da realidade local). E rapidamente a luta pela terra se intensificou-se .

Em 22 de agosto do ano de 1994, por iniciativa do representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Sr. Adão Nunes reunira-se na cidade de Bela Vista, 27 pessoas com o objetivo de ocupação de terra. A permanência na Fazenda Palmeira foi de quatro dias sendo expulsos pela polícia militar.

Em geral, os acampamentos possuem um arranjo espacial linear ou em forma de círculos. São formados núcleos de moradia que comumente se transformam em núcleos de base pela representação de no mínimo dez famílias. (GASPARIN et al., 2021,p.23)

O enfrentamento era constante, pois a busca pelo acesso à terra era o principal objetivo, dessa forma mais tarde os sem terra retornaram a fazenda construíram o segundo

acampamento às margens do Córrego do Barro, permanecendo por seis dias, em seguida logo foram expulsos novamente. Segundo Fernandes (2013) “Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna público a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia”. Resistiram a luta e quinze dias depois, com a união de 41 famílias (vindas do Município de Antônio João, Bela Vista e Guia Lopes da Laguna) ocuparam novamente a fazenda onde a permanência mais ou menos por oito dias.

Ao serem retirados organizaram-se e unificaram-se quarenta e oito horas após a expulsão retornaram a fazenda, montando o segundo acampamento as margens do Córrego do Barro e 6 dias de permanecidos, logo foram expulsos novamente. Persistiram na luta e 15 dias depois, com 41 famílias vindas dos municípios de Antônio João, Bela Vista e Guia Lopes da Laguna, ocuparam novamente a fazenda onde a permanência foi de 8 dias. Sendo retirados, juntaram-se e com mais 94 famílias (oriundas de Sidrolândia e Jardim) e retornaram a fazenda por mais 05(cinco) vezes (apesar de todas retiradas por decisões judiciais) Acamparam-se por aproximadamente três meses ao longo da ponte sobre o Rio Miranda (rodovia MS 382), que liga o Município de Guia Lopes da Laguna a Bonito.

Figura. 5 Acampamento Palmeira, localizada as margens da rodovia.



Arquivo cedido pelas entrevistadas Dona Ione e Laudicéria (2022)

Em fevereiro de 1996, na nona e penúltima ocupação, contaram com um reforço de mais 36 (trinta e seis) famílias encaminhadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). Os ocupantes foram despejados nestas duas tentativas.

Os despejos consistem em ações policiais ou privadas (estas sempre ilegais) de retirada forçada de comunidades ou familiares de fazendas, terrenos ou prédios urbanos, ocupados por movimentos sociais quando essas propriedades não cumprem a sua função social (...) Eles em geral são consequência de um pedido judicial de reintegração de posse do imóvel ocupado, feito por alguém que se acha no direito de retirar famílias ou comunidades inteiras do exercício de seus direitos humanos fundamentais. (...) No campo, os despejos apresentam-se como a forma atual de uma histórica e violenta repressão aos indígenas, quilombolas e camponeses que não se submetem ao jugo do latifúndio e lutam por seus direitos de acesso a terra” (FILHO, p.210, 2013.)

A seguir fotos (imagem 1) assembleia para organização e saída pacífica da propriedade ocupada e (imagem 2) em cima do caminhão, saindo da propriedade em questão.

Figura 6. imagem Assembleia dos acampados imagem: Despejo dos acampados



Imagem 1 e imagem 2 / arquivos pessoais que foram cedidas pelas entrevistadas Dona Ione e Laudicéria (2022).

Em maio de 1996, as 198 (cento e noventa e oito) famílias retornaram pela 12ª vez, e permaneceu acampada, nesta circunstância cansados e resistindo frente as adversidades, por sua vez, a ação de desapropriação foi consolidada.

Figura 7. Acampamento as margens da rodovia



Arquivos pessoais que foram cedidas pelas entrevistadas Dona Ione e Laudicéria (2022).

O Assentamento Palmeira ficou constituído pelas áreas das Fazendas Palmeira e Santa Maria, acolhendo 112 (cento e doze) famílias, contando com 3 que já residiam na Fazenda. Abaixo mapa de localização dos lotes do P.A Palmeira.

Mapa 4. Mapa de localização dos lotes do P.A Palmeira.

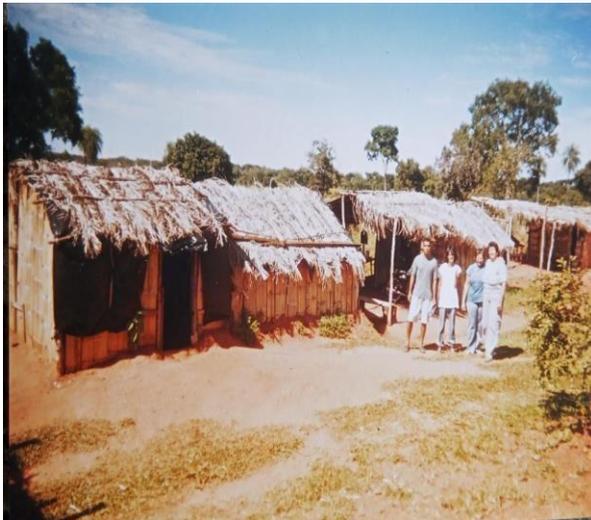


Mapeamento das demarcações dos lotes - Fonte: Instituto de Assistência Técnica Extensão Rural –IDATERRA.

Com famílias oriundas de diversos municípios de Antônio João, Bela Vista e Guia Lopesda Laguna, conseqüentemente vieram famílias das cidades vizinhas de Sidrolândia, Nioaque e Jardim.

Apesar dos desafios enfrentados quanto água, eletricidade, acesso à saúde, os acampados instalaram-se nos lotes, construindo barracos cobertos com lonas, abriram poços rasos e fizeram os primeiros plantios para subsistência.

Figura 12. Acampados residindo em barracos de lona e palha de coqueiro.



Barracas de lona e palha de coqueiro (2022) Acervo disponibilizado pela entrevistada Ione e Laudicéria.

Entre várias ocupações e despejos (resistiram por quatro anos acampados) até a desapropriação em 1997. Neste processo de luta e resistência nós mulheres tivemos participação fundamental neste processo, estando atuantes, participativas, efetivas nas suas diversas atuações.

A atuação das mulheres é decisiva para “a abertura de portas” como os companheiros delas são unânimes em afirmar, já que, em suas reivindicações sociais, movimentam a maioria das mulheres e os demais membros das famílias em torno das diversas ações a serem construídas. No entanto, a partir do momento em que as famílias vão sendo assentadas e meramente atendidas em suas necessidades básicas (água, estradas e escolas), podemos ver um enfraquecimento do movimento coletivo: é preciso organizar a produção no lote, momento em que as mulheres, em sua maioria, abandonam o trabalho grupal e passam ao espaço restrito do lote (seu espaço privado) e dos trabalhos dele decorrentes, reduzindo e até mesmo abandonando suas atuações na esfera pública. (LAVRATTI, p.3, 2015)

A presença feminina é fundamental, indispensável a realização da democracia nas áreas de acampamentos e assentamentos.

São os acampamentos, com seu caráter formativo, o espaço privilegiado de preparar as lideranças, de qualificá-las para as diferentes tarefas que terá de conduzir. É nos acampamentos e nos seus intensos processos de luta e resistência que os militantes se forjam e se comprometem a ajudar a resolver os problemas do povo sem-terra. (GASPARIN et al, p.26, 2021)

Sendo assim, participam, todas de diversos setores e, sobretudo são lideranças, contribuindo com melhorias e desenvolvimento. Podemos evidenciar participações em algumas atividades como marcha para Brasília com mais ou menos 4 participantes, Dia Internacional da Mulher(em 2000) com duas participantes e outros encontros realizados em âmbito nacional, representando tanto o MST a FRETAGRI.

Figura 13. Reunião de mulheres acampadas.



P.A Palmeira. Acervo pessoal da Assentada Ione Kailer Costa, 2020.

É perceptível que trabalho feminino é invisibilizado na área de reforma agrária, seja ele trabalho remunerado ou trabalho doméstico. Quando assentadas em seus lotes, as mulheres contribuem de forma significativa, pois reaproveitam os fundos dos quintais, para desenvolverem criações de diversos animais, construção de pequenas hortas, pomares, plantio diversos para consumo próprio, além de cuidados com os filhos.

Figura 14. Assembléia com participação feminina.



P.A Palmeira. Acervo pessoal da Assentada Ione Kailer Costa, 2020.

As mulheres estão inseridas em vários setores (sejam eles direção nacional, finanças, produção e frente de massa, educação, saúde, gênero e outros) dentro da organização do MST, sendo um espaço de conquista e avanços frente a este sistema opressor e consequentemente excludente.

Fernandes (2000) citado por Leite e Demenstein destaca que diversas dasações realizadas pelo MST passaram por um processo de formalização, ou seja, a estrutura organizativa do movimento passou a ser desenhada a partir de uma série de atividades já postas em práticas por sua militância nos âmbitos regionais, estaduais e federal.

Foi desse processo de formalização que surgiram chamados Setores do MST. Os principais são: Setor de Frente de Massas, de Formação, de Educação, de Produção e de Gênero. Este último foi criado a partir da ideia de que a luta pela terra precisa incorporar toda a unidade familiar (FERNANDES, p.7, 2000).

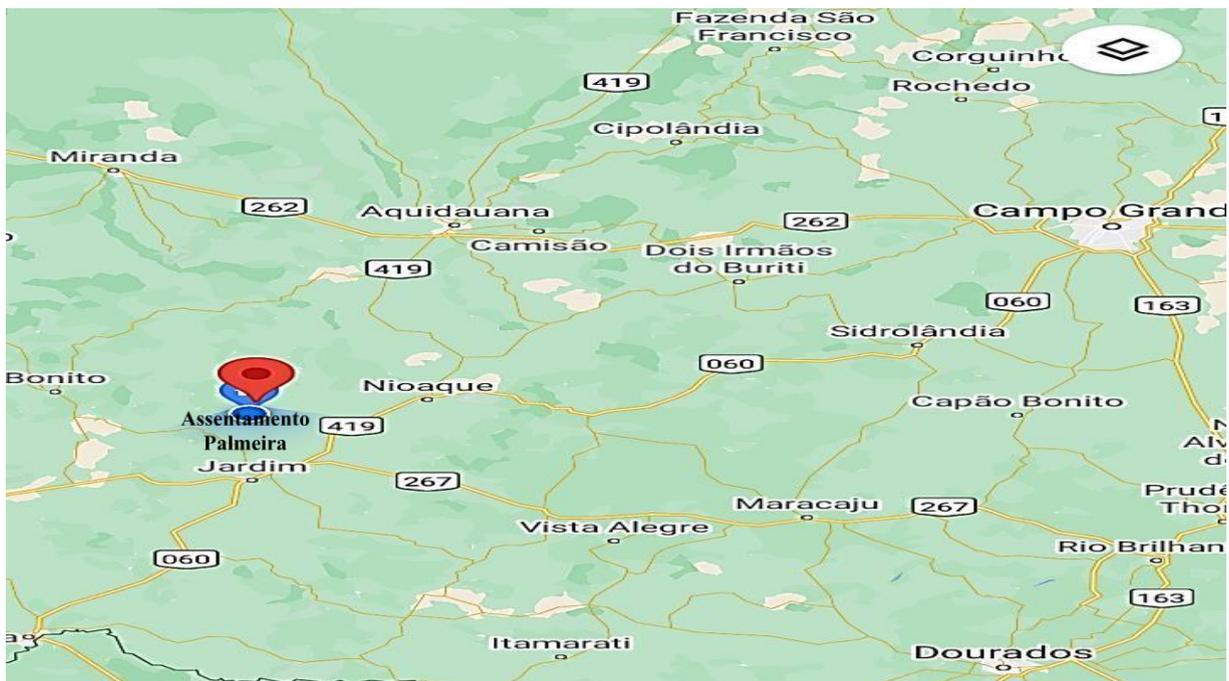
A composição mulher e homem em perpassa por todos os setores.

Para que uma organização avance e desenvolva é necessário a consolidação de todos e querealmente as relações de gênero, perpassa sem distinções e preconceitos.

“Devemos levar em consideração, para o entendimento amplo do papel da mulher rural na organização social de suas comunidades, o processo de ampliação de sua consciência política alavancada nos debates dos sindicatos rurais e dos movimentos sociais”. (LEWIN, et al, 2005, p. 122).

Em meados do ano de 1998 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou-se a abertura das estradas possibilitou condições de mudanças para o Atual P.A Palmeira, o acesso a Crédito Fomento e outros recursos destinados a estes fins, origina a construção de moradias e possibilidade de atividades econômicas. O Projeto do Assentamento Palmeira está localizada ao sul do Município de Nioaque e sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.

Mapa 5. Mapa do Estado do mato Grosso do Sul, localizando o Município de Nioaque e o



Assentamento Palmeira.

Município de Nioaque localizando o Assentamento Palmeira. Fonte Google mapa (2020).

Segundo Guedes (2020) Atualmente o assentamento Palmeira é constituído: duas

associações, (estas constituídas tiveram início com a formação dos grupos de sem-terra, que concordaram em acampar as margens da BR 382 e ocuparam as fazendas Palmeira e Santa Maria, orientados e coordenados pelo MST e FETAGRI, dessa forma quando saíram a emissão de posse das áreas das fazendas pretendidas, os grupos já estavam definidos e só constituíram formalmente suas associações, a primeira ação foi pleitear territórios independentes por movimento no sorteio dos lotes. Dessa forma, a maioria das famílias da FETAGRI/STR, estabeleceram-se na área norte do assentamento e as famílias do MST na área sul. As associações são para os assentados (as) uma reivindicação e realização dos projetos para o desenvolvimento do assentamento, para eles, o papel da associação é o de representá-los junto aos organismos governamentais e não governamentais, além de encaminhar projetos para atenção de recursos para melhoria de vida, resolvendo os problemas existentes no assentamento. Formalmente os assentados estão organizados em 3 associações, todas criadas sem fins lucrativos e tendo por objetivo prestação de serviços que possam contribuir para fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados. Sendo elas Associação do projeto de Assentamento Palmeira/Associação dos Pequenos produtores de Assentamento Palmeira Nova Aliança/Associação dos Agricultores Familiares União da Palmeira) duas escolas (uma municipal e estadual), campos de futebol, este considerado diversão mais comum no assentamento, ou atividades de cultura e lazer (evidencia, muitos jovens da comunidade vem-se abandonando o assentamento, em busca de opção de lazer, serviços e alguns casos educação) realizadas pelas Escolas (Municipal Dr. Garcia Netto em parceria com Estadual Odete Ignêz Resstel Villa Bôas). Neste contexto também possui dentro do assentamento posto de saúde, igrejas católicas e evangélicas e pequenos comércios, além de dois resfriadores, do qual alguns assentados fornecem a produção de leite para uma cooperativa específica. Predominantemente no Assentamento o desenvolvimento da produção familiar, voltando basicamente ao consumo próprio.

A produção familiar que predomina na comunidade é o desenvolvimento da pecuária (tanto de corte como de leite) e agricultura especialmente mandioca, cana de açúcar e frutíferas tais como manga, limão, abóbora melancia, e alguns produtos do cerrado como guavira e pequi. A produção é baseada em pequenos plantios, prioritariamente para consumo próprio. (GUEDES, 2022, p. 250)

A ocupação de terras que originou o Assentamento Palmeira, caracterizou-se pela constituição de grandes unidades de exploração voltadas principalmente para a pecuária

extensiva, com razoáveis níveis tecnológicos e a criação de pequenas ofertas de emprego. Seus solos apresentaram limitações de deficiência de fertilidade, necessitando sem sua maioria calagem e exigem adequada adubação para as culturas. Atrelado a isso, a combinação da fragilidade dos solos com a ausência de medidas conservacionistas e de correção, levaram rapidamente a ocupação de terras para a formação de pastagens artificiais, passando a predominar a pecuária de corte com atividade que, além de ser mais adaptável ao solo pobre, fortalecendo a forma extensiva de ocupação territorial, consolidando as fazendas, conseqüentemente os assentados usufruiu muito pouco dessas terras improdutivas, apesar das adversidades (solos empobrecidos e compactados) posta, tentaram produzir diversas culturas como algodão, arroz, milho e feijão (para venda ou consumo próprio) além de bovinocultura mista.

Quando pretende construir algo ou buscam fortalecer ações em prol da comunidade, todos (as) costumam contribuir de maneira significativa. Os laços afetivos, também contribuem para tal ação, visto que todos (as) se conhecem e muitas vezes o grau de parentesco também se faz presente. O assentamento em questão não possui agrovilas, mais um núcleo central, conhecido como área coletiva, destinados sobretudo ao uso coletivo das famílias assentadas.

Quanto ao acesso ao P.A Assentamento ((informações gerais do Assentamento: denominação do imóvel: Projeto de Assentamento Palmeira, ação de desapropriação: 972.078-9, data de emissão de posse: 13 de fevereiro de 1998, portaria e data de criação do pa: nº20 de 23 de março de 1998, valor da terra nua: r\$ 1.407.586,52, valor das benfeitorias produtivas 9antes da emissão de posse): r\$ 528.385,67, áreas (ha): total: 4.172,7154, reserva legal: 1.018,4688 correspondendo a 24,4% da área total, preservação permanente: 12,2796 de savana lenhosa e campo de várzea, estradas vicinais: 66,3977, núcleos rurais: 8,2041, parcelas/lotes 3.067,3652 média por família: 37,26 média das parcelas: 27,39, capacidade do imóvel em números de família: 112, número de família atual: 112, número de famílias agregadas (não cadastradas): 13) se dar a partir do Município de Nioaque, BR 060(percurso de 25 quilômetros) no sentido de Guia Lopes da Laguna. A localidade denominado Morrinho (lado esquerdo no qual estão instaladas as torres de retransmissão da Embratel e Rede Centro Oeste de Televisão) acessa lado direito placa da Fazenda Vaticano, pela estrada vicinal (percorre mais 29 quilômetros). Segundo Garcia (2014) Tendo como referência a sede velha do Assentamento, nesta localidade também poderá chegar ao destino a Escola Municipal Doutor José Garcia Netto. Este último era inicialmente extensão vinculada a escola pólo do

assentamento colônia nova. na ocasião foi surgida a primeira escola rural municipal (com uma sala de pau-a-pique), em sistema multisseriada. quanto a estrutura era precarizada (salas pequenas, pouca ventilação, baixa iluminação e compondo uma equipe reduzida).

Em 1974 (09 de junho), foi construída uma sala de aula de madeira nomeada Escola Municipal Dr. José Garcia Netto (homenagem ao governador de Mato Grosso), na então cede do Assentamento como ilustra foto abaixo:

Figura 7. Esturura da Escola Dr. José Garcia Netto



Imagem 1 e 2 da estrutura da Escola Dr. José Garcia Netto (2003). Fonte: Direção da Escola sede asfotos (2022),

A prefeitura municipal de Nioaque a construiu de alvenaria sem forro e reboco (somente tendo por fora da estrutura), piso de tijolos cimentados, cobertura com telhas de amianto, possuindo dessa forma uma cozinha, duas salas de aula, uma sala de apoio administrativo. Vale ressaltar que talestrutura inda não atendia de fato as necessidades de educação aos estudantes. Abaixo fotos ilustrandoa escola descrita.

Figura 8. Estrutura da Escola Dr. José Garcia Netto (2003).



Fonte: Direção da Escola cedeu as fotos (2022).

Quanto às condições físicas de funcionamento eram precarizadas (mesmo contendo duas salas grandes, ainda assim tinha pouca ventilação), ventilação e iluminação baixa, salas quentes, não possuía banheiros. Mais tarde, com liberação de recursos, a escola passou por uma imensa reforma, que por sua vez foram construídos banheiros (femininos e masculinos), estes últimos utilizados tantospelos estudantes, segundo Guedes (2022) quanto a equipe pedagógica, é constituída de pessoas oriundas do Assentamento em questão, dessa forma compõem 11 educadores atuantes nesta instituição, desses 11, ressalta que especificamente três foram estudantes desta Escola, fortalecendo dessa forma o direito a educação no território rural e, sobretudo, valorização e permanência dos sujeitos no campo. O gênero feminino se sobressai neste espaço, visto que evidencia mais educadoras

do que educador. Além disso, é composto mostorista (empresa terceirizada), merendeiras, zeladorias e um secretário.

Atualmente a Escola foi radicalmente modificada, contendo dessa forma mais salas de aula, pinturas e cerâmicas (dentro e fora da estrutura), ou seja, foram melhoradas, mais continuando sendo multisseriadas. Com o fechamento da escola (sabendo-se que é um crime tal ação, mesmo assim foi ocorrido) construída inicialmente no Assentamento Colônia Nova (que até então era pólo) a localizada na sede Palmeira foi considerada polo.

Figura 10. Escola atualmente reformada e com parquinho.



Arquivo pessoal (2021). Escola atualmente reformada e com parquinho.

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecido como direito de todos após diversas lutas (Haddad apud Caldart (2013, p. 215)

O direito ao acesso a uma educação de qualidade sempre foi uma busca acirrada perante os (as) assentados (as) da reforma agrária. É constantemente reivindicado o direito de estudar em onde permanecem resedindo, tornando uma Escola no campo.

Os povos do campo sempre foram vistos como pessoas que moravam isolados, portanto quanto a isso, não usufruía de fato do acesso a educação, este último segundo HADDAD (2013) considera que também não restrito a educação escolar, mas seu sentido amplo educação como ação

humana, sendo assim “o processo educativo começa com o nascimento e termina no momento da morte”.

Nos tocantes sistemas escolares, muitos estudantes ainda percorrem trechos longos de caminhadas, navegações ou até mesmo em lombos de animais, para terem de fato acesso à educação, e que muitas das vezes não são de qualidade. Pois ainda na atualidade nos deparamos com Escolas sem estruturas básicas para estudar. Existem Escolas que não possuem salas de aulas adequadas, banheiros, refeitórios, quadra esportiva, e menos ainda um laboratório, atrelado a isso a falta de incentivos e investimentos aos órgãos responsáveis.

A constituição Federal de 1988 assegura que:

“A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (HADDAD, 2013, p. 216)

De fato a realidade é outra, não o bastante, os estudantes ainda sofrem constrangimentos, bullying segundo CEATS/FIA (2010) “Deste estudo, o bullying é definido como atitudes agressivas de todas as formas, praticadas intencional e repetidamente, que ocorrem sem motivação evidente”. Na atualidade considerado crime, apesar de pouca conscientização sobre, ainda é frequente tais perseguições devido a suas origens, vestimentas, linguagem, costumes e crenças.

Segundo dados do CEATS/FIA (2010) “é, sobretudo também na década de 1990 que se discorre um novo conceito”. Sendo assim passa a ser considerado no campo de estudos sobre a violência entre pares: o bullying.

O direito a educação do campo, veio de encontro a esse sistema perverso e opressor. Fruto de lutas e pressões dos movimentos sociais, busca dialogar com as comunidades do campo que de fato seja uma educação do e no campo, buscando valorizar suas especificidades locais, costumes, ou seja, a cultura. Garantir de fato a permanência dos povos no campo, fortalecer a bandeira como afirma SANTOS (p.2, 2022) citado por Siqueira e Nogueira em seus escritos “não vou sair do campo, pra poder ir pra escola, educação do campo, é direito e não esmola”.

II – Movimento Feminista no Brasil e Gênero

o marido tornou-se o representante do Estado, o encarregado de disciplinar e supervisionar as “classes subordinadas” (FREDERICI, 2019, p. 176)

Em 1500 a 1822, na época do Brasil Colônia (concentração fundiária é atrelada pelo trabalho escravo), e juntamente a essa desigualdade, evidencia os povos originários, que foram submetidos a exploração e que foram subordinados a um determinado grupo social opressor.

Surgiu a partir de 1970 um leque de novas reflexões teóricas a cerca de transformações no sentido de irradiar as desigualdades sociais, e no país surgiu novos protagonistas sociais como mulheres, indígenas, negros, homossexuais.

Neste sentido, as lutas de várias mulheres em todos os cantos do mundo, na ótica de transgredir o que é considerado “normal”, têm contribuído para questionar o modo de organização do modelo da sociedade onde vivemos, com base no perverso sistema capitalista. Esse questionamento ocorre especialmente no que tange às diferenças entre direitos para os homens, em detrimento dos direitos das mulheres, em todos os aspectos, seja nas enormes desigualdades econômicas, sociais, seja na reprodução dos modelos de opressão e violência, presente nos macro e micro espaços de poder. E, portanto, estas lutas têm ousado questionar os mecanismos que estão por trás da manutenção desta ordem social patriarcal. (Menegat e Silva, 2019 p.5)

A luta ocupa espaços de resistência em uma nova perspectiva de sociedade, esta última, sobretudo marcado por enraizamento atrelado a nós mulheres a cultura do patriarcado (mulheres eram consideradas propriedade de seus pais, irmãos, e casadas consequentemente de seus maridos), subordinação e desigualdade, passa a visibilizar ações importante de fortalecimento e incorporação as novas categorias.

A invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico que se insere em uma questão mais geral que é a da invisibilidade da população indígena como um todo, que é, por sua vez, consequência direta da própria colonização. (GOMES, 2006, p.9)

A visibilidade da mulher indígena passa a ter marco fundamental no processo de luta, surgindo espaços lideranças que buscam por direitos como educação, saúde e demarcações de terras, valorização e fortalecimento de sua crença, cultura.

Nos dias atuais, são grandes os desafios encontrados dessa mulher: lutar contra o preconceito e a discriminação que sofre da sociedade, que oprimem e marginalizam seu povo; lutar contra a exploração de suas terras, do seu povo e do seu corpo; não se render à neocolonização imposta pela cultura dominante; vencer o conformismo e buscar uma valorização de si própria. (SANTOS,

2006, p. 85.)

Nesse sentido, em encontros e conferências específicos a nós mulheres, é comum, especificamente no Estado do Mato Grosso do Sul, relatos de mulheres indígenas apontando desafioses resistências encontrados frente a esse modelo colonizador, visibilizam e reivindicam ações a cerca de problemáticas de seu povo, sua etnia. Mesmo atuante a trabalhos destinados a elas em sua comunidade como o cuidado do filho, da comunidade, do marido, colheita, e ao homem assumindo papel de liderança, ou decisões políticas, buscam sua inserção a papéis públicos.

Para as (os) indígenas, a terra significa o seu espaço vital de sobrevivência e fortalece sua cultura, compartilhar suas crenças, sua religiosidade, a sua tradição.

É na luta em defesa de seus territórios e da proteção ao meio ambiente que as mulheres indígenas têm, ganhado força e protagonismo. Elas denunciam a violência que as suas comunidades sofrem com os ataques dos garimpeiros jagunços e por aquele que usurparam suas terras. As mulheres indígenas lutam pela terra, mas lutam principalmente, pelo direito a ter um futuro para seus filhos e também para nós. Lutam pelo direito de viver dentro de suas comunidades, com suas culturas, suas linguagens, suas medicinas tradicionais. Elas lutam para existir. (FETEMS, 2023)

Sendo assim, ressaltamos Marta Guarani, que buscou a luta por diversos direitos, principalmente o de demarcação de terras, evidenciou denúncias de estupro, violência doméstica, maus tratos ocorrido com mulheres indígenas. (AMIZO e KABAD, 2006)

Neste contexto mulheres como Marta, resistem a preconceitos externo e interno na comunidade, além de ainda persistir a falta de respeito a cultura dos povos originários, impondo o que é considerado civilizado. Arelado a isso, é notório um enfraquecimento.

Nesse período, a luta das mulheres imergia em direitos específicos a elas negados como direito ao divórcio, à vida política, educação, acesso ao mercado de trabalho, persistia a repressão às minorias, era uma época em que direitos não eram mencionados e tão pouco conquistados.

No Brasil, a manutenção da desigualdade social, e outros, isso vêm se arrastando desde a época do Brasil colônia.

Em 1822 a 1889, intensificou-se o reconhecimento ao direito à educação da mulher, nesse sentido surgiria a brasileira, ativista escritora Nísia Floresta, uma mulher que visa a lutar pela abolição da escravidão, e primordialmente a educação das mulheres, nesta perspectiva funda a primeira escola para meninas no Brasil e defende a emancipação feminina.

Este modelo concentrador de propriedade enraizou-se durante muitos anos, e surgiu

anos mais tarde o desenvolvimento da monocultura em larga escala se intensifica com a implementação da Revolução Verde e da modernização conservadora (do campo brasileiro pós-Segunda Guerra Mundial). Juntamente a este pacote da revolução verde, se evidencia uso intensificado de agrotóxico, este sabe-se que acarreta risco à saúde humana e à biodiversidade existente. Junto a isso, também se tem o trabalho mecanizado que usufrui pouca ou quase nenhuma mão-de-obra humana, resultando no grande número de desempregados na sociedade. Vendo-se desempregados, acabam assim se aglomerando nas grandes cidades, surgindo às favelas.

Nesta perspectiva e contexto, o papel da mulher já vem enraizado de diferenciação e de subordinação, sendo tratada como símbolo de reprodutora familiar nesse período.

As mulheres não detinham de direitos de votar (excertos, mulheres casadas, sob autorização de seu marido, solteiras que exercia seu próprio sustento), e na vida política ainda não eram constituintes.

Gradativamente mudanças foram ocorrendo no mercado de trabalho. Em busca de melhores condições de trabalho em fábricas (em sua maioria têxtil), jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno (estes realizados por maioria mulheres, ou seja, força feminina), reivindicando a regularização do trabalho feminino. Nesse contexto ocorreu-se greves, esta em questão das costureiras em 1907, junto ao fortalecimento a essas lutas uniram-se imigrantes europeus (espanhóis e italianos), e apoio sindicais. Processo de luta por direitos, tantos para as mulheres quanto para a minoria via se entrelaçando, neste ano aprovou-se a resolução para salário igualitário (Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e a aceitação de mulheres no serviço público), no século XX, são retomadas as discussões para inserção a participação de mulheres na política. Em 1922, é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo como um dos objetivos o voto e o acesso das mulheres ao campo de trabalho. Nesse contexto, possibilitado o primeiro voto feminino (Celina Guimarães Viana, Mossoró-RN), em 1928,

No que diz respeito a conquista, neste mesmo ano foi eleita a primeira prefeita no país (Alzira Soriano de Souza, em Lajes-RN), não foi considerado tais ações, e houve a anulação tanto do primeiro voto como da primeira mulher na política. No governo Getúlio Vargas (1932) é conquistado o sufrágio, ou seja, inserido no corpo do texto do Código Eleitoral Provisório/Decreto 21076 direito ao voto e à candidatura das mulheres que seria assegurada pela Constituição (1946).

Após o decreto (1931) é eleita a primeira deputada federal, Carlota Pereira de Queiróz

Esse período é marcado, sobretudo, por envolvimento fervescente das militantes do feminismo, que aproveitam de greves para manifestarem sua luta, realização de divulgação em jornais, reuniões, jornais e diversas outras formas de divulgação, sobre suas ideologias, conquistas (como aprovação da lei do divórcio, a criação da Fundação das Mulheres do Brasil e o Movimento Feminino Pela Anistia no ano de 1975) e direitos. Consequentemente se evidencia Ano Internacional da Mulher (realizando debates sobre a condição da mulher na sociedade e outras bandeiras). Nos anos 80, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que anos mais tarde passaria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher nomeado consequentemente Secretaria de Política para as Mulheres.

Na década de 60, o movimento ampliou sua bandeira de luta como saúde preventiva, igualdade entre homens e mulheres, apoio em casos de assédio e proteção à mulher contra a violência doméstica. O movimento feminista ainda vem incansavelmente lutando para garantir às mulheres a luta por diferença salarial entre gênero, minoria de mulheres ainda é frequente no meio político, violência contra a mulher (número de mulheres assassinadas cresceram muito nos últimos tempos). Logo abaixo podemos destacar o mapa do feminicídio especificamente do Mato Grosso do Sul

Mapa 6. Mapa do feminicídio do Estado do Mato Grosso do Sul



Fonte: MAPA DO FEMINICÍDIO do Mato Grosso do Sul (2022)

Sobre esse contexto outras pautas pautas ainda permeiam como amamentação em lugares públicos. Como muitas mulheres perderam sua vida, submetendo-se a procedimentos clandestinos (lugares inadequados, e sem formação profissional), parte do movimento feminista luta, sobretudo, pelo direito a descriminalização do aborto.

Abaixo segue um mapeamento em forma de linha do tempo sobre a evolução das conquistas e dos direitos da mulher ao longo dos anos.

Figura 11. Linha do tempo sobre a evolução das conquistas e dos direitos das mulheres.

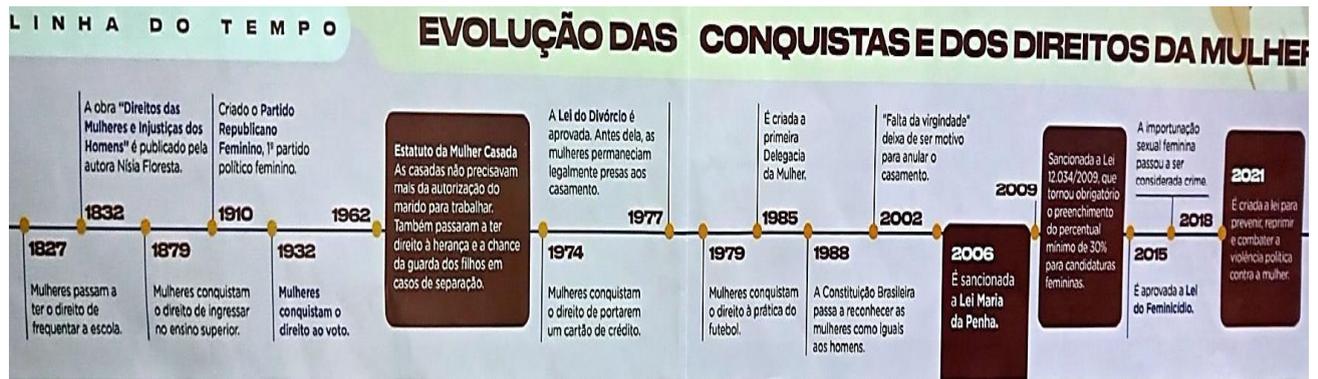


Imagem modificada. Fonte: FETEMS, MARÇO 2023.

Contrapondo este sistema opressor e excludente, surgem aos movimentos sociais que, de forma organizada, lutam pela reforma agrária.

Especificamente ressaltando o MST, este é um movimento que traz em sua pauta políticareivindicações nos setores, atrelado a isso se tem o setor de gênero. O setor de gênero é fruto do decorrer do processo de luta das mulheres, que ao conquistarem seus espaços (sendo militantes e dirigentes) almejam debater questões sobre gênero. “Após muitos anos tentando conquistar espaço no MST por meio da organização das mulheres em espaços específicos, as lideranças femininas sem terracomeçaram a debater esses problemas a partir do conceito de gênero, em meados dos anos de 1990”. (Mouvement, 2010).

Ao debruçarem sobre estudos a questões relacionadas a gênero, as mulheres sem terra, observaram ser necessário envolvimento e organização no debate, para garantir efetiva participação das mulheres.

“Devemos levar em consideração, para o entendimento amplo do papel da mulher rural na organização social de suas comunidades, o processo de ampliação de sua consciência políticaalavancada nos debates dos sindicatos rurais e dos movimentos sociais”. (LEWIN, et al, 2005, p. 122). Nesta perspectiva, com demandas e necessidades específicas (e discussão interna), criou-se, em 2.000, o setor de Gênero (no Encontro Nacional do MST). Como foco em desenvolver as reflexões sobre essa temática nos espaços de formação e o debate de gênero nas instâncias, lutar por participação igualitária de homens e mulheres, elaborar materiais, animar e propor atividades, fazer ações e lutas no que se refere às linhas políticas, além de discutir papéis “naturalizados”, em ambos os gêneros, dialogando com a sociedade. Assim como o setor de gênero, nesta composição mulher e homem ressalta-se que as mulheres, estão inseridas em vários setores dentro da organização do MST (tanto na direção nacional, regional do MST tanto como nas finanças, educação, produção e frente de massa, juventude e saúde), as relações de gênero permeiam sem distinções O gênero

masculino carrega em suas raízes históricas o poder sobre as mulheres (tornar privada a mulher, como se elas fossem sua propriedade) É um processo arraigado e vicioso de atos, ainda que apareça de forma visível ou não para a sociedade.

Sobretudo já vem sendo colocado para as mulheres seus papéis na sociedade. Muitas mulheres trabalham fora de suas residências (como faxineiras, cabeleireiras, e outros tantos tipos de profissão), e quando retornam a suas moradias, ainda desempenham funções domésticas, observando-se claramente dupla jornada de trabalhos. Importante lembrar que:

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História. (HIRATA e KERGOAT, 2007 p. 597).

Todos os dias as mulheres buscam se reafirmar nos diversos espaços onde estão inseridas. Importante ressaltar que o movimento também teoriza gênero, sendo uma questão pouco debatida na sociedade. “O debate sobre gênero e agricultura familiar junto aos movimentos no campo tem se intensificado nos últimos anos, reforçando a crítica à invisibilidade do trabalho feminino e ressaltando a perspectiva de se promover a inclusão da mulher em atividades profissionais e políticas” (VERUCCIE LIMA, citado por FARIAS e NORDER 2011 p. 152). Trazendo as ideias de mobilização e fortalecimento das lutas são fundamentais enquanto as mulheres ainda se encontram em meio ao processo histórico do machismo. As questões de gênero vêm sendo aprofundadas e debatidas em movimentos sociais e sendo incluídas lentamente em nossa sociedade. Segundo Paludo e Laodete (2013) diz que

A luta central do MMC é contra o modelo neoliberal e machista e pela construção do socialismo. Com base nesses princípios, são definidas as seguintes bandeiras: projeto popular de agricultura, ampliação dos direitos sociais, participação política da mulher na sociedade e projeto popular para o Brasil. (Paludo e Laodete, 2013, p.483)

O machismo ainda se faz muito forte em nossa sociedade, mesmo que apareça de forma sutil (nos atos, ou nos discursos, no comportamento dos seres que vivem na sociedade). A desigualdade de gênero aparece a todo o momento na família, nos cargos profissionais, na divisão sexual de trabalho – segundo a qual o homem faz trabalhos ditos “masculinos” e as mulheres os ditos trabalhos “femininos”. Segundo CELUPPI; PANZER, citado por FARIAS e NORDER: “o conceito de gênero expressa o entendimento que as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homes e mulheres são moldados

pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondendo a papeis sociais estabelecidos: masculino e feminino”. (FARIAS e NORDER, 2011 p. 153). Ao longo dos anos, percebemos que ainda muitas discriminações contra as mulheres continuam presentes em nossas vidas, tais como: a mulher não pode trabalhar na cidade, somente nos afazeres domésticos de sua própria casa; não pode ser militante, visto que isto “cabe mais para o homem”. Ainda hoje este pensamento permanece arraigado em nossa sociedade. Segundo RUA E ABRAMOVAY (2000):

Gênero é uma entre várias relações sociais, portanto tem classe, tem raça e etnicidade; é vivenciado em gerações, tem história em histórias; pede um olhar não essencialista, mas que não dilua essências, apontando tanto para a necessidade de políticas públicas universais quanto específicas. (RUA E ABRAMOVAY, 2000, p.13)

Esta afirmação aborda claramente o conceito de gênero, citando exemplos vivenciados em nossa sociedade. A presença das mulheres historicamente sempre foi marcada por desafios e resistência, seja em dentro ou fora do contexto político da academia, sendo considerado sexo frágil e totalmente vinculada a submissão.

Mesmo as mulheres atuantes na sociedade (resistindo a adversidades), deparavam com questões que diziam respeito a gênero e seus papéis vinculados a lar e ao patriarcado. Simone de Beauvoir citado por LAVRATTI (2015) em O Segundo Sexo (1949), uma de suas obras (maior importância) escreveu: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, expressando a teoria básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher, explicitando assim a necessidade de compreendermos como é feita a sua construção social, e como “tornar-se mulher” está intrinsecamente ligada às condições ou relações culturais, políticas e religiosas que estão presentes na estrutura e no pensamento da sociedade em que vivem. As concepções sobre gênero ainda é considerado um tema tabu e que sempre buscam silenciar na sociedade. A resistência é uma grande aliada, pois as mulheres historicamente, estando organizadas em movimentos ou não, tentam quebrar tabus via pressões em suas lutas, greves e outras ações em busca de seus direitos, dentre eles, o de igualdade perante os homens.

Com isso, no Brasil, começam as lutas e reivindicações de seus direitos, com a conquistado voto feminino trazendo à tona a organização de movimentos sociais e feministas, aumentando ainda mais seu empoderamento, fortalecendo a luta em busca de igualdade social e de gênero, da emancipação política e conquista de direitos. Na década de 1970, os movimentos feministas protagonizando essas lutas e reivindicações, em conjunto com movimentos sociais e sindicais, lutavam por políticas de creches para as trabalhadoras, o uso de anticoncepcional como uma política de direito reprodutivos e o direito à “Licença Maternidade”. (LAVRATTI, 2015, p. 3)

Ao realizar estudo sobre gênero em assentamentos rurais, Brumer e Anjos (2008) observaram a existência tanto de aspectos de continuidade quanto de mudanças nos padrões excludentes das mulheres. Sendo assim, a experiência com o grupo de mulheres revela um fazer político ainda pouco compreendido. Pois, ainda que a literatura sobre gênero seja expressiva, especialmente pesquisas referentes a aspectos particulares, como o direito à posse da terra pelas mulheres, a divisão do trabalho no campo, a participação política nos movimentos camponeses, as políticas públicas para a geração de trabalho e renda para as mulheres rurais (DEERE, 2004). Sendo assim, oportunizará um maior aprofundamento das questões relacionados a trajetória das mulheres em grupos dos espaços coletivos do Assentamento Palmeira, a partir dos autores (teoria) que contribuíram, de maneira significativa, para interpretar a história local. Os saberes empíricos da comunidade serão também de suma importância. A história contada pelos mais experientes aos mais novos, ou passados de geração para geração.

Esta pesquisa se justifica por acreditar que as mulheres do Assentamento tem um papel fundamental tanto no que diz respeito à luta pela terra quanto à participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo assim, direitos iguais. Presente em todos os espaços nos acampamentos e assentamentos, as mesmas buscam respeito de ações na luta pela terra e também das relações sociais, em diferentes estaturas.

O MST tem um entendimento amplo sobre o papel da mulher rural na organização social de suas comunidades, o processo de ampliação de sua consciência política alavancada nos debates dos sindicatos rurais e dos movimentos sociais (LEWIN, et al 2005, p.121).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST aborda a questão de gênero no sentido de direitos igualitários para ambos, sem distinção de classe e poder, ambos têm direito à terra, estando casados ou amigos, as mulheres assim como os homens, tem direito a ter seu nome escrito na posse da terra.

Ao longo dos anos percebemos que ainda muitas discriminações contra as mulheres continuam presentes em nossas vidas, como: a mulher não pode trabalhar na cidade, somente nos afazeres domésticos de sua própria casa; não pode ser militante, visto que isto “cabe mais para o homem”. Ainda hoje este pensamento permanece arraigado em nossa sociedade. Segundo Rua e Abramovay (2000, p.13):

“Gênero é uma entre várias relações sociais, portanto tem classe, tem raça e etnicidade; é vivenciado em gerações, tem história em histórias; pede um olhar não essencialista, mas que não dilua particularidades, apontando tanto para a necessidade de políticas públicas universais quanto específicas”. (RUA E ABRAMOVAY, 2000, p.13)

Esta afirmação aborda claramente o conceito de gênero, citando exemplos vivenciados em nossa sociedade.

“Em abril de 200, por ocasião dos 500 anos do descobrimento do Brasil, o MST fez sua primeira ocupação só de mulheres. Cerca de 70 trabalhadoras rurais ocuparam o Engenho Gutimba, na Zona da Mata de Pernambuco, como resposta aos 500 anos de exploração, fome, miséria, concentração da terra e submissão forçada das mulheres. O acampamento foi batizado com o nome de Dorcelina Folador, em memória da prefeita de Mundo Novo (Mato Grosso do Sul) e militante do MST assassinada em outubro de 1999” (MORISSAWA, MITSUE 2001, p. 1997).

Historicamente a figura da mulher (oprimida) sempre perpassou e perpassa por inúmeras violências, “não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão” (FREIRE, 1987, p.23) pois o capitalismo (opressor) sempre esmaga e exclui esta sociedade, pois as desigualdades sociais atingem sobretudo a menos favorecidas a este sistema, opressor e esmagador. Segundo Freire:

“Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (Freire 1987, p. 20).

Nessa esfera de busca, estudo neste campo o intuito é uma análise que aprofunda conceitos freireanos que contribuirá no processo de escrita da dissertação, atrelados a estas questões, podemos destacar como desigualdade as esferas do mercado do trabalho.

Segundo dados do IBGE (2019) 37% das Mulheres estão em ocupação e cargos gerenciais, comparado com o homem, são 63% (que privilegia o gênero masculino – este por sua vez ainda recebemos mais que as mulheres, mesmo atuando em mesmos cargos ou setores).

Nesse sentido segundo dados do IBGE (2019) Nos cargos de chefia, as mulheres chegam a ganhar ainda menos, entre 63,6% e 61,9% comparado com os homens e em média 77,7% dos salários dos homens.

Dessa forma o sistema opressor visa excluí-la tanto do mercado de trabalho, onde referente “a população de 15 anos ou mais participam de 54,5% do que os homens com 73,7%” (inferiorizando-as) que segundo Freire (1987, p. 16) remete ao processo de desumanização decorrente do opressor para com os oprimidos (neste caso em questão as) oprimidas “[...] desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mais também, ainda que forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais”, quanto ao convívio em sociedade atrelado ao patriarcado, este ainda visto como fator principal de sustentação atrelado a este sistema esmagador.

E de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a "superioridade" dos homens, assim como ados brancos, ados heterossexuais, ados ricos. (Saffiotti, p.11,1987)

Historicamente a mulher sempre foi marcada pela desigualdade propriamente existente no patriarcado, pois estão enraizados que papéis são direcionados ao gênero feminino e masculino.

Segundo dados do IBGE (2019) Os homens passam 11 horas se dedicando aos afazeres domésticos, enquanto nós mulheres, ocupa 21,4 horas semanais. Ser mulher em uma sociedade onde se configura que a jornada de trabalho é tripla, onde muitas ao chegarem a suas casas, ainda submetem a realizar os afazeres domésticos em prol do cuidado com a casa, com os filhos e seu cônjuge, isso após de uma longa jornada de trabalho renumerado. Sobre a ótica do opressor, temos além sistema capitalista, atrelado à tripla jornadas de trabalho, a figura do homem como patriarcado e ainda a sociedade que atrela a mulher papéis que são historicamente destinado as mesmas.

Nesse sentido vale destacar que “o mesmo sistema que violenta a terra, violenta o corpo das mulheres”. Nessa ótica, “o mundo, que o espetáculo faz ver, é o mundo da mercadoria, dominando tudo o que é vivido, a lógica capitalista nos impõe que nossos corpos também são mercadorias a disposição do sistema.

Onde por sua vez, é considerada propriedade, ou seja, posse, e portanto vislumbra a todo momento o poder sobre nós mulheres, existindo nessa esfera uma inoposição cultural machista. As mulheres são massacradas, o povo é massacrado, “em nome de uma dominante lógica normativa e universal”.

Cabnal (2015) remete que o patriarcado é imposto pelos homens, ou seja, o patriarcado é uma construção. E ao mesmo tempo é, ele pode ser desconstruído é preciso

exercitar uma criatividade política, para Cabnal, podendo ocorrer um desmonte dessas mesmas esperas, o machismo, o racismo e o colonialismo.

Para um melhor desvelar, abordamos o conceito de corpo-territórios onde Gago (2020) faz menção e resgata onde corpos dos quais violentamente se extraem recursos econômicos. E aqui se faz necessária uma elucidação.

As opressoras (as mulheres) muitas das vezes se submetem a essas forças adversas em busca de autonomia e em prol forma de independência e sobrevivência.

As pesquisas revelam que a agricultura no mundo inteiro, tecida pelas mãos das mulheres, tem acontecido no sentido de promover fundamentalmente o combate à fome, principalmente, nas áreas rurais. São geralmente as mulheres as primeiras que optam pela produção nos quintais gerando uma economia de autoconsumo, composto pelos alimentos que garantam o sustento imediato da família, seja pela horta e pelas frutas, seja pelos grãos ou pela criação de animais, bem como das ervas medicinais. Além disso, as mulheres camponesas têm executado funções importantes, como, por exemplo, produtoras de alimentos, guardiãs dos recursos naturais, cuidadoras da nutrição das famílias, selecionadoras de importantes técnicas de armazenamento e processamento dos produtos, além de várias outras funções que passam pelo campo da produção, processamento e multiplicação de alimentos. (MENEGAT E SILVA, 2019, p. 4.)

Neste contexto estão as mulheres camponesas/ trabalhadoras rurais que muitas das vezes são desvalorizadas, pois as funções destinadas a elas como plantio nas roças são de ajuda, e mais ainda no que rege aos cuidados do lar, são visto como trabalhos (não-renumerado) sem importância alguma.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado. (KERGOAT: 2007, p. 67).

Visto que no campo da divisão sexual (imposta pelo capital) o privilegiado e trabalhador são considerados o gênero masculino.

Na esfera conceitual dialogicidade conscientização, segundo Freire (1987, p.45), que o diálogo é necessário, a palavra entra neste contexto como sentido de transformação, transformar o mundo e aos homens tendo como eixo central e mediador o diálogo. Ainda sobre essa perspectiva aponta que só haverá uma libertação dos oprimidos dos opressores através do diálogo. Vale ressaltar que sobre essa ótica do diálogo, este último visa estreitar as relações, não fragmentando. Segundo Freire, o diálogo não exclui o “eu”, as práticas,

valores, experiências das mulheres estariam atrelada a essa visão de valorização e liberdade, tornando sujeitos críticos do processo, nesse sentido o “eu” e o “outro” atrelado a um diálogo frente a transformação da realidade.

As amarras ideológicas dos opressores tende a impedir a mulher (estando esta em condição de oprimida), ao silenciamento e como resultado conseqüentemente submissão ao opressor. Pois o diálogo se faz através da comunicação, em suas diversas formas de expressão. Sob essa ótica a palavra é agente libertadora em prol do oprimido.

“Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa” (FREIRE, 1987, p. 49). A conscientização é vista como um processo gradual, visando neste contexto sempre opressor e oprimido.

Freire mediante a Pedagogia do Oprimido nos faz refletir sobre suas práticas/libertadoras e conseqüentemente perceber por traz disso uma nova pedagogia atrelado reflexão e crítica, tendo como ponto essencial a comunicação visando propriamente a um constante diálogo.

Vale ainda ressaltar que as contradições sempre existiram e sempre existirão como desafios ao contexto da trajetória feminina, mas mediante ao enfrentamento frente ao diálogo/comunicação que conseguiremos desvitar a mulher de ser submissão ao opressor em suas múltiplas formas. A comunicação sendo elo fundamental neste processo.

Historicamente a mulher sempre foi marcada pela desigualdade propriamente existente no patriarcado, este último, “mantém e sustenta a dominação masculina”, segundo a autora Lerner (1920- 2013) é nas instituições como família, escola, religiões e conseqüentemente nas leis, que as ideologias são ensinadas e paralelamente as mulheres inferiorizadas. Ainda nessa perspectiva, foi por meio do patriarcado se configurou que o trabalho doméstico (e que não deve ser renumerado, sequer reconhecido como trabalho) e de ser exercida por mulheres

Dessa forma, enraizados que papéis são direcionados ao gênero feminino e masculino.

Segundo RUA e ABRAMOVAY (2000, p. 13):

Gênero é uma entre várias relações sociais, portanto tem classe, tem raça e etnicidade; é vivenciado em gerações, tem história em histórias; pede um olhar não essencialista, mas que não dilua essências, apontando tanto para a necessidade de políticas públicas universais quanto específicas. (RUA e ABRAMOVAY, 2000, p. 13)

O conceito de gênero, citado acima nos esclarece baseados em exemplos vivenciados em nossa sociedade. Ser mulher em uma sociedade onde se configura que a

jornada de trabalho é tripla, onde muitas ao chegarem a suas casas, ainda submetem a realizar os afazeres domésticos em prol do cuidado com a casa, com os filhos e seu cônjuge, isso de pois de uma longa jornada de trabalho renumerado. Sobre a ótica do opressor, temos além sistema capitalista, atrelado à dupla tripla jornadas de trabalho, a figura do homem como patriarcado e ainda a sociedade que atrela a mulher papéis que são historicamente destinado as mesmas.

A relação de dominação patriarcal existe desde os períodos pré-burocráticos, ou seja, é comum acreditarmos que desde sempre foi e sempre será assim. Com isso, podemos inferir que a relação de poder sobre o gênero é anterior ao sistema capitalista e é para além dele, pois se seguem as tradições e crenças inseridas nas sociedades civilizadas. (LAVRATTI, 2015 p. 3)

As opressoras (as mulheres) muitas das vezes se submetem a essas forças adversas em busca de autonomia e em prol forma de independência e sobrevivência. Neste contexto estão as mulheres camponesas/ trabalhadoras rurais que muitas das vezes são desvalorizadas, pois as funções destinadas a elas como plantio nas roças são de ajuda, e mais ainda no que rege aos cuidados do lar, são visto como trabalhos (não-renumerado) sem importância alguma.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado. (KERGOAT: 2007, p. 67).

Visto que no campo da divisão sexual (imposta pelo capital) o privilegiado e trabalhador são considerados o gênero masculino. Na esfera conceitual dialogicidade conscientização segundo Freire (1987, p.45), que o diálogo é necessário, a palavra entra neste contexto como sentido de transformação, sobretudo o transformar o mundo e aos homens tendo como eixo central e mediador o diálogo. Ainda sobre essa perspectiva aponta que, só haverá uma libertação dos oprimidos dos opressores através do diálogo. Vale ressaltar que sobre essa ótica do diálogo, este último visa estreitar as relações, não fragmentando. Segundo Freire o diálogo não exclui o “eu”, as práticas, valores, experiências das mulheres estariam atrelada a essa visão de valorização e liberdade, tornando sujeitos críticos do processo, nesse sentido o “eu” e o “outro” atrelado a um diálogo frente a transformação da realidade.

As amarras ideológicas dos opressores tende a impedir a mulher (estando esta em condição de oprimida), ao silenciamento e como resultado consequentemente submissão ao

opressor. Pois o diálogo se faz através da comunicação, em suas diversas formas de expressão. Sob essa ótica a palavra é agente libertadora em prol do oprimido.

“Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa” (FREIRE, 1987, p. 49). A conscientização é vista como um processo gradual, visando neste contexto sempre opressor e oprimido.

Freire mediante a Pedagogia do Oprimido nos faz refletir sobre suas práticas/libertadoras e conseqüentemente perceber por traz disso uma nova pedagogia atrelado reflexão e crítica, tendo como ponto essencial a comunicação visando propriamente a um constante diálogo.

Vale ainda ressaltar que as contradições sempre existiram e sempre existirão como desafios ao contexto da trajetória feminina, mas mediante ao enfrentamento frente ao diálogo/comunicação que conseguiremos desvitar a mulher de ser submissão ao opressor em suas múltiplas formas. A comunicação sendo elo fundamental neste processo.

Neste estudo, baseia-se em uma reflexão e análise sobre diálogo conceitual freireana considerando suas especificidades. Partindo desse pressuposto no que rege a pesquisa bibliografia, esta desenvolvida com base em material já elaborado, sobretudo a livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exibido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002, p.44.).

II.1 – MAPEAMENTO (REFERÊNCIAS) DE INTELLECTUAIS ORGÂNICAS FEMININAS

Ao longo da história a presença feminina sempre foi invisibilizada, posto que o masculino era marcante no processo da inscrita e também efetiva participação no contexto histórico. Neste capítulo, buscamos mapear e evidenciar algumas mulheres históricas de coragem, força e luta que se desafiaram e continuam no enfrentamento de diversos desafios a fim de visibilizar a figura da mulher tanto no que diz respeito a acesso à educação, igualdade de gênero, condições de trabalho e vários outros direitos. Ressaltando que ainda ao longo da sua permanência na sociedade muitas das vezes continuam a serem negados e conseqüentemente invisibilizados. Vale ressaltar que representatividade nas esferas políticas foi uma alavanca também importante na conquista de tais direitos específicos.

Falar da mulher é relembrar e evidenciar mulheres marcantes que fizeram e fazem parte do processo histórico de lutas, que foram expostas, buscaram romper preconceitos,

opressão e o silenciamento, foram a frente de seu tempo, defesa dos nossos direitos, quanto mulher, enfrentando jagunços, pistoleiros, patrões, polícia e sobretudo quebrando paradigma imposto pela sociedade. Dentre várias podemos destacar algumas como Felipa de Souza, Marielle Franco, Dorothy Stang, Simone de Beauvoir, Lélia Gonzalez, Frida Kahlo, Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Luiza Mahin, Maria Filipa de Oliveira, Zeferina, Rosa Luxemburg, Olga Benário prestes. No contexto de luta pela terra outras tantas como Elizabeth Teixeira, Margarida Alves, Josefa Paulino da Silva, Regina Pinho, Dorcelina Fulador e todas as consideradas intelectuais orgânicas engajadas na luta e defesa das mulheres em âmbito nacional e internacional.

Assim como elas, muitas pesquisadoras buscaram evidenciar em suas produções teóricas figuras importantes para traçar um movimento e busca por narrativas políticas, colaborando com o protagonismo do contexto histórico. Ao debruçar-me sobre o pensamento e por meio desse olhar do Intelectual do Italiano Antônio Gramsci, evidencia e reconhece reflexões idealistas no que diz respeito a frentes de intelectuais Orgânicos. Segundo Gramsci (2013, citado por Soler (2017).

“fala no intelectual orgânico, está designando uma nova compreensão para essa figura a partir de um estatuto que não deve mais ser confundido com as suas clássicas atribuições de grande orador ou de mestre da escrita, mas sim de alguém que efetivamente desenvolve suas atividades no cotidiano da sociedade, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, produto e produtor das questões culturais. Assim, os grandes empresários possibilitam o aparecimento do economista e do administrador que devem agir segundo os interesses desse bloco. Da mesma forma, o operariado possibilita o aparecimento do sindicalista ou do professor engajado, por exemplo, responsáveis por atuarem na direção do compromisso com o socialismo e a melhoria das condições de vida das classes marginalizadas pelo capitalismo”. (SOLER, 2017)

Sobre essa concepção ainda pontua Soler (2017) que a questão levantada por Gramsci consiste na tarefa de percebermos o intelectual orgânico como um personagem e a cultura como um processo sempre em expansão. Assim, o intelectual orgânico como *raison d'être* é o sujeito que, atrelado ao sistema cultural, procura pensar questões polêmicas e dirigir uma prática que esteja necessariamente atrelada a problemas sociais modernos.

Sobre esse contexto busco a realização do mapeamento de mulheres intelectuais orgânicas que a partir de suas concepções e ideologias realizaram ações considerados marcos revolucionários. Em um contexto em que o papel da figura feminina ainda era marcado somente restrito a dona do lar. Poucas ousavam sair do conformismo radicalista em busca de valorização, reconhecimento (e meu muito obrigado a isso) e principalmente acessam a

direitos que lhes foram negados. Enfrentar essa sociedade machista, sexista e patriarcal, não é fácil na atualidade, imagina a décadas atrás, onde muitas não podiam sequer ter direito a votar, realizar manifestações artísticas e preferência na sexualidade, e estarem na academia, no universo de intelectuais, de escritoras. Esta última, para as mulheres escritoras, também ainda é um cenário onde poucas tiveram acesso, pois quando nos deparamos muitas das vezes com escritos produzidos, em sua grande maioria é notório pequena porcentagem delas nesse processo, avançamos muito, mais ainda falta mas, frente ao cenário masculino.

Muitas escritoras recorriam ao anonimato para serem aceitas dentro desse contexto universalizado para o público masculino. Um estatuto de intelectual construído não como uma categoria alheia à realidade, mas como um sujeito que está imerso no jogo das ideologias e que milita no sentido de produzir a transformação social. (Soler, p. 15, 2017). Na atualidade podemos usufruir de várias escritas (é fato que o acesso ao direito de escrita era voltado, até um certo período, aos lares da classe rica, sobretudo reservado a mulheres consideradas de alta sociedade, muitos pais de meninas/mulheres as queriam letradas, pois isso também era considerado sinônimo de “bom partido”, etiqueta, “ser fina”) intelectuais femininas brasileiras (nasceram ou escolheram o Brasil como lugar para viver, e também mulheres ideais revolucionárias que fizeram serem visibilizadas) e estrangeiras. Gramsci (1978) citado por SOLER (2017, p. 12) refere-se à capacidade concreta de construção de um pensamento que atua na realidade. Ele não é, portanto, produto de uma abstração ou espontaneidade, mas sim um processo que tangencia a história por meio da ação dos sujeitos em direção ao fortalecimento das consciências críticas. Nessa perspectiva podemos iniciar no Brasil Colônia (1500-1822), onde a mulher era visibilizada como procriadora, trabalhos domésticos e o processo de alfabetização não era direito. Mas na figura da primeira mulher a ser alfabetizada que foram se construindo e ampliando o espaço da mulher na sociedade. Dando ao mérito a Madalena Caramuru, sendo uma das filhas de um português, Diogo Álvares Correia, (conhecido como Caramuru) e da índia tupinambá Paraguaçu (adotou nome cristão Catarina no Brasil), estes residiam no povoado de Salvador, na Bahia. Após se casar com Afonso Rodrigues, este nascido em Portugal (1534), registro se deu na Igreja de Nossa Senhora da Vitória (uma das primeiras em Salvador) a Madalena Caramuru foi alfabetizada pelo esposo, que após instruída (sabe-se que nessa época a educação girava em torno da Educação-jesuítica) passa a ativismo e busca manifestar defesa do povo, em especial por escritos também busca as autoridades responsáveis, fim dos maus-tratos as crianças indígenas. Segundo Ribeiro (2018) “Passou a ser a primeira mulher a interpretar e usar o código

linguístico na história dopaís, como também a primeira a usá-lo para lutar pela ampliação da educação”. No que fiz respeito ahistória da alfabetização no Brasil, a Madalena Caramuru foi a protagonista que efetivou e ampliou odireito feminino ser alfabetizada, de estudar e visibilizou a educação indígena.

“Em 1991, o MEC passou a cuidar do ensino indígena e inseriu a sociedade civil, incluindo representantes desses povos, nas decisões sobre as diretrizes escolares. Desde então, as políticas educacionais procuraram respeitar a interculturalidade, a educação bilíngue, diferenciada e específica, de acordo com os costumes e tradições de cada etnia. Como prevê a constituição de 1988, um marco na educação indígena” (CARVALHO, p.14, 2018,)

Sonia Bone de Sousa Silva Santos, conhecida como Sônia Guajajara desde pequena via seu povo guajajara-tenetehara (no Brasil, os povos indígenas Guajajaras são mais numerosos, são distribuídos por nove terras indígenas demarcadas, no centro do Maranhão, a Arariboia considerado amaior delas com 413 mil hectares) lutar pelo seu espaço e para manter sua identidade, sempre rodeada por saberes ancestrais e de resistência, como forma de contribuir para a sua comunidade, escolheu a educação. Seus pais eram analfabetos, não impediram dela estudar, pelo contrário deram forças, determinada, trabalhou, sobretudo como empregada doméstica e babá para pagar o ensino fundamental, foi convidada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para fazer o magistério em Minas, tornou-se uma acadêmica, estudou em Esmeraldas (MG), dos quinze aos dezoito, permaneceu durante 3 anos longe da família e de seu povo.

Retornou para seu povo e povos vizinhos, trabalhando nas aldeias com educação e saúde (alertando sobre as drogas e álcool, e também sobre os perigos das doenças sexualmente transmissíveis), em 1992, estagiou em medicina alternativa no Instituto Paulista de Promoção Humana(IPPH), em Lins (SP), formou-se em enfermagem (pagando o ensino com o salário de professora), conseqüentemente trabalhou pela Funai.

Mais tarde retornou a area da educação (graduou em letras cursou pós-graduação em educação especial pela Universidade Estadual do Maranhão), nessa época também militava, reivindicando melhores condições ao seu povo, não somente pela educação, saúde, mas também pela

proteção territorial e outros direitos. Em 2001, participou de seu primeiro evento nacional indígena (para discutir o Estatuto dos Povos Indígenas em Luziânia (GO)).

Sônia brasileira com espírito e força de liderança feminina evidencia sua luta em prol dos direitos de seu povo, nesse sentido participou de marchas, encontros, viagens, assembleias, conferências. Essa última, foi conferência na Organização das Nações Unidas (ONU), representatividade que ultrapassa os 27 mil guajajaras, denunciou diversas violências a todos os povos da Amazônia, em um Fórum Permanente da ONU sobre as Questões Indígenas, em Nova York, em 2008. Os povos originários são constantemente perseguidos, ameaçados e conseqüentemente assassinados tanto pelos latifundiários (fazendeiros da região) como às indústrias de interesses como, por exemplo, a de madeira. Uma líder indígena e mulher é uma alternativa também de tentar romper com o patriarcado, além de incentivar outras companheiras de luta. Sônia Guajajara, viajou por diversos países, estreitou contatos para tratar da importância dos indígenas para o equilíbrio do clima mundial, participando do encontro com a assessoria do ex-presidente norte-americano Barack Obama. Sônia é mãe de três filhos, Luiz Mahkai, Yaponã e Y'wara sua dedicação e liderança indígena feminina não fraquejou, continuou a cumprir agenda profissional. Atualmente representante feminista política, leva seu legado incessante pelos direitos dos povos originários, tanto a permanência em seus territórios quanto a outros direitos básicos, a presença da mulher na política, vem sendo um dos avanços significativo, pois durante muitos anos foram invisíveis e, sobretudo, ignoradas pela sociedade.

A luta pela emancipação da mulher se evidenciou pelo investimento realizado na educação ao longo dos anos, e com fator primordial a essa conquista educacional apontamos a ativista, escritora Dionísia Pinto Lisboa, conhecida por Nísia Floresta. Nascida em um vilarejo potiguar de Papari, lutou, pela abolição da escravidão, ensino igualitário (introduzindo no país) os indígenas e a liberdade religiosa, e pela educação das mulheres, nesta perspectiva publicou o primeiro livro (feminista no país).

Mas nada foi mais revolucionário que sua estreia na literatura, aos 22 anos, com o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832).* Foi com essa obra subversiva que surgiu o pseudônimo que a deixou famosa. E foi com ela que o feminismo acabou sendo implantado nas letras brasileiras, ganhando contornos bem nacionais nas palavras, contexto e reflexões de Nísia. (SOUZA E CARARO, 2017p.41.)

No campo da literatura continuou com efervescência e 1832, com 22 anos, escreveu o livro “Direitos das mulheres e justiça”, abrindo a partir daí uma porta de entrada a escrita brasileira que diz respeito ao feminismo. Suas reflexões foram importantes no contexto de luta feminina.

A perseguição política a seu pai, uma das vítimas da revolta contra os portugueses durante os conflitos pela Independência, ajudou a forjar seu espírito revolucionário, uma vez que em 1817 a família se mudou para Goiana (PE), onde as ideias liberais fervilhavam. Ainda assim, Nísia não escapou ao casamento precoce, aos treze anos, com Manuel Alexandre Seabra de Melo, dono de terras em Papari sem quase nenhum letramento. A união não durou um ano. Nísia abandonou o marido quando o pai precisou fugir de novo, primeiro para Olinda e depois para Recife (SOUZA E CARARO, p.40, 2017)

Casou-se duas vezes, a primeira precocemente, com o assassinado do seu pai, e posterior perda do segundo marido, mudou-se de Porto Alegre para o Rio de Janeiro com seus dois filhos. Reconstruiu-se no Rio de Janeiro, fundou Escola para meninas, tentando aderir um ensino e prática menos tradicional possível, ou seja, “as meninas não eram preparadas para ser boas esposas”.

Destacam-se, para além de Anísia Floresta, outras tantas que lutaram também contra a escravidão, sendo elas: Isabel, Chiquinha Gonzaga e Dandara. O período da história dos quilombos (este funcionava como abrigo, esconderijo dos escravos) abolicionistas foi marcado por diversas lutas, assassinatos e resistência à escravidão.

Pouco se evidencia, a figura de nós mulheres por trás de conjuntura política e tradicionalista, quando menciona mulheres que fizeram história no Brasil, percebemos o desafio em sobretudo de nos encontrarmos no processo de escrita masculinizada, predominante em negra, pois se evidencia a questão do apagamento e consequentemente silenciamento imposto a nós mulheres negras no Brasil.

Uma guerreira negra que aprendeu a fabricar espadas e a lutar com elas; uma capoeirista forte e corajosa que planejava ações de combate e liderava seus companheiros na luta pela liberdade — assim sobrevive em relatos e lendas populares a história de Dandara, rainha do Quilombo dos Palmares e companheira de Zumbi. Não se sabe ao certo onde ela nasceu e como chegou ao maior e mais duradouro quilombo implantado nas Américas. (SOUZA E CARARO, p.16, 2017)

Nesse contexto falar sobre Dandara, uma mulher negra, guerreira e rainha do Quilombo dos Palmares e companheira do Zumbi dos Palmares será um processo de busca,

a visibilidade de sua história (quase não se encontra registros oficiais de sua existência, sendo assim usufruiremos de relatos e lendas sobre) de Dandara. Esta última resistia ao regime colonial português e aos ataques holandeses, como estratégias almejava ampliar o poder de Palmares e extinguir o trabalho escravo nas fazendas. Era uma mulher que aprendeu a ginga da capoeira (cantos, palmas e acompanhado por um berimbau) corajosa, que planejava ações de combate e que, além disso, liderava seus companheiros na luta pela liberdade, dessa forma aprendeu a fabricar espadas e também a lutar com elas. O Quilombo dos Palmares foi fundado por volta do final do século XVI por escravos que haviam fugido dos engenhos de açúcar nas redondezas, nesse sentido Dandara viveu na região da serra da Barriga (hoje atual município de União dos Palmares), com objetivo de protegê-lo, unido forças ao primeiro grande líder da comunidade (1678), Ganga Zumba, tio de Zumbi, assinou um acordo (o documento garantia a liberdade dos palmarinos e permitia que realizassem comércio, mas os obrigava a entregar qualquer escravo que aparecesse ali em busca de abrigo) de paz com o governo da então província de Pernambuco.

A tradição oral, reforçada por alguns historiadores, conta que Dandara teria morrido no dia em que as forças militares derrotaram a última aldeia de Palmares, 6 de fevereiro de 1694. Seus três filhos com Zumbi — Harmódio, Aristogiton e Motumbo — teriam sido mortos em combate, e ela teria se jogado de um penhasco para não ser capturada. Zumbi conseguiu fugir com um grupo pequeno para tentar reconstruir Palmares. (SOUZA E CARARO, 2017, p.17)

Dandara teve com Zumbi três filhos com Zumbi: Harmódio, Aristogiton e Motumbo. Estes morreram durante combate com forças militares, Zumbi conseguiu fugir, não se sabe o certo o ano da morte de Dandara, mas a última aldeia de Palmares derrotada foi em 6 de fevereiro de 1694.

Dandara lutou bravamente por liberdade aos escravos, arriscava-se em missões de resgate em um porto de navios negreiros e, sobretudo, nas fazendas além de companheira de Zumbi dos Palmares.

Ainda sobre esse contexto no campo da escrita da atualidade e que se faz presente marcante, é o caso da escritora Carolina Maria de Jesus (mulher negra, que teve seu livro “quarto de despejo” traduzido mais de 14 países).

Na vida real, era catadora de papel e mãe solteira de três filhos. Uma mulher negra com poucas oportunidades, passou apenas dois anos na escola. Por isso, em 15 de julho de 1955, quando começou a escrever um diário — para, em suas palavras, “esquecer da fome” —, jamais poderia prever que seus escritos, feitos em cadernos recolhidos do lixo, iam fazer com que alcançasse sucesso internacional. (SOUZA E

CARARO, 2017, p.125)

Nessa perspectiva, de evidenciar/denunciar o racismo, as múltiplas formas de violência (subalternizam as mulheres negras) e o sexismo (ato de discriminação/preconceito de no que se refere ao gênero de uma pessoa).

Nascida em 1914, em Minas gerais. De família pobre, frequentou a escola por dois anos e se mudou para São Paulo, em 1937, em busca de melhores condições de vida. Trabalhando como catadora de papel, morava na favela do Canindé. (FETEMS, 2023)

Carolina de Jesus vale ressaltar que esta obra em questão, rendeu publicações para mais de 40 países sendo considerada umas das referências da literatura brasileira. Uma mulher literalmente à frente de seu tempo, que apesar dos inúmeros desafios encontrou na escrita um meio de exibir ao mundo o contraste social vivido por uma mulher, negra que vivia às margens da desigualdade social excludente. Ainda sob essa ótica, a escritora Lélia Gonzalez (uma intelectual negra e ativista). Segundo Ribeiro (2016) Angela Yvonne Davis, que considerada destemida e muito à frente de seu tempo, nascida no ano de 1940 (estado do Alabama/Estados Unidos), mobilizou campanha mundial nos anos de 1970, em favor de sua libertação (presa acusada de estar envolvida em um atentado). Militante (Partido Comunista e Panteras negras, dos Estados Unidos). Em algumas de suas pautas destacamos as questões sobre raça, racismo, classe além de defesa e direito da mulher, sobretudo a mulher negra.

Nascida em 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do sanitarista, Bertha ainda menina, ajudou a mãe nas escolas (que ela havia criado uma para meninos pobres e outra para vendedores de jornais). Bertha foi enviada pelo seu pai ainda adolescente à Europa para terminar seus estudos. Em Paris, na Sorbonne, cursou biologia. Adentrando no universo da ciência e feminismo. Na Europa, no começo do século XX, a efervescência era o movimento sufragista. Em 1918, ao retornar ao Brasil, diplomada e cheia de ideias e sendo feminista, divulgou (primeiro ato público) uma carta (em resposta a um jornalista que acreditava que o movimento sufragista na Europa e nos Estados Unidos nada tinha a ver com as brasileiras) na Revista da Semana.

(...) Bertha Maria Júlia Lutz não ficou à sombra de seu pai e entrou para a história como uma das primeiras e mais importantes feministas do Brasil. Sua luta mudou significativamente o papel da mulher na política. Sem ela, talvez o voto feminino e a igualdade de direitos políticos tivessem de esperar para além da década de 1930 até virar realidade. (SOUZA E CARARO, 2017, p.83)

Bertha não aceitava a forma como os homens tratavam as mulheres, os criticou, e conseqüentemente convidou as mulheres a se manifestarem e organizarem em associações de luta pelos direitos, que lhe eram negados. Para Bertha, as mulheres não só precisavam ter direito a cargos políticos, ao voto, mas também a educação, ao trabalho, para se livrar da dependência dos homens. Bertha passa a ser a maior representante e dará o início do movimento sufragista no Brasil.

Bertha prestou concurso para o Museu Nacional (em 1919), do Rio de Janeiro, tornando-se a segunda brasileira a entrar para o serviço público, nesse período, desenvolveu importantes pesquisas (especialmente relacionadas a anfíbios), e ganhou reputação internacional como cientista e educação feminina (1924, estando no grupo composto por ativista política, Bióloga, feminista, musicista, poeta, preocupada com o ensino, a natureza e a igualdade no trabalho, criaram a Associação Brasileira de Educação).

Aos 25 anos, uniu-se a outras feministas e fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, uma semente para a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922. A entidade, presidida por Bertha, tinha como principal bandeira o voto e o Congresso Nacional como palco de atuação preferido. Incansáveis, as sufragistas chegaram a coletar 2 mil assinaturas — o que era muito — para pressionar os senadores. Não deu certo, mas a derrota não as desanimou. Bertha até decidiu cursar direito para ampliar suas armas, e um ano antes de se formar viu seu sonho se realizar: em 24 de fevereiro de 1932, um decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas permitiu o voto facultativo feminino. As francesas só conseguiram esse direito em 1944! (SOUZA E CARARO, 2017, p.84)

Aliou-se a outras feministas, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde, em 1922 seria criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). O enfrentamento para com grupo elitizado era constante em prol dos direitos das mulheres, o direito ao voto era bandeira principal, que foi a partir do ano 1932, em um decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas permitiu o voto facultativo feminino, apesar das francesas só conseguiram esse direito anos mais tarde em 1944. Anos mais tarde, foi eleita para um cargo político (por pressão da FBPF). Bertha contribuiu no comitê que elaborou a Constituição de 1934 e instituiu a igualdade de direitos políticos (mesma exerceu esse direito ao se candidatar a uma vaga como deputada federal), um dos embates a ser conquistado no Congresso seria ampliação da licença-maternidade (trinta dias para três meses) e conseqüentemente a redução da jornada de trabalho (que era de treze horas), não obteve votos suficientes, mas Bertha se tornou primeira suplente assumiu o cargo do deputado Cândido Pessoa (morreu em 1936).

Segundo Souza e Cararo (2017) No período que se manteve apresentou o projeto de lei do Estatuto da Mulher e proposta da criação do Departamento Nacional do Trabalho Feminino, Maternidade, Infância e Lar. No ano de 1937, Vargas instituiu o Estado Novo e fechou o Congresso (retirando de todos (as) os (as) brasileiros (as) o poder de voto), paralela isso Bertha, em 1964.

Mesmo atrelada às funções cientista, sua vida esteve enraizada e vinculada a militância, representou o Brasil no exterior em diversas. Adentrava em temas delicados e, sobretudo importantes como o divórcio e a distribuição desigual das tarefas domésticas, discursões que ainda emergem em nossa sociedade contemporânea. Bertha morreu aos 82 anos, no ano de 1976 em um asilo no Rio de Janeiro. Mulher pioneira no feminismo no Brasil.

A catarinense Antonieta de Barros encontrou diversos caminhos para chegar ao seu objetivo. Na luta por uma educação de qualidade e acessível a todas as mulheres, ela atuou como professora, escritora e jornalista e se tornou a primeira líder negra a assumir um mandato popular no Brasil, na década de 1930. (SOUZA E CARARO, 2017, p.88.)

Antonieta nasceu em Lages (interior de Santa Catarina), em 1868, três anos antes da assinatura da Lei do Ventre Livre. Sua mãe Catarina Waltrick (foi escrava) na região serrana de Coxilha Rica (SC) e de que trabalhou na fazenda da família Ramos. Em 1898 (após a abolição da escravidão), Catarina seguiu com os patrões para morar na capital e trabalhar como lavadeira. Em 1901, vivendo em Florianópolis, deu à luz Antonieta, posterior intervalo longo, nasceu Leonor (tornou-se professora e nunca se casou). Com abertura de uma pensão em casa (como forma de complementar a renda de lavadeira e garantir o sustento da família) pela mãe de Antonieta, onde ela conheceu e conviveu com estudantes, conseqüentemente aprendeu a valorizar a educação.

Em 1921, concluiu os estudos na Escola, tornou-se professora (na época, as mulheres podiam estudar apenas até o curso normal, a sociedade temia que mulheres estudavam, pois ideais nessa época era voltado a filhos e marido).

Na imprensa, Antonieta defendia que todos deveriam ter acesso à educação avançada e à cultura. Para ela, a alfabetização era só o começo. Ao tratar do ensino público catarinense em um artigo do jornal República, de 12/7/1932, ela reivindicou mais possibilidades de acesso à universidade: “Há, contudo, uma grande lacuna na matéria de ensino: a falta dum ginásio, onde a mulher possa conquistar os preparatórios, bilhete de ingresso para os estudos superiores”. (SOUZA E CARARO, 2017 p. 89)

Sua defesa era voltada a educação para todos e todas, e portanto, deveriam ter acesso a cultura. Em 1932, um artigo do jornal República enfatizou ensino público acesso à universidade. Recém-formada, juntamente com sua irmã, em sua própria casa, abriu uma escola de alfabetização para crianças e adultos.

“Lutava pela igualdade racial e de gênero e atuava em defesa da educação de qualidade para as mulheres. Acreditava no poder revolucionário e libertador da educação para todos (as)”. (FETEMS, 2023)

Seu envolvimento em luta por direitos motivo-a a atuar em associações de professores e mais tarde também se envolveu na luta para as mulheres conquistarem o direito ao voto, em uma sociedade puramente machista e reprimia as mulheres. Mais adiante atuante como jornalista, escreveu crônicas e artigos, e representando uma revista.

O convite para lançar sua candidatura partiu de Nereu Ramos, líder do Partido Liberal Catarinense, alinhado a Getúlio Vargas. Antonieta se manteve até o fim politicamente fiel a seu amigo Ramos, que pertencia à família para a qual sua mãe trabalhara durante anos. Ao tomar posse como deputada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ela atuou principalmente por melhorias na educação. Com a instalação do Estado Novo, em 1937, Vargas fechou o Congresso Nacional e as assembleias estaduais. Antonieta continuou a se dedicar ao magistério, passando a dar aulas de português e psicologia no Colégio Coração de Jesus. Foi reeleita como suplente e assumiu seu segundo mandato também em prol de melhores condições de trabalho para os professores. (SOUZA E CARARO, 2017 p.89)

Lançou-se a candidatura mais tarde em 1935 (em convite de uma amigo, ao tomar posse como deputada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ela atuou principalmente por melhorias na educação) e em 1944 posterior também se tornou diretora no Instituto de Educação Dias. Vargas fechou o Congresso Nacional e as assembleias estaduais em 1937, com a instalação do Estado Novo.

Nesse contexto Antonieta dedica-se ao magistério no Colégio Coração de Jesus, foi reeleita suplente e em prol de melhores condições de trabalho para os professores, assumiu o segundo mandato.

Foi perseguida e sofreu diversos ataques devido a suas escolhas partidárias, morreu de complicações da diabetes (com seus cinquenta anos), foi uma mulher que buscou lutar por igualdade entre mulheres e homens, além de ser a primeira mulher negra a no Brasil, a assumir um mandato.

Laudelina nasceu após (poucos anos) a abolição da escravatura, nessa época os

negros eram tratados como cidadãos de segunda categoria. Filha de Sidônia e Marco Aurélio, Laudelina, realizava tarefas domésticas em casa, ainda criança, como forma de ajudar sua mãe, que trabalhava em casa de família em prol de sustento da casa. (SOUZA E CARARO, 2017) O trabalho doméstico no Brasil surgiu, atrelado a escravidão, nesse sentido ainda predomina sobre classe, raça (negras e pardas) e gênero exercida, sobretudo por mulheres periféricas muito enraizado na discriminação. Os direitos conquistados aos trabalhos domésticos, foi fruto de luta e reivindicação de mulheres como Laudelina, que por falta de alternativas, aos dezessete anos passou a trabalhar como empregada doméstica, que não se conformava com as diversas formas de exploração e preconceitos que lhe era apresentado. (SOUZA E CARARO, 2017)

Nessa perspectiva em prol de melhorias, frequentou e organizou associações, grupos culturais voltados para a população contribuíram significativamente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e com o objetivo garantir e buscar garantir os direitos trabalhistas da categoria fundou associação de empregadas domésticas (pioneira no Brasil), tal segmento foi importante para garantir serviços assistenciais, e recreativos e educativos às trabalhadoras. Casou-se, teve filhos e mais tarde separou-se do então esposo, mudou para São Paulo, ergueu-se trabalhando em uma pensão (vendendo salgadinhos pela redondeza), atuou em movimento negro, mais tarde fundou outra associação empregadas domésticas bandeira de lutar em prol direitos, em um período em que falar, mobilizar e lutar por direitos não eram permitido, era ditadura militar (sofreu perseguições, assim com diversos outros, devido a suas ideologias). (SOUZA E CARARO, 2017)

Mas seguiu firme e anos mais tarde, alguns direitos foram conquistados como regulamentação da profissão, no direito à carteira de trabalho assinada e paralelo a isso acesso à previdência social, além disso, ampliou e colaborou para a criação sindicatos e também de associações em outras tantas países. Como Vó Nina, ficou conhecida após adquirir idade, os avanços foram ocorrendo gradativamente, ainda presenciou direitos domésticos como o 13º salário, a licença-maternidade de 120 dias, repouso semanal remunerado e, sobretudo a aposentadoria e outros direitos conquistados assegurado na Constituição de 1988.

Mais de um século depois do fim da escravidão, o Estado brasileiro finalmente concedeu aos empregados domésticos os mesmos direitos dos outros trabalhadores, com a emenda constitucional 72, de 2013. A jornada máxima de trabalho foi regulamentada para oito horas diárias e 44 horas semanais. O pagamento do seguro da previdência social passou a ser obrigatório. Além disso, a categoria conquistou o direito ao vale-transporte. Tudo isso não deixa de ser consequência dos esforços iniciais de Laudelina (SOUZA E CARARO, 2017 p.99)

Em 1991 morreu deixando um legado de ousadia e determinação, uma mulher à frente dese tempo, como forma de continuar seu legado, deixou sua casa para o sindicato (onde suas obras e também memória permanecem vivas) Campinas. Tem-se muito a avançar, mas são mulheres com VóNina que nos move a tentar reconstruir um país que a pouco tempo não dava voz ao menos favorecidos, os que vivem nas periferias.

Josefa Paulido dizia, “sozinho a gente não é ninguém. A gente só é muita coisa junto como povo”. Com essa frase evidenciamos o legado dessa mulher, que nasceu no leste alagoano, filha de lavradores, os perdeu ainda criança. Morou-se a alguns dias na casa de um tio, e sem seguida a uma família (era tratada por todos (as) de Maceió. Para trabalhar como empregada doméstica muda-se para o Recife. Nesta época em questão não frequentava a escola (mais aprendeu a ler e a escrever sozinha, estudando escondida com as cartilhas dos filhos dos patrões) e recebia apenas comida e moradia pelo trabalho exercido. Retorna com 16 anos para Maceió, iniciando um namoro com José Pureza (este mudasse para o Estado do Rio de Janeiro e continuam a se relacionar por carta até 1942).

Sem direitos sobre as terras, o casal e muitos outros camponeses foram expulsos do local em 1955, mesmo ano em que o casal se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A situação no interior fluminense era semelhante à de Xerém, de modo que os dois continuaram a mobilizar a população do campo em outras cidades, como Casimiro de Abreu e Cachoeiras de Macacu. Ainda nesse ano, ela fez parte do Congresso Nacional das Mães, patrocinado pela Federação de Mulheres do Brasil, e do Congresso Mundial das Mulheres Trabalhadoras, na Hungria, como representante das trabalhadoras rurais brasileiras. Na ocasião, pôde conhecer a União Soviética. Ela acreditava que os operários urbanos podiam ser valiosos aliados dos lavradores na reivindicação da reforma agrária. Ao longo dessa década, Josefa ampliou sua participação em movimentos organizados. (SOUZA E CARARO, 2017 p.158.)

Quando casados foram morar em Xerém (município de Duque de Caxias/RJ). Trabalhou como costureira em uma fábrica, que anos depois faliu. Como forma de continuar a contribuir no sustento da casa, passou a trabalhar na roça, juntamente com marido, agricultor. Os engajamentos em lutas por ocupação e pela posse de terras abandonadas em uma área rural da cidade foram intensas as que logo contribuíram na decorreu na militância de ambos no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ajudou na criação da Associação dos Lavradores Fluminenses. Na década de 1950, passaram a enfrentar problemas com posseiros e grileiros. Nessa época a luta pela terra já se encontrava em estágio avançado emergindo várias

lideranças, mais tarde a tocante Dorothy Stang, que logo foi assassinada decorrente desses conflitos.

Nesta perspectiva, Josefa e Pureza tornaram-se principais lideranças rurais do Estado do Rio de Janeiro. Em 1950, Josefa passou a militar nas Ligas Femininas, participando, sobretudo, de congressos nacionais e internacionais, conseqüentemente representaria as trabalhadoras rurais brasileiras no Congresso Mundial das Mulheres Trabalhadoras na Hungria. Esteve integrada entre as fundadoras de associações de mulheres no campo em 1958, desencadeando reivindicação, a posse da terra e a defesa dos maridos que foram encarcerados como presos políticos.

A participação da camponesa e líder Josefa foram importantes em várias frentes de luta, ampliou sua participação em diversos movimentos e organizações sociais, como departamentos femininos, associações e sindicatos. Josefa e Zé Pureza foram duramente perseguidos, após o golpe de 1964, passaram a ser procurados pelos militares e conseqüentemente recuaram voltando para o estado de Alagoas, mais tarde retornaram para Recife, atuaram em movimentos partidários.

Sendo assim, foram presos e torturados acusados de organizarem os camponeses em prol de lutas. (SOUZA E Cararo, 2017)

Quando José foi solto, os dois voltaram ao Rio de Janeiro, estabelecendo-se em Niterói. A experiência na prisão diminuiu o entusiasmo do companheiro, mas Josefa seguiu firme na luta. Em 1978, ela ajudou a criar o Centro da Mulher Brasileira de Niterói. Os dois ainda realizaram trabalhos para a Federação dos Trabalhadores Agrícolas e para sindicatos da Região dos Lagos fluminense. Pureza morreu em 1983. (SOUZA E CARARO, 2017 p.158)

Os dois voltaram ao Rio de Janeiro, após libertos, em seguida firmaram-se em Niterói, quando absorvidos. Prosseguiram na lutando e resistindo lado a lado, mas Pureza morreu em 1983 (fim da ditadura) e Josefa firme aos seus ideais em prol do povo, lutando pela reforma agrária e para as condições de vida dos camponeses, logo se candidatou a deputada federal (PCB, mas não se elege). Em 1999 morreu deixando um legado de rebeldia e resistência ao povo brasileiro.

Nasceu no Estado do Paraná, Dorcelina fulador, mudou-se para Mato Grosso do Sul quando ainda criança, juntamente com sua família. Desde cedo aprendeu a lutar, tendo como referência seus pais. Sendo e irmã caçula entre sete. Quando criança, Dorcelina teve paralisia infantil que a deixou com deficiência na perna esquerda. Decorrente disso, até a adolescência, era motivo de chacotas, mais conseguiu se defender, e não se abatia frente às dificuldades

(CEBs, 2018). Quando jovem sobressaiu e consequentemente vira uma das lideranças da comunidade católica (está era frequentado com a família).

Em 1996, em Mundo Novo, tornou-se correspondente do jornal nacional do MST (este por sua vez circulava muito bem entre as minorias), no qual permaneceu por cinco anos. Ambiente propício a circulação de informação, estando dessa forma ‘bem informada’. Dorcelina foi eleita prefeita com 3.422 votos e assumiu a prefeitura em 1º de janeiro de 1997 com duração mais ou menos de dois anos, nesse período conseguiu mudar majoritariamente a administração municipal. (CEBs, 2018) Durante essa configuração, a realização de concurso público para alguns cargos e a implantação do orçamento participativo, que rompeu, sobretudo com grupos criminosos ligados ao poder público. “Ela mexeu com a máfia da fronteira”. Muito empoderada a frente de seu tempo foi uma mulher que encomodou, enfrentou e mudou a configuração política.

Figura 12. Fotografia da lutadora do povo, a Dorcelina Folador.



E como forma de silenciar essa voz do povo, no dia 30 de outubro de 1999, em Mundo Novo (cidade que fica a 460 quilômetros de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul), assassinaram-a com aproximadamente seis tiros, Dorcelina com 36 anos (foi assassinada quando estava sentada na varanda da casa onde morava com o marido e as duas filhas). Mulher lutadora, empoderada, que era cercada por lideranças, como por exemplo Egídio Bruneto (um dos coordenadores do MST - Movimento Sem-Terra), no estado do Mato Grosso do Sul. Jusmar Martins da Silva (era considerado amigo de Dorcelina), este foi o mandante do assassinato, na ocasião, ocupava a Secretaria Municipal de Agricultura e

Pecuária na época também foi coordenador da campanha delaà prefeitura. (CEBs, 2018). Sobre o crime, a injustiça e impunidade caminham juntas, pois no que se refere aos responsáveis deste assassinato, foram presos, mas logo entraram em liberdade.

A rendeira era a mais nova de nove irmãos. Filha de Manuel Lourenço Alves e Alexandrina da Conceição, começou a trabalhar na lavoura aos oito anos, de modo que estudou até a quarta série do ensino fundamental. Ela passou a vida toda em Alagoa Grande, cidade a 120 quilômetros da capital, localizada na região do Brejo Paraibano, uma das mais violentas da Paraíba na época de seu assassinato. Aos 28 anos, casou-se com Severino Casimiro Alves, com quem teve um filho em 1975, José de Arimatéia. (SOUZA E CARARO, 2017 p.172)

Nessa perspectiva, das mulheres do campo que ousaram se desafiar e buscaram formas de saírem do conformismo evidenciamos a Margarida Maria Alves conhecida por Margarida Alves, era a mais nova de nove irmãos, filha de Manuel Lourenço Alves e Alexandrina da Conceição. Iniciou trabalho na lavoura muito cedo, mais ou menos aos oito anos de idade. No que se refere aos estudos, conseguiu chegar até a quarta série do ensino fundamental, não dando continuidade. Anos mais tarde rendeira. Parte de sua vida se deu em Alagoa Grande (cidade a 120 quilômetros da capital, localizada na região do Brejo Paraibano) na época, esta considerada muito violenta. Casou-se com Severino Casimiro Alves (aos 28 anos), com quem teve um filho José de Arimatéia (em 1975). Nessa ocasião Margarida logo se tornou primeira mulher a ocupar um cargo no Estado como presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB). Segundo Souza Cararo (2017) À frente dessa entidade, (nos dez anos em que esteve), como forma de fortalecimento da agricultura familiar, criou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, moveram diversos processos trabalhistas contra usineiros e fazendeiros, reivindicando férias melhorias trabalhistas, além de jornada de oito horas diárias, 13º salário, e carteira assinada, para classe dos trabalhadores.

A líder dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, era conhecida por ser determinada, dessa forma enfrentou poderosos (fazendeiros, deputados federais, estaduais e prefeitos), que iriam unir forças para formar a União Democrática Ruralista (UDR), ocorrida em 1985.

Margarida obteve confronto direto com o líder (dono da Usina Tanques, a maior da localidade) ligado a UDR, isso conseqüentemente o genro dele, o empresário José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque, foi acusado de ser o mandante do assassinato, o executor de aluguel foi Aguinaldo Veloso Borges. Os criminosos foram presos mais não foram de fato condenados. Diversas manifestações ocorrerão em favor de justiça. (SOUZA e CARARO, 2017 p. 172)

Uma das frases mais cotidiana da margarida era “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, seu ativismo intenso e revolucionário custou sua vida. Em seu enterro, e na missa de sétimodia, contou com milhares de pessoas. As camponesas paraibanas costumam usar a expressão “forte como uma margarida” para a garra feminina. Pois sua luta não foi em vão, pois a data de seu assassinato virou símbolo nacional de luta contra a violência e conflitos no campo pela reforma agrária. Diversas Marchas das Margaridas já ocorreram em Brasília desde o ano de 2000, com temas pelo fim da fome, e, sobretudo da violência de gênero. Vale ressaltar que Margarida Alves recebeu prêmios, Medalha Chico Mendes de resistência. O crime fortaleceu e uniram os agricultores em prol da luta.

Recebeu homenagem a Medalha Chico Mendes de resistência, devido a ser uma mulher lutadora a ideias do povo, e outras tantas outras mulheres também foi homenageada como:

“Dinaelza Soares Coqueiro, a Maria Dina, morta na Guerrilha do Araguaia em 1974. Desde que a premiação foi criada, em 1989, muitas mulheres foram lembradas por sua luta em defesa dos direitos humanos, da liberdade e de um país sem violência e tortura. A guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira e a auditora fiscal Marinalva Dantas ganharam honraria em 2003; a missionária Dorothy Stang, em 2005; a estilista Zuzu Angel, em 1998; a psiquiatra Nise da Silveira, em 1993; e as militantes comunistas no Araguaia Luiza Augusta Garlippe (Tuca), Áurea Eliza Valadão, Maria Célia Corrêa (Rosinha) e Lúcia Maria de Souza (Sônia), respectivamente, em 2009, 2011, 2012 e 2015”. (SOUZA E CARARO, 2018 p.142)

Ana Paula Gomes de Oliveira e Fátima dos Santos (favela de Manguinhos) mães que perderam seus filhos por causa da violência policial estas também foram premiadas em 2015. Em contínuo dia 1º de abril ou próximo, em referência ao golpe militar de 1964, o grupo Tortura Nunca Mais (Rio de Janeiro), homenageia com entrega de uma medalha (símbolo de luta e resistência) Chico Mendes, dez pessoas ou entidades de combate à violência e legado de luta. Essa ação foi criada em resposta à homenagem que o Exército fez aos torturadores que atuaram durante a ditadura militar, ao dar a eles a Medalha do Pacificador.

Gloria Jean Watkins (popularmente Bell hooks), foi professora, autora, artista, ativista antirracista e teórica feminista. Bell hooks publicou muitos livros e artigos acadêmicos, com participação também em vários documentários e filmes, além de palestras. No que se refere as suas obras focadas em gênero, raça, capitalismo e, sobretudo como atrelado a isso descreve o sistema de opressão, dominação de classes, que ainda se fazem muito atuante em nossa sociedade. Um dos escritores com o Paulo Freire sendo de grande

referência para a escritora, mediante sua pegadia crítica, analítica de mundo.

Bell Hooks publicou diversos livros conscientizadora, também direcionados ao público infantil, citando em questão o livro “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras, este último no ano 2000 em lingua inglesa (pela South End Press), nesse sentido também houve uma segunda edição (pela Routledge) no ano de 2015, com tradução, organizado em 19 capítulos. Sendo assim remete a discursões e percepções diferentes sobre o feminismo, vinculados também a experiências na militância no que diz respeito a desigualdades e sexismo relacionadas a gênero. São reflexões importantes teóricas percorridas específicas. Segundo Bell Hooks (1984) destaca que “o feminismo além de ser um movimento importante, é considerado uma peça fundamental para acabar com o sexismo, exploração sexista e também a opressão”

Ainda nessa perspectiva Bell Hooks afirma que “o movimento feminista não levanta uma bandeira contra os homens (...) que o patriarcado e o pensamento sexista não deixam de estar presentes em espaços femininos”, é fundamental ressaltar que a bandeira do feminismo com o decorrer dos anos busca reivindicações atreladas a justiça de gênero e também a sororidade, sendo assim, as formas de relações entre si, no que diz respeito as mulheres.

“Nos Estados Unidos, o feminismo reformista deu prioridade à igualdade da mulher em relação ao homem no mercado de trabalho, o que ocultou “as radicais do feminismo contemporâneo”, o qual exigia transformações mais amplas na sociedade” (LIBÂNIO, 2018, p.563)

Bell Hooks citado por LIBÂNIO (2018) menciona que Hooks produziam diversas reflexões referente a temática que muitas das vezes não chegavam de fato ao público, mesmo sendo bem aceita na academia. Vale ressaltar que momento atual era marcado por diversas disputas de ideologias acadêmicas que se na atualidade uma mulher a ainda sendo negra encontra-se em efervescente disputas na academia, na passagem de Hooks aquela conjuntura ainda era mais acirrada e muito mais discriminatória. Uma mulher a tempo atrás não conseguia ocupar a esfera acadêmica, está último considerado um privilégio de classes (tanto elite quanto classe média) muitas nem se quer podiam produzir escritos, sem que tivesse por a frente uma figura masculina. Na academia Hooks conseguiu ser definida como revolucionária. Autora chega a mencionar em seus escritos específicos que “feministas são formadas, não nascem feministas”. (Silva, 2020). Para de fator ter aceitação e identificação ao movimento perpassam por um processo de conscientização (diversos ensinamentos são adquiridos como sistema de dominação, patriarcado e outros). A bell hooks foi e ainda é, considerada uma aliada de grande importância contra as injustiças, sobretudo ligadas ao

patriarcado, ressalta em seus escritos a dominação e exploração sobre grupos mulheres, e fundamentalmente as mulheres pobres.

Gramsci (2013) chega a ser provocativo ao ressaltar que é impossível separar o Homo faber do Homo sapiens. O problema consiste em situar a função dos intelectuais na sociedade transmitindo a ideia de que toda prática, para ser realmente crítica, deve estar atrelada a uma determinada concepção de mundo. A concepção de intelectual defendida por essa perspectiva refere-se ao exercício de uma prática que toma a vida como alvo direto dos seus questionamentos. Enquanto o intelectual tradicional atua sempre segundo os critérios da abstração e da teleologia, pensando no futuro como possibilidade utópica, o intelectual orgânico exerce seu papel na organização da cultura com base na realidade e no contexto ao qual ele pertence (SOLER, 2017, p. 17).

A constituição de um corpus de intelectuais tem relação direta com a instrumentalização e a difusão dessa práxis (Gramsci, 2005). Agindo em campos estratégicos, os intelectuais tornam-se influentes a transformação, elaboração de conceitos e participativos na esfera da sociedade, essa autonomia interfere nas camadas sobretudo do capitalismo e vale ressaltar que a formação dos intelectuais somente é possível no atuante e mediação entre ambos, ou seja, eles e as massas.

II.II – O MOVIMENTO ORGANIZADO DAS MULHERES CAMPONESAS

A família (crianças, jovens, mães, idosos) é predominante no processo de participação na luta pela terra. É possível constatar tal diversidade nas várias atividades realizadas sobretudo, nas organizações, coletivos, coordenações, e setores surgido nas ocupações, acampamentos e conseqüentemente assentamentos de reforma agrária. Sendo de suma importância, pois é na diversidade que nos reafirmamos, onde possamos compreender a coesão da organização de luta. O isolamento dessas representações não é um princípio que o MST busca, e principalmente focar na mulher como protagonista de seu processo histórico “contribuir para criar condições objetivas de participação de igualdade da mulher na sociedade” (Morissawa, 2001 p.211), fazendo-se valer o envolvimento e participação de todos (as).

No período 1964, os conflitos perpassam e são evidenciados em diversas organizações ampliando bandeiras de lutas, esse período é restrito à liberdade dos partidários, se configura contínuas crises políticas, e, sobretudo, pela rejeição dos trabalhadores do campo de

organização e de direitos sociais (sendo estes, já algum tempo, conquistado pelos trabalhadores das áreas urbanas).

Diversas organizações passam a existir e com suas reivindicações obtêm direitos trabalhistas, e a reforma agrária passa ser bandeira cada vez mais forte no processo de luta. Mas foi em 1964 que essa efervescência dos movimentos sociais e política passa por duras perseguições, tortura de lideranças, desaparecimento de outros tantos, ou seja, conseqüentemente uma tentativa de silenciamento dessas forças.

Os episódios de prisão, tortura e assassinato que se seguiram ao 1º de abril de 1964 chegam a ser, às vezes, deliberadamente silenciados por suas testemunhas. O que se constrói é antes a memória das conquistas interrompidas. Como se, na saudade irrevogável da esperança vivida nos anos pré-64, se desvelasse a mais brutal das práticas de violência. (CARNERO E ANA, 2010 p.171)

Ressaltando que as lutas no campo diminuíram, elas percorrem por um processo de retrocesso (os que se encontravam unidos, bem articulados, agora passam por um processo de luta mais isolado, mais escondido das visões dos militares). Do ponto de vista organizativo, paralelamente, surge com respaldo da constituição, e centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), um sindicalismo rural (objetivando garantia de direitos conquistados, evitando despejos, e para os trabalhadores rurais, passa ser um instrumento importante no processo de luta).

O movimento feminista (entra no Brasil) na busca no que se refere ao direito das mulheres, (levando em consideração que a luta das mulheres não se fez a partir deste ano, já vieram carregados de conflitos, desde os tempos remotos, quando as mesmas resistiam através de lutas nas greves, fossem elas sindicais, direito ao voto, de forma geral, visto que suas lutas eram universais), é um instrumento de fortalecimento e sobretudo contribui nas lutas que já estavam ocorrendo com as mulheres, que estavam organizadas por Comitê Feminino (seja de associações, ligas e outros), utilizam destas estratégias (sendo importante para a mobilização das mulheres, isto ocorreu em todos os Estados) para acesso às atividades diversas e aos programas voltados para as mesmas. As mulheres, como protagonistas fundamentais no processo histórico do Brasil, carregam consigo lutas que vêm desde seu reconhecimento profissional (na classe trabalhadora),

No que antecede e posterior o surgimento da agricultura, as mulheres já desempenhavam atividades importantes no que diz respeito ao trabalho com a terra (funções desde na lida do trabalho da roça, plantio, colheita, arado), e no “cuidado” com seus filhos/família, ou no que diz respeito ao trabalho doméstico, ocorrendo assim sobrecarga

de trabalho, ou seja, existe uma divisão sexual do trabalho. “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente” (HIRATA e KERGOAT, 2007 p.599). A questão fundiária perpassa por transformações ao longo das décadas de 50 e 60, possibilitando um modelo de novos atores.

No que diz respeito à questão fundiária, de luta contra o “latifúndio atrasado” que marcou os anos 50/60, passou-se progressivamente à crítica ao agronegócio, à progressiva incorporação da dimensão ambiental, e da defesa de uma alimentação saudável, isenta de agroquímicos, dotando a questão agrária de novos significados. São novos enquadramentos que reorganizam os atores. (MEDEIROS, p.9, 2021)

No Brasil, o ano de 1980 é marcado pelo processo de redemocratização e de ascensão dos movimentos sociais, saindo-se de um processo da ditadura militar (período de repressão e perseguição de militantes). Naquela conjuntura o Movimento de Mulheres Camponesas, marca a luta por valorização das mesmas e pelo reconhecimento.

O movimento de mulheres camponesas traz reivindicações por direitos que sequer são respeitados na sociedade. BARSTED (*apud* LEWIN et al, 2005, p. 122), afirma que foi “a partir dos anos 70, [que] o movimento de mulheres no Brasil desenvolveu-se em duas frentes paralelas, como um novo elemento social na luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher e pelo fim da discriminação contra as mulheres”. Dessa forma, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) - sob a jurisdição da Justiça.

No Brasil (século XX), especificamente por volta da década 80, foram crescentes diversas ocorrências emergentes aos movimentos populares (ressalta-se dos grupos e organizações de mulheres). Nesta ocasião, surge o envolvimento da sociedade em vários segmentos (reuniões, encontros - estaduais e nacionais) distribuído nos Estados do Brasil. Nesse cenário expandiu diversos encontros, seminários, congressos representados diversos movimentos sociais, sobretudo, o MST.

Para além das disputas por representação dos que demandam terra, também estiveram em jogo nos últimos anos as possibilidades de investir nos assentamentos em termos de arranjos produtivos e de relações com outros segmentos sociais. Assim, se para o sindicalismo rural o acesso à terra se configurava como ponto de chegada, para o MST ele era definido como um ponto de partida para uma transformação mais ampla. Num primeiro momento, para esta organização, tratava-se de mostrar como os assentamentos podiam ser produtivos, de forma a afirmar publicamente o sucesso da reforma agrária. (MEDEIROS, 2021 p.10)

Bandeiras também de luta pautadas a gênero, direitos das mulheres, participação e garantiasobretudo, das mulheres na luta e buscando ações frente ao sistema excludente.

No contexto de 1985, muitas mulheres oriundas de diferentes segmentos da sociedade civil foram mobilizadas, porém, no momento inicial, predominantemente de extração social da classe média, ostentando perfil profissional elevado, estabelecendo uma pauta de reivindicações que influenciou positivamente a nova Constituição em gestação no que se referiu às questões de gênero. É no contexto da democratização do país que o movimento das mulheres rurais encorpa-se, exigindo sua admissão ampliada nos diretórios dos sindicatos rurais, além de se converterem em beneficiadas da Previdência Social.

Emerge também várias ocupações, como a ocupação da Fazenda Santa Idalina (Ivenhema, 1984), no Estado do Mato Grosso do Sul, conseqüentemente surgiu o Assentamento padroeira do Brasil, este localizado no Município de Nioaque. Nessas circunstâncias ocorrem jornadas de luta pela terra, no contexto de direitos dos trabalhadores. Ou seja, frente a isso, diversas ocupações foram emergindo pelas regiões, na década de 90. “A partir de 1990, o MST expandiu-se por todo o estado, fazendo ocupações em Anastácio, Sete Quedas, Jateí, bataiporã, Bonito Nioaque e Aquidauana, entre outros municípios em alguns casos mais de uma vez no mesmo latifúndio. (Morissawa, 1984, p. 181).

No contexto agrário, Carmem Diana Deere (2004) evidencia para a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no Rio Grande do Sul em 1989, que se expandiu para outras regiões do país, como o MMTR-Nordeste no sertão de Pernambuco e na Paraíba.

Imediatamente, esse fenômeno se expande através da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que, sobretudo reúne mulheres ligadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Comissão Pastoral da Terra (CPT) Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Atingidos por Barragem (MAB) e da Comissão (MEDEIROS, 2010). Neste sentido no ano de 2004, o MMTR a composição através de um debate interno utiliza a denominação de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que de acordo com Leonildes Medeiros (2010), o MMC vem promovendo manifestações públicas e reivindica do Estado à efetivação de direitos para as trabalhadoras rurais, fazendo uso por meio de mobilizações estaduais e nacional como as do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher; e o 12 de Agosto, morte de Margarida Alves (MMC, 2004).

O grupo de mulheres reúne mulheres do assentamento Palmeira. Ao ingressar no

curso de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) proporcionará a oportunidade de poder debruçar sobre temas importantes para os assentados rurais das áreas de reforma agrária, bem como para a militância política nos movimentos sociais, mais especificamente com o engajamento das mulheres dentro dos contextos sociais.

III- AS ESPECIFICIDADES DA LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS

Ocorreu a proposta da formação do Coletivo de Mulheres Regina Pinho (denominou-se Regina Pinho, homenagear a agricultora Regina dos Santos, em fevereiro de 2012, sendo mais uma mulher vítima de feminicídio) na região Norte Fuminense, região sobretudo, marcado por conflitos agrários. No ano de 2009, após a realização de um seminário sobre desigualdade de gênero realizado pela CPT. Na ocasião foi denominado anteriormente como um grupo de agricultoras do Assentamento. Sendo assim, percebeu-se, mediante as necessidades emergidas, que as mulheres poderiam se reinventar e criar estratégias para fortalecimento a experiência de produção e também produção, dessa forma surge este Coletivo de Mulheres, consolidou-se em 2011, com o objetivo de articular e fortalecer experiências produtivas e de comercialização de mulheres acampadas e assentadas da Reforma Agrária. Sendo assim, processo organizativo se originou por meio de experiências coletivas. Deste coletivo participavam 8 mulheres. Sendo assim, iniciou-se no ano 2009, a primeira articulação de um grupo de mulheres na localidade P.A Assentamento Zumbi dos Palmares. Na ocasião, acadêmica, meu trabalho de intervenção foi, sobretudo referente as alternativas para comercialização, que em conjunto com mais duas educandas (Valéria Barros que traz a proposta de intervenção com os fitoterápicos e Viviane Ramiro da Silva sobre formas organizativas das mulheres), ou seja, as três possuía um recorte a partir de uma temática própria, específica, pensamos numa estratégia metodológica em conjunto para o trabalho de intervenção com objetivo de fortalecer as ações deste grupo em termos organizativos, produtivos e de comercialização.

Minha experiência nesse coletivo se aprofundou a partir da inserção ao campo de pesquisa (na época, através do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEC), ou seja, já ouvia falar sobre o coletivo, mas de fato a aproximação foi oriundo do universo acadêmico. Nesse período, consegui realizar junto ao coletivo o mapeamento e levantamento de produções (in natura ou artesanal) a fim de evidenciar um real direcionamento dos mesmos. Com o intuito de sistematização de produção, também foi inserido uma caderneta (partindo a

partir de demanda das mesmas, pois de fato suas produções eram invisibilizadas, e sem mapeamento de destino) Houve na ocasião uma apresentação dessa caderneta, partindo da aceitação, ocorreu umacapacitação como utilizar tal ferramenta. Esta última, foi um grande aliado, pois pcorreu levantamento e mapeamento de produções, visibilidade produtivas e destinos tanto no consumo familiar e também voltados a comercialização. A caminhada junto ao Coletivo Regina Pinho, me proporcionou contribuir tanto dentro desse universo de mulheres empoderadas, a qual também ampliou visão de mundo como mulher, negra e assentada, tornando dessaforma, ser mais. Percebeu-se o qual é importante o fortalecimento de um grupo/coletivo atuantes dentro de assentamento de reforma agrária. A pesquisa desenvolveu-se e finalizou-se mas o mais importante nesse contexto foram os laços afetivos criados.

Através dessa experiência pude atualmente, residindo no assentamento Palmeira, perceberum grupo de mulheres (encontram-se atualmente desarticuladas) local, que buscou a algum tempo, o fortalecimento e visibilidade mediante suas ações.

Este grupo de mulheres (assim como elas se reconhece) é fruto do processo de luta pela terra do Estado do Mato Grosso do Sul, a exatamente no município de Nioaque. No período de acampamento que segundo Fernandes (2013) “considerado um espaço de mobilização que servirá precionar o governo a desapropriar terras” (processo pela qual as assentados (os) perpassam para conquistarem o acesso a terra da Reforma Agrária mediante ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se constroi e desenvolve a parceria, coletividade e sobretudo envolvimento e participação de todos (as) no contexto onde estão inseridos.

“Acampamento é um espaço de luta e resistência” (...). A formação do acampamento é fruto de trabalho de base, quando famílias organizadasem movimentos socioterritórios se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio” (...). campar é uma antiga forma de luta camponesa que, associada à ocupação, manifesta tanto resistência quanto persistência. (FERNANDES, 2013, p. 21)

A partir de demanda por formações/capacitações em prol de busca por conhecimentos, que visariam futuramente indepedência financeira, surgiu aproximadamente no ano de 2001 o grupo que contou-se na ocaião inicialmente mais ou menos com 30 mulheres, que ao longo do seu percursoforam se mantivendo em torno de 12 a 15 participantes com faixas etárias alternadas. Oxilava frequentemente a participação frente a estes espaços.

Basicamente as formações eram voltadas a capacitações com objetivo de aprendizado e consequentemente ferramenta de gerar renda e independência para essas mulheres. Como

nãodiferente, na ocasião oportuna surgia diálogos de empoderamento e direitos das mulheres, tanto de quem ofertava os cursos quanto das próprias participantes (estes importante no contexto onde se encontravam, pois o processo de luta pela terra se dar mediante a união de forças de homens, mulhere e suas diversidades), pois na luta, prevalece o companherismo, parceria, apoiadores em prol de causascoletivas.

Figura 13. Fotografia de algumas mulheres que fizeram parte do grupo.



Fotos do de mulheres que fizeram parte do grupo. (2022).

As entrevistas: Memórias, Narrativas e Resistências

Ao narrar uma história ou um fato, remete a memória, que se atrelam a multiplas sensações. Neste sentido Pollak (1992) ressalta que a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdada.

A medida que foram relatando suas memórias, algumas mulheres ao falar do passado, remeteram a um passado sofrido, com pouca fartura de alimentos, mais a lembrança do companherismo por parte de vizinhos, era contribuia com um que tinham no momento, motivavam acontinuarem resistindo ou seja era um ajudando o outro, expressaram que a união era muito forte.

Nesse sentido será evidenciado narrativas sobre essas mulheres participantes deste grupo. Figura 14. Fotografia da senhora Maria Iolanda.



Arcevo pessoal cedido pela filha Juciléia (autorizado pela entrevistada), (2022)

Podemos destacar como dona Maria Iolanda, 59 anos, aposentada e dona do lar. (uma mulher que perdeu seu então esposo a pouco tempo, a pesquisadora a todo o momento, evitou tocar onome do falecido, tentando dessa forma evitar que pudesse ocorre uma borbulha de sentimentos (saudades, tristeza pela perda e outros|), mas percebeu-se que em determinada situação foi impossivel não falar do então esposo, pois ao narrar uma história, a entrevistada, remete primeiro a família. Diante de uma situação pergunta referente ao movimento social, a entrevistadora percebe um desvio de olhar, e um segurar de lágrimas. Houve uma pausa perante a entrevistadora, aguardou pacientemente a narrativa da dona Iolanda, onde a mesma pontua que até um certo período participava de atividades referente ao movimento social (MST) e que seu então falecido também era atuante, vivia a participar de tudo que fosse atividade e que já foi presidente da associação local do assentamento, era mujito ativo, gostava de participar. De imediato, pontua que já participou das atividades do MST, e que hoje, não participa mais, não consigo mais acompanhar, já estou com uma certa idade, sou aposentada, que cuidar do lote, dos filhos, daqui de casa. Além disso, muitas das pessoas que moravam por aqui pelo assentamento, já não estão mais, como por exemplo algumas mulheres. Gosto do lote, prefiro aqui do que a cidade, apesar de já ter morado em outros lugares na cidade, é no assentamento que eu prefiro morar, foi onde conquistamos um pedaço de chão, foi suado, mas não desistimos. No lote você pode criar galinha, plantar, ficar sossegada, na cidade é tudo cercado por muros, insegurança.

Segundo na época que participava do grupo, “antigamente era bom, reunir o grupo e a gente fazia encontros para aprender algo, eu gostava”.

Figura 15. Fotografia da senhora Valdirene.



Dona Valdirene, acervo pessoal da entrevistadora (2022)

Dona Valdirene (foi visitada em casa pela pesquisadora para ser entrevistada e responder ao questionário), 54 anos, assentada da reforma agrária desde 1997, atualmente aposentada. Participou do processo de acampamento. Antigamente nada era fácil, quem tinha um carrinho, uma moto, já tinha muito. Gosto daqui do assentamento, já fui merendeira da Escola Municipal (dentro do assentamento), já fiz muitos cursos e participei do grupo de mulheres. As mulheres gostavam de estar junto, aprendia, eu aprendi a fazer derivados do leite, um curso que teve pra nós, foi bom! Narra que “grupo tem força pra reivindicar algo ou alguma coisa, e eu aprendi muitas coisas”.

Figura 16. Fotografia da senhora Ione



Dona Ione, acervo pessoal, da entrevistadora (2022)

Em outro momento da pesquisa, encontramos dona Ione (foi visitada em casa pela

pesquisadora para ser entrevistada e responder ao questionário), 73 anos, assentada da reforma agrária desde 1997. Dona Ione, que menciona ter participado de algumas atividades referente ao movimento social (MST). Eu viajava, ia pra tudo que era lugar, já fui até em Brasília, até cheguei ver o Lula, sou da época da primeira eleição dele como presidente, vi ele de perto, tirei foto (em dados momentos ouve uma breve pausa, pois a entrevistada buscou dentro de sua casa, alguns albuns de fotografias, para mostrar a então pesquisadora). Eram diversas fotografias, desde a época em que participava de atividade junto ao MST, até fotografia de familiares e companheiros de acampamento e assentamento, foi muitas narrativas voltadas a memória, lembranças e saudades sobre determinados momentos específicos. “A elaboração desse tipo de memória implica um trabalho muito árduo, que toma tempo, e que consiste na valorização e hierarquização das datas, das personagens e dos acontecimentos”. Atualmente aposentada, dona do lar dona Ione, ressalta vários momentos da entrevista que participou do processo de acampamento, enfrentou polícia nas desapropriações (segundo ela foram muitas), fala com orgulho das lutas e conquistas, de como por ser mulher, teve que enfrentar muito homem que considerava que ela não podia fazer serviços (construir um barraco de lona, por exemplo), foi difícil minha luta, mais consegui resistir. Outra coisa que dona Ione pontua, são os jovens que viu crescer e que muitos não fazem parte do assentamento (foram em busca de algo), poucos ainda continuam no assentamento. Finaliza relatando que os jovens são o futuro desse país e que nós mulheres temos sempre que está unida, nesse momento menciona a então amiga Laudicéria (conhecida como Lau), que é presente em sua vida desde quando se conheceram, demonstra um enorme admiração e respeito pela pessoa que é, sempre participa juntas de tudo, desde atividade do MST, até cursos voltado para nós ou não, “ eu sempre quero lutar em defesa da mulher”.

Figura 17. Fotografia da senhora Laudicéria



Dona Laudicéria, acervo pessoal da entrevistadora (2022)

Dona Laudicéria (visita realizada juntamente com a dona Ione (em sua casa) na ocasião, achou melhor dessa forma, devido uma melhor facilidade em ser ajudada pela dona Ione a narrar fatos, por possuir segundo Laudicéria relatou dificuldades em lembrar datas, sendo assim a pesquisadora a entrevistou e respondeu ao questionário), 54 anos, assentada da reforma agrária desde 1997, atualmente aposentada e dona do lar. Participou do processo de acampamento, juntamente com dona Ione, ambas consideram grande amigas, onde eu estava participando, a Ione estava junto. Somos da luta a muito tempo, e vimos este assentamento crescer, fruto de enfrentamento e reivindicações. “estava no movimento, estava na luta”.

Figura 18. Fotografia da senhora Audinéia



Dona Aldinéia. Acervo pessoal, da entrevistadora 2022.

Dona Audinéia (foi visitada em seu local de trabalho - pedido pela mesma, visto que em seu local era considerado mais tranquilo para ser entrevistada e responder ao questionário), 38 assentada da reforma agrária desde 1997, atualmente servidora pública (zeladoria) da Escola Municipal Dr. José Garcia Netto. Mães, desde cedo, teve que aprender a lidar como ser dona de casa. Criou seus filhos no então assentamento, hoje sou vó, relata que gosta de morar por aqui, é um lugar tranquilo, já conheço quase todo mundo. Gostaria que voltasse a ser aquele grupo de antigamente, onde as pessoas se reunia para fazer algo, era bom, eu mesmo aprendi a fazer algumas coisas, como por exemplo derivados do leite, tenho saudades, as mulheres gostavam de estarem juntas, era uma converseiro, vinha gente de fora para capacitar a gente, “grupo poderia voltar, gosto de aprender coisas novas”.

Figura 28. Fotografia da senhora Sueli



Fonte: arquivo pessoal (2021).

Dona Sueli Gonçalves (foi visitada em casa pela pesquisadora para ser entrevistada e responder ao questionário), 56 anos, sempre gostei do campo, é um lugar tranquilo, as pessoas são respeitadas, posso ter criações (porco, galinha, outros), plantar algo para comer. Já pensei em ir embora aqui, sou divorciada, sou sozinha no lote, meus filhos são da cidade (vem me visitar de vez em quando, mais não é a mesma coisa de mostrar por aqui, entendo eles, cada um tem sua vida), se eu formexer em uma cerca, preciso de alguém pra me ajudar, então me sinto sozinha. Me formei como professora pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo (atualmente 2022) na Faind/UFGD, mais meu objetivo é só ser substituidora para um (a) professor (a) da Escola Garcia Netto, não quero ser contratada, pois o que eu quero mesmo é ser aposentada, estou lutando por isso, e vou conseguir!. Contribuía atuando com ministração de palestra (nas oficinas com crochê e doces) buscava parceria/apoadores para fortalecimento e empoderamento das mulheres, pois acreditava que “existia muitas mulheres no assentamento e que poderiam pra além de trabalharem em suas residências, unificar um grupo para compartilhar suas experiências e participarem de diversas formações, que ajudariam a sim mesma fururamente”.

Figura 19. Fotografia da senhora Maria Aparecida



Fonte: arquivo pessoal (2022). Maria Aparecida.

Dona Maria Aparecida Barbosa (foi visitada em casa pela pesquisadora para ser entrevistada e responder ao questionário), 58 anos, também assentada desde a fase de acampamento (1997) participou de vários despejos na ocasião. Atuava no grupo de mulheres também ministrando palestra (crochê/fuxico), e participações ativa, e tentou por algumas vezes a unificação das mulheres do assentamento, mais não se efetivou de fato. Relata nesse sentido, acreditava que “nós mulheres temos que se organizar para está juntas, pois esses espaços são para além de nos fortalecer também nos formar”.

Embora Dona Maria Aparecida residisse desde a fase de acampamento no então assentamento na atualidade, destacou, que com ex marido daquela época, eram pessoas sem “lugar fixo”, ou seja, quase não passavam muito tempo residindo em um lugar, pois seu ex marido gostava de sempre estar em lugares diferentes, e sendo assim, a mesma não o deixava ir sozinho. Juntava tudo que tinham e levavam consigo (o que conseguiam carrega, os demais, como, por exemplo, um móvel ou outro, tinham que vender). Considera que era uma vida difícil, mas em dados momentos, dona Maria faz pousas, pois existem a lembrança de amizades que conquistou ao longo desses lugares, que senti feliz de a terem feito. Minha vida era lavar, pra fora, pra conseguir dinheiro pra pôr comida na boca de meu filhos (estes sendo 4) e ter o que vesti, calçar. A memória individual perpassa pela memória coletiva, [...] “a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. A pesquisadora por sua vez, observa e aguarda o melhor momento para proceguir com a entrevista, pois entende que [...] a memória individual e a

memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais. Hoje eu sou feliz, sou aposentada, não preciso ter que trabalhar pra fora, mora eu e meu esposo no lote, e sempre que podem, os filhos vem a visitar (todos estão casados, tenho netas), somente um mora perto de mim, que é o Alex. Tenho até um filho, o Marciano, que já tem um pedaço de terra, mora no que é seu e de sua esposa. O Valdeir (apelido familiar valdo), e Valdemir (apelido familiar Mi) mora na cidade. Passamos uma vida sofrida quando acampados, hoje eu e o estão(esposo atual), passamos por muitas provocações, pra hoje ser da igreja (tenho um esposo que aceitou Jesus (somos evangélicos).

Em fase de Assentamento, o grupo continuou ativo e participante até um certo período (pôr depois), após alguns anos, o grupo começou-se a dispersar, considerado ao grupo ruim esse momento, pois além de um grupo engajado em causas de capacitações/formações, também era considerado um lugar que existia laços afetivos. Atualmente o grupo encontrasse disperso e fragilizado, pois a quantidade de mulheres diminuíram e estão desmotivadas devido a não atuação.

Todo o processo de produção da imagem, de sua apropriação, preservação e utilização, de sua observação e interpretação é permeado por elementos ideológicos da concepção de realidade e da visão de mundo de cada um dos sujeitos envolvidos. A imagem é sempre parte do pensamento, da linguagem, da cultura e da história vivenciada e expressa por cada um deles, salva nos vestígios de algum tempo e lugar. CIAVATTA, p.33-45, 2012)

As fotografias: em busca do passado para o presente

Nessa pesquisa, se fez presente as imagens, este recurso foi super importante para precebere analisar a trajetória da luta das mulheres no contexto onde estão inseridas (seja em ocupações de terra, reuniões, mobilizações, etc), a reconhecer as mulheres pesquisadas, e sobretudo comparações entre o passado e o presente, sendo um forte aliado a lembranças e memórias, e dessa forma reconstruindo trajetórias e vida .

A pesquisadora, em alguns momentos, se deparou com a falta de imagem sobre o então grupo específico, ou seja, dificultando dessa forma utilização deste recurso como eixo central a pesquisa. Sendo assim, um dos primeiros desafios encontrado foi o do não registro fotográfico, ao decorrer da pesquisa, deu-se início a uma minosiosa tentativa de resgate e o processo de separação de arquivos para este trabalho.

Em sua maioria, as entrevistadas, não tinham, a sua disposição equipamentos

fotográficos ou mesmo condições financeiras para adquiri-los, contudo não foi possível localizar imagens desse primeiro grupo de mulheres (dentro das limitações temporais). Como alternativa, a pesquisadora, realizou ao final de algumas entrevistas, registros fotográficos (com a devida autorização do uso de imagem e outras fontes) utilizando a câmera do celular (uso pessoal da entrevistadora), ou seja produção de fotos e contribuição de fotos (tempo passado) de uma das entrevistadas (neste caso dona Ione) que contribuiu significativamente a esta pesquisa, como forma de evidenciar um recorte específico, da então mulheres .

IV– O PAPEL/PROTAGONISMO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO PALMEIRA

O trabalho de campo foi desenvolvido no P.A Palmeira no ano de 2022, com o grupo de mulheres assentadas da reforma agrária que se organizaram e que se construíram quanto grupo a fim de capacitações/formações fornecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e consolidações no ano de 2012 ao 2015 aproximadamente.

O grupo em questão participava de variados cursos de capacitação, alguns deles tais como: derivados de leite (queijos/requeijão), crochês, remédios caseiros, manejo de horta, psicultura, panificadora, conservas, vagonite (bordados), produtos de limpeza (sabão de álcool, desinfetante), manejo e cuidados sanitários de bovinos, cooperativismo/associações. Conseqüentemente produziam artesanatos (como por exemplo, utilização de material de fibra de coqueiro e palha de milho) além das produções que as mesmas desenvolviam, usufruindo sobretudo de habilidade tais como fuxico, crochês, que existia entre algumas delas. Vale ressaltar que este é um trabalho que muitas das vezes não é reconhecido, nem pela mulher, e tão pouco nos espaços onde residem, pois, sobretudo se evidencia inconscientemente a desvalorização de sua mão de obra.

Iniciou-se um levantamento e mapeamento das mulheres que fizeram parte deste grupo, em profundidade com mais ou menos 7 mulheres assentadas.

Todas se denominaram serem do gênero feminino, possuindo faixa etária alternada entre 38 a 73 anos aproximadamente. As entrevistas abertas foram realizadas em suas respectivas residências, em datas e horários pré estabelecidos. Constatou-se que das 7 mulheres entrevistadas, 6 são ou já esteve vinculadas direta (atuaram em coordenação regional, presidente de associações, participação em reunião), ou não ao MST, isto mais ou menos no

ano 2012, e que atualmente não encontra-se ligadas a nenhum movimento social, como pontuado pelas integrantes. Destas, 3 vinculadas a grupo religioso, estes foram fundamentais para o percurso pessoal visto que a compreensão de grupo foram se construindo estando inseridas diretamente nos mesmo. Quanto as perguntas referentes ao pertencimento (pai, mãe, ti@s, av@s) em movimentos sociais, políticos e religiosos, 3 responderam sim ao movimento social, 1 ao religioso e 3 responderam que não, a nenhum.

Perguntado sobre vivência, como descreveriam um grupo, foi consenso de todas que um grupo é resultado de conjunto variando de 5, 10 ou mais pessoas, um busca de um objetivo de algo e para todos (as), além de obter melhorias, benefícios, aprendizados, ser um coletivo.

“Grupo se reúne muita gente, duas pessoas não é grupo” (relatos de Dona Maria Aparecida Barbosa). Sobre fazer parte e motivação de entrar no grupo? Foi por indicação? Foi relatado sobretudo por todas que fizeram parte de um grupo de mulheres, e que atualmente não existe mais, e que o acesso ao grupo foi por motivo de capacitação/formação, aprendizagem de algo, adquirir experiência, pois “a situação em que se encontrava, motivou a buscar melhorias” (relatos Maria Iolanda), todas receberam convites por outra mulher, para participação.

Ao perguntar o que sentiram quando começaram a participar e que sentimento vem a cabeça ao lembrar do grupo, sentimento de partilha, vontade e motivação de aprender, gostavam de estarem entre amigas, saudades de se reunir, um pouco de medo do novo, ou seja, do diferente, “Nãotinha estudo, fui aprendendo com a experiência da formadora e das outras, sinto saudades!” (relatos de Maria Iolanda),

O que caracteriza o grupo e o que levou as participar? O primeiro “União de de pessoas” (Sueli Gonçalves e Audinéia Gregório), “companheirismo” (Ione Kailer e Laudicéria Marques), “muitas pessoas e várias opiniões” (Valdirene Gonçalves), “tentar ser sustentabilidade, sem dependência de algo” (Maria Iolanda). Quanto a segunda pergunta foi consenso a busca por aprendizado e busca de direitos para a mulher, “gostar de se reunir, era muito bom!” (relatos de MariaAparecida Barbosa).

Perguntado sobre o que era falado no grupo e se o assunto abordado fazia sentido no grupo:Primeira pergunta foi consenso o foco era o aprendizado, mais que em dados momentos a então professora (formadora da época) abordava assuntos como direitos e reivindicação das mulher e prosas também se faziam frequentes, mais não interferiram no foco, aprendizado/qualificações. Segunda, todas responderam “sim!”.

Quanto a medição por notas a discussão e para o coletivo a nota variou de 7 a 10 para ambas as perguntas. Sem justificativa. A quantidade de vezes que se reunirão não foram dadas respostas exatas, mais estimativas 15 dias a 1 mês, demandaria da disponibilidade dos cursos ofertados pelo SENAR. Sobre quantidade de mulheres e participação da juventude, as 7 entrevistas alegaram que eram a primeira mais participação mulheres, mais ou menos umas iniciou-se com 30, depois foram ficando exatos umas 14. A juventude não era presente, uma vez ou outra havia visita de um a dois jovens, não passava desse quantitativo.

Participavam de algum movimento social/quais benefícios trouxeram ao grupo: das 7 1 não participava, sem envolvimento em atividade vinculadas ao MST, outras 6 responderam que participavam na época do grupo do MST (reuniões, atividade/encontros em outras regiões e Estados) “Eu e a Ione já fomos em Brasília, no Ato contra a fome para a Reforma Agrária/encontro do Dia do Trabalho” (relatos de Laudicéria/Ione), sobre os benefícios ao grupo, diz respeito as experiências vivenciadas nos setores/atividades do MST, que contribuíram para lidar com organização e respeitar opinião das pessoas no grupo.

Desafios evidenciados: As integrantes do grupo expuseram as desafios que fizeram com que houvesse o desativamento do grupo, sobretudo no que diz respeito a individualidade, no pós assentamento as mulheres passaram a se distanciar de atividades, quando acampadas exerciam mais união, eram todas por todas, outro fator pós assentamento, foi unanimidade entre elas relataram que muitas das mulheres desistiram de continuarem participando do grupo devido a impossibilidade de muitas vezes percorrerem alguns quilômetros a pé (naquela circunstância poucas detinham de um transporte), outros fator que pesou muito, diz respeito a desânimo e desmotivação, pois devido a produzir e não terem retorno financeiro, ou seja uma renda, tinham investimento de e fornecimento de materiais para produções por parte do (SENAR), mais quando se ausentavam do grupo, para produção própria (pondo em prática o que aprendiam no grupo) não tinha um retorno, pois surgia dificuldade de compra dos materiais, e o distancimento da cidade desmotivava a venda, além de que produzia e vendia para alguns assentados locais, estes últimos muitas das vezes não pagava a compra, fazendo dessa forma cair no esquecimento. Este sendo considerado o principal fator que interferiu no desativamento do grupo. Participação em cooperativa/associação: Atualmente 3 estão associadas a associação local, mais não participa, consideram que se mantiveram na associação pois poderá trazer benefícios futuros e 4 não estão em associação, devido a opção. Perguntado sobre vivências e percepções referente ao grupo foi respondido pelas as 7 mulheres, que o grupo era animado, convivência era boa e criaram laços afetivos, todas tinha

vontade em aprender, eram motivadas, percebiam que eram valorizadas e existia repeito nas opiniões Participar de algum grupo pode influenciar na vida pessoal: sim, unanimidade de todas as 7 mulheres. Aprende a lidar com opinião dos outros. “Foi muito útil, pude conhecer meus direitos” (relatos de Dona Maria Iolanda).

Sobre as vivências no grupo, o que era mais fácil e mais difícil/E sobre os conhecimentos trabalhados dentro do grupo foram colocados em prática? Quando mencionado as facilidades: desenvolver as atividades quando estavam em grupo, pois existia a divisão de tarefas, cada uma fazia algo, existia uma boa convivência. A localização onde o curso era realizado era boa pra todas, a professora (formadora) tinha paciência e respeito. “O curso de fuxico eu achei mais difícil em aprender, quando tinha tempo fazia em casa, mas muitas das vezes não conseguia por conta dos serviços da casa” (Dona Aldinéia). “Onde nos reunia (grupo/se encontravam no Centro comunitário do Assentamento), pra mim era longe, as vezes eu caminhava, quando alguém (filhos, marido) não podia me deixar lá” (Dona Maria Aparecida Barbosa). As 7 mulheres responderam que ainda continuam produzindo (dos ensinamentos do curso) algo para o consumo próprio como queijos, requeijão, bolos, tortas, doces (especificamente o leite em pasta), crochês e Vagonite (bordados), conservas, produtos de limpeza (sabão de álcool em barra e líquido/desinfetante), esses aprendizados foram úteis, pois não necessita comprar na cidade, pois produzem em casa.

Nessa pesquisa, outro desafio que se fez ausente e marcante, diz respeito a ferramenta da fotografia, ou seja o ato do registro fotográfico, que embora esteja muito presente na atualidade, em nosso cotidiano, ainda era um uma ferramenta pouco utilizado a pessoas que dispunha de poder aquisitivo para adquiri-las. Nesse sentido percebe-se um apagamento desse recorte, de um grupo de mulheres fortemente atuante no assentamento, mas que ao buscar e analisar suas trajetória da luta das mulheres no contexto onde estão inseridas, a pesquisadora, se deparou com a falta de imagem sobre o então grupo específico para reconhecer as mulheres pesquisadas, e sobretudo comparações entre o passado e o presente. Em suas narrativas, as entrevistadas em sua maioria, apontaram essa problemática, de dispor de equipamentos fotográficos ou mesmo condições financeiras para adquiri-los, não permitindo contudo localização das imagens desse primeiro grupo de mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo histórico do Brasil é fundamental visibilizar as mulheres como protagonistas no processo de luta, pois elas buscaram e construíram seu desenvolvimento profissional enquanto classe trabalhadora. Lutam para que seus direitos como trabalhadoras fossem respeitados, valorizados, reconhecidos e valorizados dentro de uma igualdade de gênero. “Em meados de 1945 as mulheres já estavam integrando os Comitês Democráticos e formando também os Comitês Femininos, grupos e organizações” (MONTENEGRO, 1981, p.65)

Muitas mulheres intelectuais contribuíram para um trabalho incansável nos grupos, organizações, partidos, sindicatos e movimentos, sobretudo o movimento feminista em prol dos direitos das mulheres. Nesta conjuntura, o movimento feminista (entra no Brasil) com força total no que se refere ao direito da mulher, levando em consideração que a luta das mulheres já estava enraizada em outros segmentos, mas com bandeiras comuns a todas e todos. Naquela época, as mulheres já vinham se inserindo no contexto político dos partidos, sendo importante ressaltar que o movimento feminino intensificou-se e ampliou-se em 1975, atrelado ao ano Internacional da Mulher. As organizações dessa época foram formadas para as massas, e principalmente voltadas para as massas femininas. Dentre essas conquistas destacamos o direito ao voto, a educação, ao auxílio maternidade, a aposentadoria e muitos outros que nos foram negados no decorrer da trajetória (uma época em que éramos estereotipadas com sendo incapazes de agir de maneira independente, tendo como “tutela” a figura masculina ou chefe de família, seja o pai, o irmão e até mesmo o marido). Atualmente se faz cada vez mais necessário a reivindicação, como por exemplo, assédio e violência doméstica (no Brasil o índice de violência em suas diversas formas ainda é considerado alto, ou seja o número de assassinatos cresceram direcionadas às mulheres). No Brasil a luta dessas mulheres vem cada vez mais ganhando visibilidade, se fazendo presente tanto nos espaços de formação, quanto em nossa sociedade.

Na sociedade ainda é perceptível que papéis de gênero ainda seja especificados como por exemplo, o serviço doméstico à figura da feminina. Estas por sua vez, são vítimas de exploração dupla na sociedade de classes. A divisão do trabalho pautado no gênero de fato não apenas nas atividades fora de casa, mas dentro dos lares. Dentro dos lares essa concepção é ainda mais reforçada, pois a mulher fica submetida aos afazeres domésticos, aos cuidados dos filhos e do marido. Paralelo a isso, o MST busca em suas bases representativas, evidenciar setores que tenta dialogar com a sociedade e dentro de seus setores com os acampamentos e assentamentos

sobre questões referente a gênero. Nesse sentido partindo da necessidade e demanda criou-se o setor de gênero que é um espaço de fortalecimento, reflexão e formação política.

Partindo do pressuposto que as mulheres são protagonistas de sua trajetória, buscou-se evidenciar às mulheres nesse processo. Assim, essa pesquisa foi desenvolvida como uma pesquisa-participante. Buscamos na observação-participante e na história oral evidenciar as histórias de vida atreladas entre a memória e a identidade social. E esses registros foram referentes às percepções das mulheres sobre diferentes contextos sobre a família, a relação de afetividade, capacitações, produções diversificadas, além de empoderamento feminino.

Nesses diálogos a memória individual e também a memória coletiva se fizeram muito presentes em diversos momentos. Percebemos que o ato de relatar suas histórias, decorrentes das lembranças marcadas, dos momentos prazerosos revividos com alegrias, com rebeldia pelo direito ao acesso a tão sonhada terra, é deixar viva um caminho percorrido através da união entre as mulheres. Voltar ao passado foi reviver e se orgulhar das conquistas alcançadas enquanto mulheres organizadas na luta e na resistência.

O diálogo foi fundamental a este processo de pesquisa, pois o que seria desta pesquisa seria a escuta das trocas de experiências, dos saberes entrelaçados na construção do coletivo de mulheres? O processo de observação me auxiliou a perceber as características de organização e as relações de interações e afetividade, respeito e empatia, existentes entre as mulheres construídas durante seus encontros. Poucos reconhecem ou já ouviram algo sobre o grupo em questão dentro do assentamento mediada pelas relações de gênero.

Segundo Pollak (1992) o conceito sobre memória e a sua relação com a identidade pode ser pessoal ou coletiva. Pois guardamos em nossa memória, aspectos singulares que emergiram do coletivo ou se interrelacionaram para construção da memória. Ressalto que se é possível o confronto da memória individual e a memória dos (as) outros (as), evidencia que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e conseqüentemente intergrupais.

Assim pode-se dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, seja portanto individual como coletiva. Na medida em que a memória também é um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si). A elaboração (dessa memória) é desafiador, e é um trabalho que toma tempo, tenta evidenciar datas, lugares, pessoas, personagens e sobretudo acontecimentos importante a pesquisa em questão.

Portanto foram observadas que as atividades realizadas no grupo contribuíram com o fortalecimento da identidade das participantes do Grupo de Mulheres e fortalecimento dos

vínculos afetivos. No processo de luta pela terra, essas mulheres fizeram papel fundamental tanto no que diz respeito a contribuições em setores (coordenadoras regionais, lideranças) do MST, quanto no sentido de processo histórico de luta, ao acesso à terra, além do serem protagonistas e percussoras de suas ações.

A pesquisa foi desenvolvida com o grupo de mulheres do Assentamento Palmeira, totalizando 7 participantes (composto por 30 integrantes, essas foram mapeadas pois foram as que resistiram e tentaram, de certa forma, reerguer o então grupo, ressaltando que algumas demais também residiam fora do assentamento) todas com histórico no contexto da luta pela terra. Nesse contexto, a metodologia abordada foi partindo do pressuposto de utilização de três técnicas de coleta: questões objetivas (a cerca do universo pesquisado) e abertas (um questionário contendo umas 10 perguntas específicas). No final desse diálogo, foi realizado um registro fotográfico das entrevistadas, além de conversas informais.

O grupo de mulheres foi construído aproximadamente no ano 2015 com o objetivo de capacitações/formações em busca de aprendizagem e aperfeiçoamento. Suas produções eram diversificadas e para consumo próprio, a matéria-prima muitas vezes eram fornecidas de suas próprias residências como, por exemplo, a fibra do coco. Outros materiais eram fornecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entidade que prestava serviços de capacitações, com objetivo de fornecer formação profissional rural e a promoção social em âmbito Nacional a jovens e adultos do meio rural.

Sobre as fragilidades evidenciadas a pesquisa apresentou o desativamento do grupo. Esse fato ocorreu porque algumas integrantes se desmotivaram e se afastaram (estas consideradas por elas, em seus relatos lembranças tristes, a desunião por parte de algumas também foi explanado). As desistências também foram motivadas pela impossibilidade de muitas vezes percorrerem alguns KM a pé (naquela circunstância poucas detinham de um meio de transporte). Mas o mais marcante foi perceber que todas as entrevistadas verificam que esta experiência em grupos permitiu reviver trajetórias, valorizações de identidade e fortalecimento da luta e empoderamento feminino.

Ainda com relação a desativação do grupo, outro fator de desânimo e desmotivação foi a falta de retorno financeiro do que elas estavam produzindo. O SENAR oferecia os materiais para os trabalhos, mas quando se ausentavam do grupo para produção própria (pondo em prática o que aprendiam no grupo) não tinham retorno, pois surgiam dificuldades de compra dos materiais. E havia uma distância entre o assentamento e a cidade para a comercialização dos produtos. Mesmo que conseguissem comercializar entre vizinhos assentados locais, ainda assim

era muito difícil obter uma renda, pois a vida era difícil para todas e todos. Isso comprometia muitas vezes o pagamento dos produtos produzidos pelas mulheres.

De acordo com as mulheres entrevistadas, o grupo se tornavam mais confiante e conseguia organizar-se melhor quando a professora formadora estava presente. Essa profissional vinha da cidade de Nioaque. Mas entre as mesmas, quando necessário, nomeavam alguém para ensinarem algo que já tinham aprendido em outro momento, tornando também um espaço de formação. Foi notável que ter envolvimento com movimento social, fez com que se entendesse melhor a organização e o processo onde estavam inseridas. A militância foi fundamental, pois experiência adquirida oportunizaram relações mais sadias, respeitadas e empáticas. A pesquisa e a observação participante e os relatos da história oral me possibilitou melhor compreensão dessas questões tão necessárias.

“Minha presença no mundo, com o mundo e com os outros implica o meu conhecimento inteiro de mim mesmo. E quanto melhor me conheça nesta inteireza tanto mais possibilidade terei de, fazendo História e por ela sendo feito, como ser no mundo e como mundo, a leitura de meu corpo como a de qualquer outro humano implica a leitura do espaço” (FREIRE, 1997, p.48).

Houve também trocas e práticas populares, visto que existia uma diversidade de mulheres e que cada uma tinha saberes diferenciados. Elas passaram a atuar com objetivo de resgatar esses saberes para que não caísse no esquecimento. Importante ressaltar que estiveram também envolvidas neste projeto algumas organizações parceiras, possibilitando formar na construção experiências do cotidiano das mulheres na conjuntura da luta pela terra nessa região, a fim de viabilizar e fortalecer ações engajadoras.

Um dos desafios dessa pesquisa foi encontrar registros fotográficos. A ausência de imagem sobre esse grupo de mulheres acabou comprometendo o registro histórico dessa experiência. Caminhando para o fim desta pesquisa, destacamos algumas problemáticas e desafios evidenciados: 1- A falta de conhecimento deste grupo perante a comunidade, que talvez tenha ocorrido devido a exclusão por participação de mulheres em espaços públicos; 2- A inferiorização das mulheres como intelectuais ou por identificar que em um tempo passado tais grupos específicos não eram reconhecidos pela comunidade.

Esse grupo se fez importante porque as mulheres puderam se movimentar, pois “quem não se movimenta, não sente as correntes que os prendem”. E essa busca por movimentação das mulheres começaram a transformar a partir de uma compreensão e inserção sobre a categoria de gênero. E isso fez com que não somente os homens, mas a sociedade se movimentassem construindo direitos igualitários, desconstruindo essa lógica socialmente depositada.

A sociedade patriarcal e capitalista é um enorme desafio, é necessário debruçar sobre a esfera do feminismo, reconhecendo que não é somente destinado a nós mulheres, mas que a luta

do feminismo também inclui processo de humanização dos homens. Muitas mulheres cumpriram essa missão, reivindicando e manifestando em prol de objetivos comuns, e que futuramente novas gerações desfrutassem dessas conquistas ou igualitários, visibilidade e conseqüentemente o empoderamento, onde todas e todos estivessem cientes dessas noções e práticas. “As práticas feministas promovem um bem estar emocional para homens e mulheres” (SILVA, 2020) partindo do pressuposto que as relações deveriam ser mantidas sem dominação e exclusão.

No desvelar da pesquisa percebemos que o passado para algumas dessas mulheres foi um importante aliado, pois os desafios encontrados tornaram mulheres fortalecidas e orgulhosas de seu processo histórico, com identidades próprias e sonhos realizados pela conquista da terra.

Esse coletivo de mulheres se agruparam e buscaram incessantemente serem protagonistas de suas histórias, de lutas por reconhecimento e valorização em qualquer espaço ocupado por direito. E também, o enfrentamento diário por uma política de reforma agrária que se efetive na prática, saindo dos escritos. Apesar do assentamento ser um lugar sobretudo marcado pelo gênero masculino, é nesse mesmo lugar que devemos romper com essa lógica padronizadora de sociedade que impõe conceitos de gênero específicos. O reconstruir de sociedade se faz necessário e urgente.

Portanto, vale destacar que ao refletir sobre as mulheres assentadas, ouvir suas narrativas e sentir parte dessa trajetória é se conhecer nesse contexto como mulher. Admitir que a construção da identidade dessas mesmas mulheres envolvam elementos atrelados às tradições históricas e culturais que permeiam suas vidas, memórias revividas de luta, resistências, experiências que viveram em grupo e cumpriram um papel importante na chegada do assentamento, reconstruindo um novo lugar.

Pretendeu-se com essa pesquisa contribuir como forma de registro documental de um grupo específico, tanto para a comunidade, quanto para a academia. Que esta pesquisa seja um material a ser explorado por outras pesquisadoras e pesquisadores. Dessa forma, também visou dialogar sobre o processo histórico de dominação em que perpassam as mulheres, a luta pela transformação social e a desigualdade de gênero.

Compreende-se que essa luta é todas, todos e todes nós, unificar, denunciar toda e qualquer forma de opressão, de injustiça é fundamental para que possamos incorporar novas pautas as discussões no feminismo. Essa pesquisa não resolveu tudo e não termina aqui. Ela abre portas e possibilidades para que temas abordados nessa investigação sejam aprofundados em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. *In: Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. cap. 1, p. 19-55. ISBN 9788561022495.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; AMARO JUNIOR, Jurandir ; DA SILVA, Ucas Gentil D. Luta por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *GEOgraphia*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 24, ed. 52, p. 1-21, 2021. DOI 10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a48866. Disponível em: [48866-Texto do Artigo-184484-1-10-20220204.pdf](https://www.grege.org.br/revista/48866-Texto-do-Artigo-184484-1-10-20220204.pdf) . Acesso em: 15 jun. 2023.

ALVES, Sandra Maria Campos; OLIVEIRA, Gisélia Batista de. As Contribuições de Paulo Freire para o empoderamento feminino no campo. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 9, ed. 6, p. 1-13, 13 jul. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340714843_As_Contribuicoes_de_Paulo_Freire_para_o_empoderamento_feminino_no_campo. Acesso em: 13 jun. 2023.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 304 p. ISBN 85-225-0200-5.

BASSINELLO, Patrícia Zaczuk; SILVA, Denise (org.). **Saberes e Sabores do Pantanal Sul: teia de escuta das comunidades**. 1. ed. São Carlo- SP: Pedro & João Editores, 2022. 298 p. v. 1. ISBN 978-65-5869-995-8.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO – NÚMERO 15, MARÇO DE 2020 – Paulo Freire e a Pedagogia → do Trabalho popular, 1ª edição, MST – São Paulo

BOTELHO, Thaynara Moreira. **A (in)viabilização dos direitos sociais aos assentados do Zumbi dos Palmares : reprodução estratégica das questões agrária e social em tempos de crise estrutural do capital**. Orientador: Rodrigo da Costa Caetano. 2022. 167 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ, 2022.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. ISBN 8511070117.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. São Paulo: Editora

Expressão Popular, 2014.

BRUMER, A.; ANJOS, G. **Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão.** In. **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil.** LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org.). Brasília: MDA, 2008.

CABNAL, L. 2015. **Without being consulted: the commodification of our body-land territory, in women defending the territory: experiences of participation in Latin America.** Editado por L. M. Carvajal, L. Cabnal, G. Ruales, Á. Cuenca, C. Aliaga & S. Gatica. pp. 41-56. Colombia: Fundación Cultural de Artes Gráficas.

CALDART, Roseli salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CARNEIRO, Ana. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos / Ana Carneiro ; Marta Cioccaro ; – Brasília : MDA, 2010.
CARNEIRO, Ana; CIOCCAR, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985.** 1. ed. Brasília: MDA, 2010.

CEATS/FIA. Bullying escolar no Brasil: Relatório Final. **Aprender sem Medo**, São Paulo, p. 1-106, 2010. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/135430351-Bullying-Escolar-PLAN-BRASIL-relatorio-final-2010-pdf-1.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CERIOLO, Paulo Ricardo; POMME, Luana; CALDART, Roseli Salette; KOLLING, Edgar Jorge. Boletim da Educação do MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST Setor de Educação**, [S. l.], n. 1, 2020.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia.** Revista Psicologia Organizações e Trabalho, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 33-45, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100004. Acesso em: 20 mar. 2023.

CONCEIÇÃO, Cristiano Almeida da. **A Participação da agricultura camponesa no programa nacional de alimentação escolar (PNAE) nos municípios do Cone Sul de Mato Grosso do Sul.** 2021. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande 113 Dourados, Dourados, MS, 2021.

CPT. **Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2008 - 2017).** Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads-1/summary/61-espaco-para-imprensa/14093-comparacao-dos-conflitos-no-campo-2008-2017-cpt-assessoria-de-comunicacao> . Acesso em 02 de abril de 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 262 p. ISBN 978-85-7559-508-4.

DE SOUZA, Duda Porto; CARARO, Aryane. **Extraordinárias Mulheres que revolucionaram o Brasil.** 1. ed. São Paulo: Seguinte, 2017. 208 p. ISBN 978-8555340611.

DEERE, C. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária

brasileira. Revista de Estudos Femininos. Florianópolis, 2004, v. 12, n. 1.

DIAS, Alexandre Pessoa. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. 816 p.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DICIONÁRIO EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2013 - **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo* Danièle Kergoat, 2007

ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ GARCIA NETTO PÓLO. **Projeto Político Pedagógico**. Nioaque-MS, 2013.

FARIAS, A. O., NORDER, L. A. C. Retratos de Assentamentos - Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor): V. 14, nº 2, Araraquara: UNIARA, 2011. (P. 151-172).

FERNANDES, Bernardo Mancano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Sao Paulo: Cortez, 2001.

FREDERECCI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019. 460 p.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Gago, Verónica. 2020. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. 1ª edição. São Paulo: Elefante, 2020. 256 p. ISBN 978-8593115653.

GARCIA, Alex Barbosa. **A história da luta pela terra do Assentamento Palmeira e a conquista da escola Dr. José Garcia Netto – Nioaque/MS**. 2014 – Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), apresentado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisas social**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisas social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Ana Maria. **Realidade e desafios das Mulheres Indígenas de Mato Grosso do Sul**. [S. l.]: UFMS, 2006. 111 p.

GUEDES, Rutinéia da Silva. **Escola Municipal Dr. José Garcia Netto: Desafios da Evasão na Educação Infantil no Campo – Nioaque/MS**. 2021 – Trabalho de Conclusão de Curso (2ª graduação), apresentado à Universidade de Brasília, 2020 – Instituto Brasil de Ensino – IBRA.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Jáder Ferreira Leite , Magda Dimenstein “Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST”, PÁGINA 7.

LAVRATTI, Iara Milreu; FERREIRA, Luciana dos Santos. **A participação das Mulheres em Assentamentos: dominação patriarcal e ações coletivas**. In: XII SEMANA DA MULHER, 2015, MARILIA. Gênero, trabalho e violência, 2015. (Essa foi a que eu fiz)

LEITE, Jader Ferreira.; DIMENSTEIN, Magda. Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 6, n. 08, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3372>. Acesso em: 10 set. 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019. ISBN 978-85-316-1534-4.

LEWIN, H. RIBEIRO, A. P. A. SILVA, L. S. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

MARSCHNER, Walter Roberto ; KNAPP, Cássio (org.). **Educação e territorialidade**. Dourados, MS: UEMS, 2020. 292 p. ISBN : 978-65-89374-04-6.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Gusmão Medeiros, “**Saberes, experiências e diálogos: ensino de história, gênero e história pública**”, São Paulo, 2021.

MARTINS, J. de S. (1981). Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes

MARTINS, Viviane Ramiro da Silva. **Uma Análise sobre a Experiência Organizativa DO Coletivo de Mulheres Regina PINHO no Assentamento Zumbi Dos Palmares em Campos dos Goytacazes ?**. Orientador: Ana Maria Almeida da Costa. 2015. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Agroecol e Des Rural Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Atores, Conflitos e Políticas públicas para o Campo no Brasil Contemporâneo. Salvador: **Caderno CRH**, v. 34, p.1-16, 2021.

MENEGAT, Alzira Salete, SILVA, Sandra Procópio. **Mulheres camponesas em movimentos: análises da atuação feminina na via campesina, na caminhada para a soberania alimentar**. Movimentação, v. 6, n. 10, p. 130-142, 2019.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. ISBN: 8587394258.

MST. **Esperançar, 100 anos de Paulo Freire/Chamada para artistas**. 2021. Disponível em: Paulo Freire <https://mst.org.br/2021/06/08/esperancar-100-anos-de-paulofreire-chamada-para-artistas/> . Acesso em 15 de jun de 2021

PADILHA, Paulo Roberto *et al.* **50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido**. 1. ed. São Paulo: : Instituto Paulo Freire, 2019. 108 p. ISBN 978-85-60867-25-7.

PEDLOWSKI, M. A.; OLIVEIRA, J. C. P.; KURY, K. A. Desconstruindo o Latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

POLAK, Michel. Memória e identidade Social. In: **Estudos Históricos** (memória), RJ. Vol.2, n.3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 1-15, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20caprar%20.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Portal das CEBs. **Dorcelina Folador, mártir da verdadeira política!** 2018. Disponível em: <https://portaldascebs.org.br/dorcelina-folador-matir-da-verdadeira-politica/> . Acesso em 07 de agosto de 2022.

PURCARI (2019)- P.22 50 - **Olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido** [livro eletrônico] / Paulo Roberto Padilha...[et al.], [organizadores). -- 1. ed. -- São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2019.

Revista PHILIA/Filosofia, Literatura & Arte, vol. 2, nº 2, novembro de 2020 – ISSN 2596-0911, **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** Bell Kooks/Tradução de Ana Luiza Líbânio, Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

Rosa (2013)-P.30 - Caldart, Roseli salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de lutas ou “Coordenadoras de Panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília:UNESCO, 2000. ISBN: 85-87853-21-X.

Saffioti, Heleieth I.B. S134p O poder do macho / Heleieth I.B. Saffioti. -- Sao Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polemical).

SILVA, Alessandra Morais. **Saúde sempre está em pauta: níveis de consciência de famílias do Assentamento 17 de Abril - Nova Andradina/MS - sobre agrotóxicos, medicamentos, remédios e alimentos.** 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2022.

SILVA, Andresa Ribeiro da. Bell Hooks: **Por uma pedagogia interseccional.** Portal Geledés, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/bell-hooks-por-uma-pedagogia-interseccional/> . Acesso em 07 de agosto de 2022.

Siqueira, E. S., & Nogueira, F. M. M. (2022). A luta por uma Educação do Campo e não para o campo: protagonismos e desafios dos movimentos sociais. *REVES - Revista Relações Sociais*, 5(3), 14180–01e. <https://doi.org/10.18540/revesv15iss3pp14180-01e>

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte , v. 23, n. 2, p. 541-561, 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SOUZA, Duda Porto de Extraordinária : mulheres que revolucionaram o Brasil / Duda Porto de Souza, Áryane Cararo, :ilustrações de Adriana Komura, Bárbara Malagoli, Bruna Assis Brasil, Helena Cintra, Joana Lira, Laura Athayde, Lole, veridiN Scarpelli, Yara Kono. – 3ª ed. – São paulo : Seguinte, 2018.

STEDILE, João Pedro. O Latifúndio. In *Sete Pecados do Capital/ Organização Emir Sader*; 3ª edição –Rio de Janeiro: Record, 2000.

STEDILE, João Pedro. Latifúndio: o pecado agrário brasileiro. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST/**, São Paulo, n. 33, p. 1-58, 2000.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil:** Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 242 p. v. 8. ISBN 978857743220-2. Disponível em: [A questão agrária no Brasil Vol. 8 - Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000 - MST](#) . Acesso em: 15 jun. 2023.

STRECK , Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 526 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WIKIPEDIA. **Bell Hooks.** 2023. Disponível em:https://pt.wikipedia.org/wiki/Bell_hooks Acesso em 07 de agost. 2022.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

PESQUISA DE CAMPO - PERGUNTAS NORTEADORAS

NOME (opcional): _____ DATA: ___ / ___ / ___

SEXO: FEMININO () MASCULINO ()

ESTADO CIVIL: _____ IDADE: _____

1) a. Na sua infância/adolescência seus familiares (pai, mãe, ti@s, av@s) participavam de algum grupo (Movimentos sociais, políticos, religiosos etc)? _____

b. Agora, diante da sua vivência, como você descreveria um grupo? _____

c. Você já fez parte do grupo. O que te motivou a entrar no grupo? Alguém indicou o grupo? Conta para gente (um pouquinho) como foi esse acesso ao grupo.

d. Você se lembra qual e o que você sentiu quando começou a participar do grupo? Qual é o sentimento que te vem a cabeça quando você lembra do grupo?

e. O que caracteriza um grupo para você? E o que motivou a participar? _____

2) a. O grupo que você participou falava sobre o quê?

b. Para você, fazia sentido o que era falado, abordado, no grupo?

c. Se fôssemos medir o quanto a discussão era importante para ti (de zero a dez) que nota você daria? Por quê?

d. Se fôssemos medir o quanto seria importante agora para o coletivo, (de zero a dez) que nota você daria?

e. Qual era o objetivo do grupo? Tinha algum nome? Por quê

3) Quantas mulheres participavam do grupo? A juventude era presente e atuante?

4) Quantas vezes se reuniram (teve pelo menos uma reunião ou outra atividade recente)?

5) Participava ou participa de algum movimento social? E quais benefícios trouxeram para o grupo?

-
-
- 6) Mexer com gente não é fácil. É um desafio. Sempre tem muitas ideias e as vezes nem todas tem a mesma opinião ou compreensão sobre um determinado assunto. O grupo foi desativado. Na sua percepção o que levou ao desativamento do grupo? Quais foram os principais fatores que interferiram no desativamento do grupo?

-
-
- 7) E hoje, como está sua vida, você ainda participa de alguma associação ou cooperativa da comunidade? () sim () não. Por quê?

-
-
- 8) Quais foram suas vivências e percepções referente ao grupo, cite exemplos:

-
-
- 9) Você acredita que participar de algum grupo possa influenciar vida pessoal?

-
-
- 10) Por muitas vezes nas reuniões coletivas abordamos a necessidade de compreendermos um assunto e coloca-los em prática, mas as vezes são tantas coisas acontecendo em nossa vida, são tantos outros desafios que sem querer acabamos não colocando em prática os ensinamentos, orientações do grupo. De tudo que você viveu e vivenciou no grupo, o que era mais fácil e mais difícil por em prática? Os conhecimentos trabalhados dentro do grupo foram colocados em prática?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE

A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu.....
.....,Portador do RG.
....., autorizo a discente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade/PPGET/Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) Rutinéia da Silva Guedes, a utilizar imagem e as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Pesquisa título **ASSENTAMENTO PALMEIRA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES EM MEIO AOS DESAFIOS E RESISTÊNCIA** e está sendo orientado por/pela Prof.(a.) Dra Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki, sendo desta mesma Instituição.

MS, Nioaque, de de 20_____ .

Assinatura do entrevistado

Álbum fotográfico: Memórias



Participação das mulheres nas atividades do MST.



Participação das mulheres nas atividades do MST.



Participação das Mulheres reuniões dentro no assentamento Palmeira (Nioaque/MS).



Mulheres com familiares do assentamento Palmeira (Nioaque/MS).



Coletivo de Mulheres Regina Pinho (Campos/RJ)



Acampamento Zumbi dos Palmares. (Abril, 1997) (Campos/RJ)